

EM TEMPO!

Por motivos de ordem técnica, na gráfica, esta edição do EM TEMPO está saindo sem sua tradicional cor vermelha.

Quinzenário Nacional • Ano III • nº 108 • 19 de Junho a 2 de julho de 1980 • Cr\$ 25,00



PERIGO NUCLEAR

AS VÍTIMAS, SOMENTE NA CIDADE DE SÃO PAULO, DE UMA EXPLOSÃO OU VAZAMENTO NA FUTURA USINA NUCLEAR DE PERUIBE:

MAIS DE 200 MIL MORTOS

O professor e físico Rogério Cesar Cerqueira Leite, em entrevista ao EM TEMPO, lança a advertência numa crítica ao programa nuclear do governo.

(Pág. 5)

O QUE AS ORGANIZAÇÕES DA ESQUERDA PENSAM SOBRE O PT

(Págs. 2 e 3)

CONCLAT

Autênticos viram a mesa e «Unidade Sindical» recua da sua tentativa de golpe.

CONSTITUINTE

O caminho para a derrubada da ditadura militar.

ENTOES

Os tropeços na luta contra a estrutura sindical

MULHERES

Associação das Donas de Casa: a mais antiga organização de mulheres do país.

O que a esquerda pensa do PT

Poucas foram as organizações da esquerda brasileira que desde a primeira hora apoiaram o surgimento da proposta do Partido dos Trabalhadores: A grande maioria hesitou um bom tempo, perplexa e vacilante diante do caráter "revolucionário" do PT frente a seus esquemas de análise da sociedade brasileira. Hoje, no entanto, o quadro é diferente. A grande maioria da esquerda apoia a proposta, embora quase, que cada uma a seu estilo.

A eclosão dos movimentos grevistas a partir de 78 e principalmente o surgimento da proposta do Partido dos Trabalhadores em princípios de 79, são dois fatos que deixaram a maioria das organizações da esquerda brasileira perplexas num primeiro momento e, em alguma medida confusas até hoje. Completamente fora de suas previsões, estes dois acontecimentos obrigaram-nas a repensar radicalmente seus esquemas de análise da realidade brasileira e, por decorrência, seus projetos políticos.

No caso da questão partidária, mais especificamente do PT, que é o que aqui nos interessa, o susto foi surpreendente. As esquerdas discutiam o que fazer diante da reforma partidária anunciada pelo regime. Umhas poucas, ainda enclausuradas na posição de voto nulo em 78, não se preocupavam muito com estas mudanças, que vinham a partir de determinantes principalmente institucionais). A maioria das organizações debatia-se entre as teses ou da manutenção do apoio ao MDB, ou da criação de um Partido Socialista, ou de um Partido Popular (umas outras poucas, no extremo oposto, discutiam as vantagens de um apoio ao trabalhismo re-emergente).

O PT dá um susto nas esquerdas

De repente, em meio às eleições de novembro de 78 começa a surgir a notícia de que os dirigentes sindicais autênticos estavam de namoro com a idéia de se criar um partido próprio. A princípio a maioria massacrante da esquerda não acreditou, julgando ser um desvario de Lula e seus companheiros. Depois, fazendo coro com a burguesia, muitas organizações começaram a dizer que se tratava do lançamento da social democracia no Brasil ao estilo do Partido Trabalhista Inglês.

Mas, passando ao largo destas opiniões, a idéia do PT foi se firmando ao mesmo tempo em que os projetos PS, PP e PTB iam mostrando enormes limitações. Foi então, a partir de meados de 79, quando o quadro partidário já ganhava contornos mais definidos, que boa parte da esquerda começou a se posicionar pelo PT.

Hoje, com exceção do Partido Comunista Brasileiro - PCB, do Partido Comunista do Brasil - PCdoB, e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro - MR 8, ao que se sabe, todas as demais organizações da esquerda brasileira se posicionam favoravelmente ao PT.

No entanto a maneira de cada uma conceber esta realidade difere bastante. Igualmente, o tempo de digestão da pro-

posta que cada organização demandou para sua definição variou muito, em função de suas trajetórias passadas.

Mas, deixando de lado toda esta atribulada trajetória, qual é o quadro atual da esquerda frente ao PT?

O partido da classe trabalhadora

A Convergência Socialista parece ter sido a primeira organização da esquerda a se posicionar sobre o PT. Mais do que se posicionar, a Convergência, sem nenhum exagero dos muitos que a ela são atribuídos, ou por ela são reivindicados, esteve na origem mesmo da criação do partido. Em final de 1978, quando Lula e outros dirigentes sindicais começaram a falar da idéia de um partido que servisse e fosse dos trabalhadores, ainda sem lhe dar o nome próprio PT, a Convergência, nesta época gozando da intimidade e simpatia de alguns sindicalistas, não somente incentivou a idéia como chegou a participar ativamente de sua moldura inicial. Na sua primeira colocação pública, no Congresso Estadual dos Metalúrgicos Paulistas, em Lins, em janeiro de 79, foi a Convergência quem teorizou o "obreirismo" então permeante à proposta, a partir de sua visão de que o PT deveria vir a ser "um partido operário baseado nos sindicatos". Daí para cá muita água rolou, tanto no PT como na Convergência e o fato é que hoje, apesar de apoiar publicamente a proposta do Partido dos Trabalhadores, a Convergência vê com muita desconfiança os seus passos recentes onde "surtem sintomas de degeneração da proposta inicial".

Ainda dentro das poucas organizações que desde a primeira hora foram simpáticas ao PT, está a Fração Operária-FO. Uma organização trotskista, que concebe o Partido dos Trabalhadores como um estágio praticamente imprescindível para a construção do futuro partido revolucionário do proletariado brasileiro. Num documento de análise da proposta do PT, a FO, citando fartamente Trotsky e Engels, tenta mostrar como que o nascimento de um partido operário é necessariamente "confuso", "incompleto na sua definição programática" etc. Assim fazendo, a FO busca mostrar com que as limitações que o PT possa ter atualmente, de forma alguma o impedem de vir a ser o futuro partido revolucionário da classe operária. Coerente com esta concepção a FO chega, no referido documento, a cogitar explicitamente de sua possível dissolução futura no PT — o que é uma afirmação inédita no interior da esquerda brasileira. E que marca bem a tônica que a FO dá ao PT enquanto um partido com potencialida-

des revolucionárias rechaçando radicalmente a visão do PT como uma frente.

A proposta da frente de esquerda

Numa posição oposta, no que diz respeito a esta questão está o Movimento pela Emancipação do Proletariado - MEP. Depois de um momento de observação, o MEP passa a apoiar o PT com a seguinte restrição: lutar para que o PT venha a se formar "como um partido revolucionário da classe operária é um erro, pois isso atua no sentido de estreitá-lo e de retirar uma de suas qualidades que é a de poder se transformar numa primeira tentativa de frente política dos trabalhadores" na luta contra a ditadura e o capitalismo. O MEP defende entretanto que o PT seja um partido fechado à participação da burguesia, e neste sentido ao igual que a Convergência a FO o vê como classista. Mas destaca o papel e a faixa onde o PT deverá correr. Por este lado, o MEP é das organizações que mais aproximam seu projeto de PT de uma explícita frente de esquerda.

Também dentro desta visão que rechaça o PT enquanto partido potencialmente revolucionário se coloca o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário - PCBR. Um documento seu de março deste ano deixa claro que no Brasil de hoje há uma nítida "diferença entre um partido de massas e um partido revolucionário". Segundo o PCBR o PT deveria se constituir num partido "de luta e de massas", canal de expressão política de todos os setores populares. Para tanto o PT deveria buscar atrair inclusive a Tendência Popular do PMDB e os setores mais combativos do PTB brizolista, afirma o documento. Hoje em dia, continua, o PT corre dois riscos e por consequência há que travar-se dois combates internos: contra o perigo de "social-democratização" representado por aqueles setores que vacilam frente aos liberais, e contra o "doutrinismo" daqueles que pretendem que o PT venha a ser o partido revolucionário da classe e que não entendem que tal partido "tem que ser composto exclusivamente de comunistas". Afirmativamente, o PCBR luta para que o PT se transforme num instrumento de derrubada da ditadura militar através de um "programa de mobilização e não um programa de governo".

Do Partido Popular ao PT

A Ação Popular Marxista Leninista — APML — tem uma visão em certo sentido próxima à do PCBR. Há tempos ela defendia a proposta de Partido Popular. Julgava que tal partido seria a expressão, a nível institucional, de sua proposta tática mais geral de uma Frente de Mo-

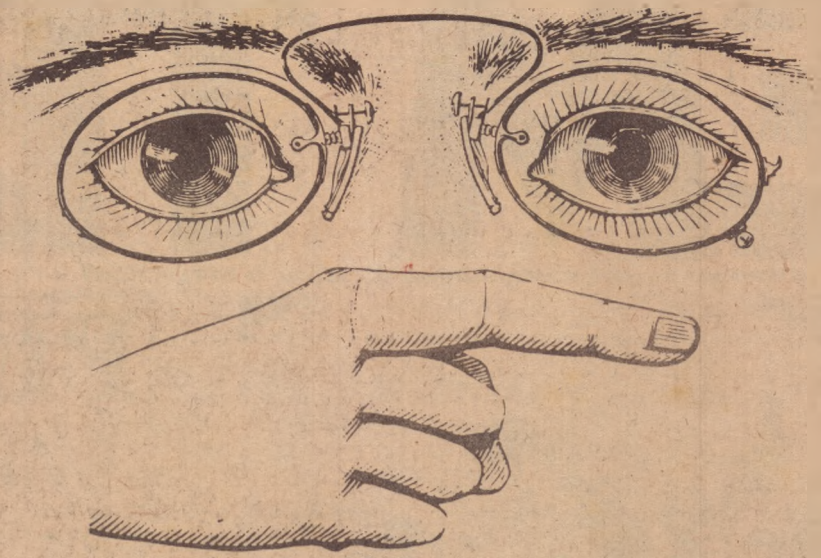
bilização Popular. Mas a partir do momento em que ficou clara a inviabilidade do Partido Popular, a AP passou a apoiar — desde o começo deste ano — a proposta do PT. Sua visão no entanto é de que o PT venha a adotar a visão programática que ela postulava para o PP. O que implica em tratá-lo como um partido tático, ou uma frente ou bloco dos setores populares em luta contra a ditadura. O fundamental na visão da AP é que o PT venha a ser um canal de expressão do movimento popular no plano institucional. Assim, seu eixo de luta deve se dar em torno, exclusivamente, do combate à ditadura militar. E uma vez que o PT não deve ter veleidades revolucionárias e portanto não deve aspirar a tomada do poder, seu programa deve ser mais uma plataforma de lutas do que um programa de governo.

Há outras organizações sobre as quais há pouco a se dizer de suas posições em relação ao PT. Algumas, como no caso da Ala Vermelha e do grupo Unidade, não dão muito a conhecer suas posições através de documento de circulação menos restrita. Mas, resumidamente, têm uma visão próxima àquela da AP e do PCBR ao definirem o PT como um partido tão somente tático e de caráter popular.

A Organização Socialista Internacionalista — OSI, hoje está em processo inicial de aproximação da idéia do PT. Já não insiste tanto na caracterização do sindicalismo autêntico como pelego. Mas admite no máximo que o PT venha a ser "um partido operário centrista", quando muito.

Em meio a todo este emaranhado de definições e propostas é de se destacar no entanto que estas organizações e muitas outras não mencionadas, apesar de equívocos que se pode lhes atribuir, tiveram a sensibilidade de optar pelo campo do PT para o desenvolvimento de suas definições. Todas elas estão abertas, em maior ou menor medida, para a possível experiência inédita na história brasileira, de uma oportunidade singular de junção do movimento operário com a vanguarda revolucionária. O que não se pode dizer das três organizações mencionadas mais acima as quais, do alto de sua arrogância, dogmatismo e ao mesmo tempo reformismo, fecharam-se em copas diante do fenômeno PT e se encrustaram no PMDB proclamando-se elas próprias já o Partido do Proletariado. Como se isso já não bastasse, o PCB teve o desatino de, em editorial recente do *Voz da Unidade* vir proclamar que "hoje no Brasil existe espaço para um partido à direita" dele próprio. Ou seja o espaço que eles, presunçosamente, reservam para o PT.

Para estes fica a velha frase de Marx: «De vocês, a história já falou»



Por trás do “PT classista × PT de massas”:

Um partido ou uma frente?

As concepções em confronto ao longo dos dois dias de debate no Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Por Flávio Andrade

Muito ainda haverá que se falar sobre os resultados a que chegou o Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores. Por um lado é difícil descer fundo aos vários aspectos das teses aprovadas e seus determinantes principais. Por outro lado, o partido é uma realidade extremamente dinâmica e pouco sedimentada, estando sua proposta mais geral em fase ainda de elaboração e consolidação. Somente a médio prazo é que se poderá, enfim, fazer qualquer juízo mais definitivo sobre o PT. No entanto há algumas questões confusas e sobre as quais é possível jogar alguma luz, por mais parcial que seja.

O eixo das polêmicas travadas durante os dois dias do Encontro, para a opinião pública, informada pela grande imprensa, esteve na questão de se o PT deve ser um partido “classista ou de massas”. No entanto esta forma de polarizar o debate, muito mais uma falsa caricatura do que uma real caracterização, mais esconde do que revela a natureza real do debate em curso hoje no partido, e que não se esgotou no Encontro e seus resultados.

Antes de mais nada há que se colocar uma questão preliminar: a esquerda dominou, dirigiu e disputou o debate. Esquerda num sentido genérico. Os sindicalistas não fizeram valer seu peso superior: estiveram o tempo todo ausentes do plenário e das comissões — conchavando a chapa única finalmente apresentada — e os textos elaborados previamente como referência para o debate são claramente teorizações dentro do universo ideológico da esquerda. As demais forças constitutivas do PT, além dos sindicalistas, e que eram de fato os polos do debate, setores progressistas da igreja, parlamentares combativos e os militantes — organizados ou não — da esquerda, são todas esquerda, todas elas pensam a realidade brasileira atual a partir do complexo legado que é a herança da esquerda revolucionária brasileira dos últimos anos.

Um partido para a luta de classes...

Nisto não há nada de mal. Mas isto impõe que, para se entender o real significado dos debates travados pelo Encontro, é necessário se referenciar ao interior desta herança ideológica, onde certos termos ou colocações aparentemente gratuitos adquirem toda uma significação especial.

Para se ver como a oposição “classista X de massas” é falsa basta observar que nenhuma proposta dentre as várias em debate se opunha a qualquer um dos termos em questão. Ninguém defendia um “partido de quadros” ao contrário de um “partido de massas”. Tampouco ninguém defendia um “partido de conciliação de classes” em oposição a um “partido classista”.

Como no dito popular, a questão é mais embaixo. A questão que verdadeiramente esteve em polêmica diz respeito ao caráter de partido que se quer para o PT. Ou, noutra versão, estratégico ou tático? Um partido mesmo, ou uma



O plenário, do Encontro: todos queriam um PT de massas: mas de massa militante ou de massa de manobra?

frente? Dos trabalhadores, enquanto conjunto dos explorados, ou dos setores genericamente denominados “populares”? Um instrumento de intervenção e militância ou um canal de expressão e representação institucional?

Ao longo destas questões é que se perfilaram as divergências e convergências. E, diga-se de passagem, as posições em disputa mais de uma vez se cruzavam ao longo destes pontos, não se verificando uma coerência que permitisse dizer de duas concepções acabadas e completas em confronto. O que vem impor a conclusão de que o debate mal começa a se dar. Em verdade o PT jogou de repente, num mesmo espaço, posições mais variadas e de distinta origem, que ainda irão passar por todo um processo de reacomodação até sua sedimentação mais ou menos definitiva.

De toda forma alguma polarização existiu, ainda que imprecisa.

Os chamados “classistas” são na verdade aqueles que defenderam a proposta de um PT como **partido mesmo**. Para estes, o lançamento do PT pelos dirigentes sindicais mais combativos do país vem permitir uma rara oportunidade para que os trabalhadores se organizem enquanto classe independente num partido próprio. Trataria-se portanto de a partir do ascenso do movimento operário combativo no país, aproveitar todas as suas virtualidades para que seu processo de emergência se dê com vistas à sua constituição enquanto classe para si num partido próprio. Como tal, este partido necessariamente terá tarefas estratégicas, como a tomada do poder e a instalação de uma nova sociedade, sem exploração, socialista. Além da tarefa principal de centrar hoje o seu combate na derrubada da ditadura militar. Esta posição no entanto não detinha que o PT desde já apresentasse um programa acabado do que será esta nova sociedade.

Mas advogava que o programa do partido já tivesse este sentido indicativo das grandes metas que terá que realizar. Não um partido revolucionário já pronto e acabado, mas sim um processo desde já com vistas à constituição futura deste partido.

Por isso mesmo, pela dimensão e caráter das tarefas que se deve propor, é que o partido não pode ser um mero canal de expressão parlamentar, mas tem que ser um partido voltado para se tornar um instrumento de organização da intervenção política militante dos trabalhadores. Um partido portanto diferente dos partidos convencionais onde o que há é muito mais uma massa de manobra para as convenções e eleições. Um partido portanto de massa, militante, que seja um marco orgânico para a militância política dos trabalhadores com vistas à intervenção tanto nas questões específicas de sua luta diária como nas questões mais gerais da política. Daí a insistência destes setores na necessidade do núcleo figurar claramente nos estatutos, com a base do PT.

Finalmente, e isto é óbvio, os que defendiam um PT definido desta forma são intransigentes na sua caracterização enquanto partido dos explorados, da classe trabalhadora. Um partido que não aceite em seu interior representantes dos interesses da burguesia como condição elementar de preservação de seu potencial de independência de classe.

... ou uma frente para a expressão institucional

Do outro lado do debate, os “de massa” tinham uma visão quase que oposta em todos estes planos. Por um lado, insistiam em que o PT devesse ser um partido apenas tático e não com finalidades estratégicas. Nesta medida ele se aproximaria mais propriamente de uma frente — de esquerda, democrática ou popular, pouco importa — com vistas a cumprir determinadas tarefas do momento na luta contra a ditadura. Ao lado deste rebaixamento do caráter do PT vinha junto o privilegiamento da categoria “popular” ao invés da categoria “trabalhadores”.

No fundo desta diferença está em boa medida o problema do partido revolu-

cionário da classe operária. A grande maioria dos “de massas” entende que um partido revolucionário tem que ser desde seu primeiro momento um partido “acabado”, de “comunistas”, e com uma proposta programática final já elaborada. Tendem então a avaliar que o PT deve correr numa faixa específica, enquanto que o partido revolucionário corre em outra bem distinta.

Esta visão do partido vem junto, por outro lado, com a reivindicação da troca do “trabalhadores” pelo “popular”. Não que estas posições defendam um partido abertamente de colaboração de classes, uma típica frente popular clássica. Mas sua pouca insistência na demarcação de classe, na independência de classe hoje, aqui e agora, tem um endereço certo. Deixar a porta entreaberta para eventuais composições policlassistas em nome do “realismo político” do momento.

Juntamente com a proposta de um PT mais frentista, tático e “popular” vem também a idéia de que o fundamental na conjuntura atual do país é a ocupação do espaço institucional pelo movimento popular. É uma mera decorrência disto que o partido não deva se preocupar demasiado com a intervenção militante de seus membros, a figura dos núcleos tendendo a ser então muito mais uma concessão do que uma necessidade coerente com a concepção que tais posições têm do partido. Por este aspecto é inequívoco o sabor de massa de manobra, muito mais do que “de massas” simplesmente, inerente ao tipo de partido aqui defendido.

Por fim, como o PT deve ser meramente tático, é coerente que se defenda para o partido não um programa propriamente, mas muito mais uma plataforma de lutas para o momento. As tarefas programáticas estratégicas, tudo leva a crer, não são coisas para o PT, mas sim para os verdadeiros partidos da classe.

Aqui, o tom pedante aparece por detrás do discurso aparentemente positivo de que “as bases ainda não discutiram os pontos que devem constar de um programa completo e complexo”.

Este, resumidamente, o real significado do “classista” X “de massas”. Por certo que esta tipologia da polêmica é insuficiente e até mesmo um tanto formal. Mas ela é uma ponta visível, um caminho por onde se pode aprofundar o deciframento das discussões do Encontro.

É difícil, vale repetir, caracterizar claramente o Encontro nos seus resultados. Tanto mais porque as resoluções aprovadas têm uma boa dose de compromisso, pacto ou composição entre as várias posições. E, ainda mais que, como dissemos, estes paradigmas não são dois blocos monolíticos e coerentes em confronto ou acordo, mas sim um entrelaçamento de várias posições bastante nuancadas.

Mas de todo modo, tudo indica que será por estes trilhos que o debate irá continuar e que é entre estas vertentes que o PT deverá vir a optar.

Agora, aprontar a legalização

Logo após o Encontro Nacional do Partido, ainda sob o embalo do clima dos debates e da disputa, a Comissão Diretoria Nacional Provisória do PT fez sua primeira reunião. Aproveitando a presença em São Paulo de boa parte de seus integrantes, a reunião contudo foi bem curta. Simplesmente se decidiu marcar uma nova reunião para daí a 20 dias, intensiva e com duração prevista de dois dias em local tranqüilo no interior de São Paulo. Além disso fez-se uma avaliação dos resultados do Encontro onde, segundo Jacó Bittar, se destacou a necessidade de "sair a campo consolidando a unidade do partido e demonstrando que não houve exclusões, nem vencidos nem vencedores".

A reunião intensiva cuidará, ainda segundo Bittar, "principalmente das providências necessárias para a entrada no pedido de registro provisório do partido junto ao Tribunal Superior Eleitoral". A expectativa da direção do PT é que todos os documentos necessários estejam prontos até começos de agosto.

"O fundamental já temos", diz Bittar. São as Comissões Diretoras Municipais

Provisórias em pelo menos 1/5, de no mínimo nove Estados da federação. Já são 12 Estados que se acham em condições de apresentar as Comissões no 1/5 de seus municípios.

No entanto, a formalização destas Comissões ainda não está pronta. Dentro do método que os militantes do PT resolveram adotar para a organização do partido — de baixo para cima, ao contrário do que diz a lei — a coisa é bem mais difícil e lenta, pois não há a figura das nomeações.

Segundo circular expedida pela Secretaria de Organização do PT, o procedimento a se adotar para a constituição das Comissões Municipais será semelhante àquele que se usou para as Comissões Estaduais e Nacional: os encontros de base, (ver abaixo). Posteriormente é que a Comissão Nacional, cumprindo a lei nomeará formalmente as Comissões ratificando a decisão das bases.

Assim, no plano interno, a tarefa fundamental que o Partido enfrentará nas próximas semanas está em torno à questão da legalização.

A Comissão Municipal, de baixo para cima

Modelo de Ata da Plenária

ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DOS MILITANTES DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO OU ZONA/UNIDADE ADMINISTRATIVA, ESTADO, realizada no dia ___/___/___ Aos ___ dias do mês ___ de 1980 às ___ horas, reuniram-se os militantes do partido dos Trabalhadores do Município, Estado, abaixo-assinado, na rua (Av.) ___ nº ___, para elegerem a Comissão Municipal Provisória de ___ (nome do Município) Na abertura dos trabalhos foi escolhido ___

Para coordenar a reunião e para secretariá-la. Foram aprovados os seguintes critérios para a votação: (nº de membros efetivos e suplentes, eleição por chapa ou individual, votação majoritária ou proporcional, etc...) Apresentaram-se as seguintes chapas (ou candidatos) abaixo-assinados os quais após a votação receberam os seguintes votos:

NOME (CHAPA OU CANDIDATOS) _____ Nº VOTOS _____

Assim sendo constatou-se a eleição dos companheiros, como membros efetivos: (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, residência, nº da carteira de identidade, nº do título de eleitor e zona eleitoral de cada um dos eleitos) e suplentes: (qualificação igual à dos efetivos).

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e vai assinado pelos presentes:

Coordenador: (assinatura) _____

Secretário: (assinatura) _____

Militantes: Nome _____ Assinatura _____

Seu título está em dia?

As dicas sobre como atualizar sua situação legal de eleitor — tirar, atualizar ou transferir o título — caso seja necessário para sua participação no PT.

PARA INSCRIÇÃO — O interessado deverá procurar o Cartório Eleitoral do seu bairro, munido de 3 fotografias, formato 3 x 4 cm, e de um dos seguintes documentos: Certidão de Nascimento, Casamento, Cédula de Identidade, Certificado de Alistamento Militar ou Reservista, Carteira Profissional e Certificado de Naturalização.

PARA TRANSFERÊNCIA — o eleitor deverá apresentar no Cartório Eleitoral do bairro onde mora, o título anterior, 3 fotografias e uma prova de que reside lá, há mais de três meses (atestado passado por autoridade policial ou três últimos recibos de aluguel, luz, gás, etc.). Mesmo que tenha perdido o título, o eleitor poderá requerer a transferência, informando a Zona Eleitoral a cidade e o Estado em que estava inscrito.

PARA 2ª VIA — (perda ou dilaceração do Título), o eleitor deverá procurar o Cartório Eleitoral onde está inscrito, munido de documento qualquer que o identifique e de fotografias.

A orientação da Secretaria de Organização para a Constituição das Comissões Diretoras Municipais Provisórias

1. Convocar reunião plenária de todos os inscritos no PT, com divulgação ampla, no Município, ou Zona/Unidade Administrativa. (No caso de municípios com mais de um milhão de habitantes a lei define que cada Zona Eleitoral ou Unidade Administrativa será a base para a organização do Diretório e que enquanto tal equivalerá a Diretório Municipal) (1)

2. Eleger em cada município de 3 a 11 membros efetivos para compor a Comissão Municipal Provisória, sendo um presidente, e quantos suplentes os militantes acharem necessário, em ordem de votação.

Obs.: Alertamos os companheiros que nos Municípios onde o trabalho de construção do PT não conta ainda com a participação ampla de setores e categorias do município, poderemos eleger o número mínimo de membros da Comissão Municipal Provisória e completá-la posteriormente em outras reuniões plenárias após o engajamento desses setores e categorias.

3. Transcrever em ata (modelo anexo) a eleição indicando nome, endereço, profissão, estado civil, naturalidade, nº da carteira de identidade, nº do título de eleitor, zona eleitoral dos eleitos. A ata deverá conter a assinatura e identificação de todos os presentes.

Obs.: Somente poderão ser membros da Comissão Municipal, aqueles que tiveram seus títulos registrados no Município onde estão sendo eleitos.

4. Junto à ata deverá ser remetida declaração conforme modelo anexo (2 vias) dos eleitos referente ao programa e estatutos.

Obs.: As declarações serão assinadas **sem data** porque essa data terá que ser posterior à oficialização da Comissão Nacional Provisória e das Comissões Regionais Provisórias que serão oficializadas pela Nacional após sua eleição.

5. A Ata e Declaração deverão ser remetidas tão logo realizada a plenária, à Secretaria Nacional de Organização e Nucleação — Travessa Brigadeiro Luiz Antonio, 21 SÃO PAULO — CEP 01318.

6. Os membros da Comissão Nacional Provisória só podem pertencer ao mesmo tempo, ou à Comissão Estadual Provisória ou à Comissão Municipal Provisória, sendo vetado por lei a participação do mesmo militante na Comissão Estadual Provisória e na Comissão Municipal Provisória, ao mesmo tempo.

7. Devemos também intensificar a nucleação nos locais de moradia, trabalho e categoria profissionais visando a constituição futura dos Diretórios Municipais.

A declaração petista para os eleitos

DECLARAÇÃO

Nós, (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, residência, carteira de identidade, nº do título de eleitor e zona eleitoral de cada um dos eleitos) abaixo-assinado, declaramos, para os devidos fins que conhecemos o Programa e os Estatutos do Partido dos Trabalhadores e nos comprometemos a cumpri-lo integralmente.

nome _____

assinatura _____

Observação: Fazer esta declaração em papel ofício, datilografado e com assinatura a caneta azul.



Torne-se um assinante do EM TEMPO

E ajude a sustentar uma imprensa ao lado dos trabalhadores, das greves e do PT Ela só depende de você

Estou enviando o cheque nº _____ por uma assinatura anual.
() comum: Cr\$ 500,00 — () apoio: Cr\$ 1.000,00 — () exterior, individual: US\$ 40,00
() exterior, instituições: US\$ 80,00

Nome: _____
Profissão: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
CEP: _____ Estado: _____

Preencha e remeta para Editora Aparte S/A — Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros — São Paulo — SP — CEP 05414 — Fone: 852-8880

(1) A título de exemplo, a cidade de São Paulo, com mais de um milhão de habitantes, está hoje dividida em 22 Zonas Eleitorais e 55 Unidades Administrativas. Segundo parecer do TRE serão as Zonas ou então as Unidades que configurarão a base para a organização do partido, equivalendo-se portanto, para todos os efeitos legais o Diretório aí instalado, a um Diretório Municipal.

Já no interior de cada uma destas Zonas ou Unidades há vários Distritos Eleitorais que serão a base para a futura organização dos Diretórios Distritais. Estes no entanto, segundo a lei, serão organizados pelos próprios Diretórios Municipais.

No entanto, todo este processo de arrematação formal de militantes e constituição dos Diretórios somente poderá ser deflagrado, legalmente, a partir do momento em que o TSE conceder o registro provisório ao partido. Até então é que as fichas de inscrição, serão liberadas e a data única em todo o território nacional para a realização das

Convenções Municipais será marcada pela Comissão Nacional.

É neste momento de realização das Convenções Municipais que então, os Diretórios, para a sua constituição, deverão ter como militantes inscritos no partido, em sua base legal, o mínimo abaixo definido por lei:

— Até 1.000 eleitores: 2% ou seja, 20 filiados.
— De 0 até 50.000 eleitores: 20 mais 5 por cada 1.000 eleitores
— De 0 até 200.000 eleitores: 270 mais 2 por cada 1.000 eleitores.
— Mais de 500.000 eleitores: 1.170 mais 1 por cada 2.000 eleitores

Sugerimos aos militantes obterem junto ao Juiz Eleitoral o número de eleitores inscritos até hoje, ou na data mais recente que o Juiz tenha, para calcular uma previsão do número de filiados necessários para constituição do Diretório Municipal.

Prof. Rogério Cerqueira Leite em entrevista exclusiva:

“Num acidente nuclear morreriam umas 200 mil pessoas”

Por Eder Sader

A decisão autoritária do programa nuclear brasileiro, conta com a oposição da esmagadora maioria da comunidade científica do país que questiona, além do próprio autoritarismo, as normas de segurança, os custos econômicos, a dependência tecnológica e a sua necessidade mesma, num momento em que a maior parte dos países do capitalismo central recua em seus programas. Desde 1976, esses países não contam mais com nenhuma encomenda e o número de cancelamentos de encomendas anteriores é grande. Só em 1978 foram cancelados, cinco reatores que estavam em construção nos EUA. E a Suécia, esta semana, acabou de declarar uma moratória nuclear até o ano 2010. Só o Brasil — e agora, obviamente, a Argentina — está comprando reator.

— Como o sr. vê os riscos inerentes à instalação das usinas nucleares?

— Veja bem, eu não digo que sejam inseguras em geral. Eu digo que ninguém hoje tem o direito de afirmar que não haja riscos. O material radioativo produzido por um único reator durante sua vida — isto é, 25 anos de funcionamento — é suficiente para poluir toda a superfície da terra numa espessura de 10 metros a níveis insuportáveis para a vida, durante 1000 anos. É claro que ninguém vai jogar isso assim pela terra. Mas é um perigo que tem que ser encarado seriamente. Nós sabemos que o simples uso indevido do raio x já foi responsável por muitas mortes. Hoje se toma mais cuidado. E o que se deve fazer com a energia nuclear. Veja o problema agora em Itu. O risco é pequeno. Se 10 crianças forem até o local brincar, talvez uma fique com câncer. Há uma série de doenças que são causadas pela própria radiação natural. E a manipulação de materiais radioativos aumenta um pouquinho essa probabilidade. Digamos apenas 1%. Mas então é preciso que as pessoas tenham o direito de dizer se aceitam esse pequeno acréscimo. O caso de Itu é expressivo porque nem o prefeito sabia que estavam depositando material radioativo lá.

— Quais são as experiências de outros países?

— Sabe-se que existe uma sequência de pequenos acidentes, que ocorrem cotidianamente: pequenos vazamentos, um pouco de material contaminado e, ocasionalmente, alguns malefícios para os operadores. Essas coisas nunca ficaram muito claras porque o problema com a radiação é cumulativo, a não ser com grandes doses, como ocorreu com Hiroshima. E mesmo depois que a pessoa estiver contaminada o efeito irá se manifestar mais tarde. Pela própria natureza da doença — câncer, leucemia — serão 5, 10 anos depois. Além disso, existem os efeitos genéticos, numa 2ª ou 3ª geração.

«Ninguém tem o direito de afirmar que não haja riscos na instalação das usinas nucleares. O material radioativo produzido por um único reator é suficiente para poluir toda a superfície da terra por mil anos».

Grandes acidentes são mais raros. Alguns causaram morte imediata de operadores dos reatores, sem contaminar um grande número. Mas foi por causa desses acidentes que a comunidade científica começou a conjecturar sobre a possibilidade de uma catástrofe. Isto é, que escapasse material radioativo e se espalhasse em grande quantidade numa área extensa. Então o governo americano produziu um relatório, de grande sucesso, que dizia ser praticamente impossível um acidente nuclear de proporções. Pois isso aconteceu logo em seguida em Three Mile Island. Esse acidente serviu para obrigar uma reavaliação do programa nuclear.

Surgiu uma proposta de uma comissão da presidência dos EUA de que, se houver realmente necessidade de energia nuclear e se a sociedade quiser enfrentar os riscos inerentes, será necessário uma revisão completa da tecnologia, porque ela



não está amadurecida do ponto de vista da segurança.

Já por volta de 1975 começou a haver uma diminuição nos programas. Nos EUA esse declínio começou por problemas econômicos, porque os altos custos não compensavam. A Alemanha recuou por pressão de movimentos da população. Desde 1976 ela não tem nenhuma encomenda nuclear. Nem os Estados Unidos. Mesmo o número de cancelamentos é grande. Só em 78 foram cancelados 5 reatores que já estavam em construção nos EUA. A Suécia esta semana acabou de declarar uma moratória nuclear até o ano 2010. Só o Brasil — e agora obviamente a Argentina — está comprando reator.

«O governo americano produziu um relatório, de grande sucesso, que dizia ser praticamente impossível um acidente nuclear de proporções. Pois ele ocorreu logo em seguida em Three Miles Island»

— E que perigos poderiam trazer acidentes nas usinas de Iguape e Peruipe?

— Pensemos num acidente produzido pela fusão de elementos combustíveis e um vazamento. De acordo com cálculos feitos nos EUA para uma distância como a que separa Angra de São Paulo e com a mesma densidade, morreriam umas 200 mil pessoas. Umas 50 mil imediatamente, mais 50 mil com câncer, 5 anos depois, outros mais tarde e, enfim, os problemas genéticos. Tenho a impressão de que um acidente desses em Peruipe iria dar muito mais porque sua proximidade de S. Paulo é maior do que a que existe entre Angra e São Paulo ou Rio.

— E os danos com o funcionamento normal das usinas?

— Bem, as usinas são construídas nas praias porque precisam de muita água para resfriar a quantidade de energia produzida. Isso significa que há uma poluição adicional, térmica, que perturba a ecologia local. Mas pior é o fato de soltar material radioativo no mar. Descobriu-se que o planctum — alimento dos pequenos peixes — concentra o material radiativo até 100 mil vezes mais do que ele pode existir dentro da água. Então o planctum e portanto os peixes se tornam veículos extremamente perigosos.

Agora, o problema é que ninguém hoje honestamente é capaz de dizer qual a probabilidade de um acidente grande ocorrer.

— Já houve uma diminuição na programação inicial, não?

— O negócio é que o Brasil não tem dinheiro pra pagar tudo. Possivelmente para pagar os reatores vai ter que vender Carajás, que é a maior reserva mineral do mundo e a grande oportunidade que o país está perdendo. Não se trata de vender o minério nem deixar as multinacionais entrarem em peso, mas mobilizar os recursos, produzir manufaturados ou semi-acabados para exportação.

— A tecnologia desses reatores já é superada?

— Não é bem isso. Esses reatores TWR são dos mais modernos. Mas o que começa a ser questionado é esse modo mesmo de conceber, quer dizer, reatores de fissão desse tipo. Porque aproveitam muito pouco do urânio. Ora, como o Brasil só vai precisar de energia nuclear no século que vem, certamente poderia então dispor de novas tecnologias.

— Só no século XXI?

— Os dados do próprio governo mostram que os recursos hídricos são da ordem de 218 milhões de kilowatts. Isso é 2 vezes e meia o que utiliza hoje a Alemanha de eletricidade. Para o Brasil poder gastar esses recursos, precisa ter uma atividade econômica que fosse então 2,5 vezes a da Alemanha de hoje. Por isso, se o produto nacional crescer a 6% ao ano — o que hoje já exige grande otimismo — as reservas que o governo diz que temos daria para chegarmos ao ano 2020.

«O Brasil não tem dinheiro para pagar tudo. Possivelmente para pagar os reatores vai ter que vender Carajás, que é a maior reserva mineral do mundo e a grande oportunidade que o país está perdendo».

— O senador Passarinho declarou que, ainda que não seja necessário hoje, o Brasil deve entrar no programa nuclear para não ficar num extraordinário atraso tecnológico.

— Eu concordo com as palavras mas não com o que ele está querendo dizer. Ele tem que entrar no programa nuclear, mas de maneira certa. Tem que fazer pesquisa, trazer o pessoal que for necessário, promover a formação de recursos humanos na área. E não comprar um monte de coisas inúteis. É o mesmo que dizer: vamos aprender a fazer navios comprando 30 navios lá fora. Se fosse pra resolver o problema imediato, se a gente estivesse precisando dessa energia agora, muito bem. Mas para o objetivo colocado pelo senador Passarinho, que eu acho legítimo, a única via é a da pesquisa. E não o que eles fizeram, exatamente o contrário.

— O sr. acha insignificante o nível de transferência tecnológica?

— Não está havendo nenhuma por enquanto. O que está se fazendo é mandar os rapazes lá pra

Alemanha aprender a apertar botão de reator. São motoristas de reator. Todo mundo sabe disso. Transferência de tecnologia seria montar um grupo aqui destinado a projetar novos reatores, a entender a parte de metalurgia dos reatores, química nuclear, e botar esse pessoal fazendo pesquisa e transferir tecnologia para eles. Não estou falando só de laboratório, não. Falo de engenheiros construindo um reator brasileiro. Ai a gente aprende a fazer alguma coisa. Do jeito que eles estão fazendo é que ninguém aprende nada. A prova é que depois de 5 anos não foi publicado um só trabalho na área, não se fez uma inovação, não há uma patente nova. Se em 75 tivessem dado apoio aos institutos de pesquisas ou criado outros, ai teríamos um verdadeiro progresso.

— Houve mudança na posição dos físicos brasileiros nesses últimos 10 anos com relação ao programa nuclear?

— Vamos começar nos anos 60. Houve então uma tendência dos físicos brasileiros, bastante séria, de fazer a própria tecnologia no Brasil. Era mais fácil de fazer com reator de “água pesada”. Por isso eles apareceram como se fossem os “defensores da água pesada”. Mas o que eles queriam não era isso, era uma atividade autônoma de pesquisa. Mas houve um pessoal, já nessa época, que sempre quis comprar “caixa preta”: comprar um reator, o pacotinho pronto, é só chegar aqui e apertar o botãozinho. E é exatamente esse pessoal que hoje está por cima. E o senhor Hervásio de Carvalho, que comprou a “caixa preta” da Westinghouse. O projeto alemão é apenas uma nova “caixa preta” mais disfarçada.

«Os débeis mentais sempre dizem as mesmas besteiras e se repetem mutuamente. Eu acho que eles tem que provar que o acordo nuclear é de interesse nacional que essa energia é mais barata e que precisamos dela».

— Mesmo nas Universidades o Brasil não está formando físicos nucleares.

— Só o que existe é o que permaneceu de programas anteriores. Mas não houve nenhuma atividade nova, nenhum esforço nessa área. Não se abriu nenhum novo laboratório no país. Tinham fechado o grupo do Iório, ficou muito feio, agora fingiram que abriram. Mas o Instituto de Engenharia Nuclear do Rio, do próprio sistema, subordinado à Nuclebrás, foi reduzido a atividades ínfimas. O grupo que fazia física nuclear na USP está, em boa parte, pesquisando outras formas de energia — como o próprio Goldenberg — e por falta de estímulo.

— Informa-se hoje que a Arena vai desencadear uma campanha em favor do acordo nuclear e o seu líder, Nelson Marchezan, declarou que os que se opõem a que o país ingresse na área da tecnologia nuclear fazem o jogo de interesses alienígenas.

— Bem, eu já ouvi esse argumento antes.

Os débeis mentais sempre dizem as mesmas besteiras e se repetem mutuamente. Eu acho que eles tem que provar primeiro que o acordo é de interesse nacional. Tem que provar que essa energia é mais barata. Tem que provar que nós precisamos dela. É uma questão de fatos.

Aliás está acontecendo uma dicotomia notável: de um lado o pessoal todo da Arena defendendo o convênio como se fosse uma questão de ideologia. Eles recebem uma ordem e passam a desfilarem pró nuclear, sem ter pensado. Eu já dei conferências em plenárias legislativas com números ínfimos de representantes. Também vai uma certa crítica à oposição, que se perfila contra, sem ter refletido. Quer dizer, virou uma questão de ideologia, quando não é. É uma questão técnica.

— Há um alinhamento político automático. Mas, por outro lado, mais além das questões técnicas, que assinalam os riscos e vantagens, existem as opções por um ou outro modelo de desenvolvimento.

— Mas qual é o modelo de desenvolvimento que poderia escolher uma energia anti-econômica? É claro que pode haver certos aspectos como por exemplo o da centralização. A energia nuclear permite uma centralização e um controle maior da sociedade. Você pode dizer: está dentro da forma de conceber o poder. Mesmo assim seria demais imaginar que todo mundo da Arena pensa do mesmo jeito. O que existe é falta de julgamento, falta de independência. Eu gostaria de acreditar que eles estivessem convictos do programa nuclear. Mas se todo mundo está no mesmo passo é porque estão agindo militarmente, obedecendo ordens.

Por que a Constituinte

Ao lado do avanço do movimento de massas, a recessão econômica se avizinha e o governo começa a perder o seu fôlego nas reformas políticas. A crise do regime se aprofunda e volta à ordem do dia a questão de uma alternativa global à ditadura militar.

Por Raul Pont

O fantasma da crise econômica ronda o país. O governo já admite, mesmo a contragosto, que talvez a recessão seja inevitável. Incapaz de debelar a inflação, premido por um déficit no balanço comercial neste primeiro semestre em torno de 2 bilhões de dólares e que aponta para novo saldo da dívida externa, o regime não possui muitas alternativas. Lançar o país numa recessão, apesar das declarações em contrário do sr. Delfim, seguramente tornará ainda mais ilegítimo o regime militar.

Qualificar o regime de ilegítimo talvez seja redundante pois seus últimos atos como a reforma partidária, a repressão policial e o achincalhe às suas próprias leis no caso dos metalúrgicos de São Bernardo e, mais recentemente, na violência praticada sobre estudantes e parlamentares no episódio da demolição da sede da UNE, são suficientes para evidenciar que suas meia-solas jurídicas pouco servem para recuperar um mínimo de respaldo perante a nação.

Essa situação, no entanto, não ocorre num momento de derrota das classes populares. Ao contrário, os movimentos sociais tendem a crescer e a reforma partidária, ainda que limitada, trouxe novos partidos e adversários inesperados como o PT que podem servir de conduto organizado para que vários setores da sociedade se expressem de forma mais ágil, mais eficaz e, sobretudo, mais forte.

Essa situação de ascenso do movimento de massas, de reorganização partidária e de aprofundamento da crise que o país vive mostra, claramente, que as oposições precisam se preocupar desde agora com uma alternativa à ditadura militar. Esta questão não é prematura, nem descabida. Nem muito menos atrapalha as lutas mais sentidas e imediatas por melhores condições de vida, por liberdade sindical e pelo pleno direito de organização partidária. São questões que não estão separadas e que precisam de uma resposta firme e unitária do conjunto das oposições.

Ontem e hoje

A crise da ditadura coloca na ordem do dia a questão da Constituinte. Esta é uma bandeira não só dos partidos políticos como de entidades do prestígio de uma OAB que recentemente em sua 7ª Conferência Nacional, em Manaus, rati-



Com a bandeira, os trabalhadores poderão formar a dianteira da luta democrática

ficou sua luta por uma Assembléia Constituinte, livre e soberana.

A proposta não é nova. Há alguns anos, o ex-MDB já levantara a palavra de ordem, porém, num momento em que a hegemonia da oposição estava em mãos liberais. Num momento em que as classes populares ainda não começavam a sair às ruas, a retomar suas lutas e se apresentarem também como uma alternativa potencial para o país.

De lá para cá, muita água correu. A ilegitimidade da ditadura cresceu na proporção do movimento de massas que em 79 e 80 deixou muita gente perplexa por sua vitalidade espontânea sua capacidade de resistência, sua crescente organização.

Certamente, o leitor estará se perguntando: mas essa luta interessará aos trabalhadores? Suas reivindicações cotidianas como custo de vida, salários, aluguel, liberdade sindical, não serão prioritárias?

O fato do Partido dos Trabalhadores em seu Encontro Nacional não ter incluído em sua plataforma de lutas a Assembléia Constituinte não indicaria que ela não preocupa, hoje, as classes trabalhadoras?

Este fato isolado é insuficiente para que a resposta seja afirmativa. A não inclusão desta palavra de ordem no PT deve-se a uma questão circunstancial no debate partidário. A insuficiente preparação do debate e uma determinada

relação de forças no plenário foram responsáveis pela não inclusão da proposta e sua transferência para discussão mais aprofundada no interior do Partido.

O que importa, dessa forma, é desenvolver o tema. Aprofundá-lo. Para muitos, certamente a maioria da população, marginalizada há séculos da vida política do país, o tema pode ser desconhecido, confuso, sem significado. Nem por isso, porém, diminui sua importância, pois seguindo esse raciocínio concluiríamos que a anistia, a reforma partidária também são questões que para as grandes massas não tinham significado, portanto, seriam irrelevantes.

O interesse dos trabalhadores

A questão da Assembléia Constituinte interessa aos trabalhadores porque aos trabalhadores interessa hoje ter uma alternativa de governo à ditadura militar. E, se esta questão não está presente na consciência da grande maioria das classes populares é uma tarefa que deverá ser cumprida pelos partidos oposicionistas, pelos setores mais combativos e organizados das classes trabalhadoras, pois são eles, como vanguarda, que devem sistematizar e apontar alternativas para o movimento de massas.

É óbvio que aos trabalhadores não interessa uma "Constituinte com Figueiredo", nem uma Constituinte que simplesmente se esgote no "Estado de Direito" sob hegemonia dos liberais.

Aos trabalhadores interessa uma Constituinte, pois é através dela que se sintetiza uma saída global para o conjunto de suas reivindicações democráticas como liberdade sindical, direito de greve e plena organização partidária.

Para os trabalhadores, a democracia substancial e efetiva não é uma reivindicação circunstancial, passageira, mas algo fundamental para a construção de uma nova sociedade. Em nosso país, a burguesia e, mesmo seus setores liberais já demonstraram sobejamente que são incapazes de garantir essa democracia substancial. Não conseguem dispensar sua guarda pretoriana e a única democracia que nos tem a oferecer é a fraseologia oca de generais e ministros cuja prática é a cassação, o casuismo, a intervenção nos sindicatos, o espancamento e a tortura.

Os trabalhadores precisam assumir a luta pela Assembléia Constituinte pois ela globaliza hoje as reivindicações democráticas e é a resposta, no atual estágio de consciência das massas e da relação de forças na sociedade, à crise em que se debate o regime militar.

A hegemonia da luta democrática é a forma pela qual os trabalhadores poderão liderar outros setores sociais, aliados potenciais na luta por uma nova sociedade, retirando-os da influência liberal, mostrando-lhes como a conquista da democracia está indissolivelmente ligada com a superação da sociedade capitalista. É a forma de garantir um espaço político para exercitarem suas próprias formas de democracia operária ainda no interior da sociedade capitalista.

Atualmente, o regime busca reformar-se por dentro, à espanhola. Não faltam conselhos ao "presidente João" para mirar-se no seu xará ibérico. Não faltarão, seguramente, os eternos liberais para aplaudirem e se contentarem com novos casuismos que lhes mantenham os privilégios.

Cabe, portanto, aos trabalhadores não abdicarem da bandeira da Constituinte e a garantirem livre e soberana, levando consigo, sob sua hegemonia, os amplos setores populares deste país que nenhuma esperança mais tem no regime militar e seu sistema de exploração e miséria.

As tentativas do passado

Ao longo de sua história o Brasil já teve três Constituintes e sete Constituições.

A primeira Constituição foi promulgada por D. Pedro I, autoritariamente, em 1824 e marca a independência estabelecendo ao mesmo tempo as regras do jogo durante o período imperial.

O segundo texto constitucional vem em 1891, através da primeira Constituinte de nossa história, preponderantemente aristocrática na sua composição, e que consagra na lei a República conquistada anteriormente.

A Revolução de 1930, mais adiante, dá ensejo a novas alterações na vida do país que irão se refletir na terceira Constituição, elaborada pela segunda Constituinte de nossa história, esta também com irrisória participação das camadas populares.

Em 1937, com o golpe getulista que instaura o Estado Novo, uma nova constituição, de inspiração fascista, é outorgada pelo ditador. Será somente em 1946, com a queda do Estado Novo que as camadas populares conseguirão pela primeira e única vez ter

alguma participação expressiva numa Constituinte, a terceira e última de nossa história. Mas ainda assim, a maioria conservadora que domina a sua composição imporá tranquilamente uma quinta Constituição altamente conservadora.

Esta Constituição irá prevalecer até 1967 quando então, o Marechal Castelo Branco, imporá ao Congresso, depois de sucessivas cassações, a aprovação de uma nova Constituição inspirada no golpe militar.

Finalmente, em 1969 vem a última Constituição que sucessivamente remendada é ainda a que prevalece até hoje. Ao estilo da primeira — a Constituição imperial de D. Pedro — esta de 1969 foi outorgada pela junta militar no poder e sua marca distintiva foi a incorporação do AI-5 dentro do texto constitucional.

Finalmente, mas ainda dentro dos mesmos marcos da Constituição de 1969, o general Geisel, em finais de 1978, fez o Congresso aprovar um remendo no texto da junta militar, extraindo daí o AI-5 mas ao mesmo tempo substituindo-o pelas famigeradas "salvaguardas da segurança nacional".

O que é uma Constituinte?

A Constituição é a lei máxima de um Estado, que define os princípios básicos da organização política, social e econômica da nação, aos quais todas as demais leis devem estar subordinadas e de acordo. É na Constituição que se diz por exemplo se a propriedade dos meios de produção será privada ou coletiva. É nela que se estabelece a relação entre os sindicatos e o Estado. É nela ainda, que se determina como os partidos políticos se organizam, como se dão as eleições dos governantes etc. Enfim, todas as questões gerais da organização de uma nação estão expressas na Constituição.

Por tudo isto vê-se que o importante é então como se faz a Constituição, quem a faz, e de que modo.

Na história do Brasil, várias das Constituições foram baixadas por decreto de uma pessoa: o imperador D. Pedro I, o ditador Getúlio Vargas e os militares do golpe de 1964, por exemplo, baixaram suas constituições. Mas outras foram elaboradas de modo diferente. Por uma Assembléia Nacional Constituinte. Um conjunto de pessoas eleitas por todas e cada uma das regiões do país e que, durante um determinado período de tempo, ficam encarregadas de discutir, elaborar e votar o texto constitucional.

Mas por aí vê-se também que o fundamental

do ponto de vista dos trabalhadores é saber que condições eles terão de estar entre os componentes de uma Constituinte, e com uma expressão tão majoritária, quanto é o seu peso no conjunto da população, de forma a fazerem valer no texto constitucional a defesa de seus interesses na organização da nação.

Estas condições estão claramente ligadas à forma pela qual é convocada a Assembléia Nacional Constituinte. Ou seja a Constituinte será tão mais livre, democrática e soberana quanto mais os trabalhadores conseguirem, como requisitos necessários à sua convocação, as mais amplas liberdades de organização e manifestação política em todos os planos da vida nacional, dos locais de trabalho até os partidos políticos, passando pelos sindicatos, pelos meios de comunicação social etc.

É enfim, do grau de organização e mobilização que os trabalhadores conquistem ao longo do processo de luta pela Constituinte que dependerá a maior ou menor influência que eles venham a exercer no seu interior. Por consequência, é desta organização dos trabalhadores também que dependerá o tipo de desdobramento e consequência que a realização da Constituinte terá sobre os destinos da sociedade, deflagrando ou não um processo de transformações sociais mais profundas, voltadas para os interesses da maioria.

Os partidos diante da questão

A Constituinte figura nos programas de todos os partidos políticos que se proclamam como de oposição hoje no país. É evidente portanto que o fato da bandeira não ter figurado no programa do PT o deixa relativamente desarmado, e sem nenhuma alternativa à altura, na disputa junto às demais agremiações pela liderança da luta democrática mais geral. No entanto, há dois aspectos desta realidade que não podem deixar de ser considerados.

Em primeiro lugar, a maneira como a Constituinte está definida nos demais partidos. O Partido Popular, apesar de tê-la incluído no seu Plano de Ação, não a define de forma alguma como uma luta global contra o regime militar, e mais, nega-a em seguida quando em seu Manifesto a substitui por uma "Reforma Constitucional", seguramente a ser levada a cabo pelo próprio regime, como várias vezes já deixou claro, "realisticamente", seu presidente, o senador Tancredo Neves. Já o ex-PTB brizolista na sua definição de programa vê a Constituinte como um mero caminho no restabelecimento do "Estado de Direito", numa concepção portanto estritamente limitada à visão jurídicista e liberal da luta democrática. E, por fim, o PMDB somente a introduz em seu texto depois de toda uma introdução de advertências contra a "subversão" e ao mesmo tempo fazendo questão de deixar claro que a luta pela Constituinte não pode levar a "retrocessos" na abertura. Ou seja, dispõe-se a levá-la adiante somente com a convivência do regime.

Por outro lado é importante também ficar claro porque a bandeira não entrou no programa do PT. Em primeiro lugar a votação da questão foi apertada, a mesa tendo que fazer mais de uma contagem para resolver a disputa. Em segundo lugar, os adversários da introdução da bandeira não foram as lideranças de peso dentro do partido — os sindicalistas. Estes, lamentavelmente, estavam nos conchavos da articulação da chapa ao longo de todo o tempo em que o programa foi votado em plenário. E sabe-se que pelo menos desde o ano passado, quando da greve e intervenção no ABC, os sindicalistas, sob a direção de Lula, já haviam lançado um apelo de solidariedade ao conjunto da oposição onde figurava a bandeira da Constituinte. Quem de fato fez pesar a votação contra a bandeira foram principalmente as correntes de esquerda que ainda estão sob o manto do doutrinário que vê na Constituinte "uma bandeira da burguesia", contrária aos interesses dos trabalhadores.

Estes dois aspectos no entanto somente vêm dar urgência à correção do erro. O terreno interno ao PT é favorável à retomada da discussão e, por outro lado, quanto mais o partido se atrase nesta tarefa mais as massas trabalhadoras estarão sob a propaganda exclusiva que fazem da Constituinte os partidos de oposição moderada com todas as suas ilusões sobre a meta final do "Estado de Direito".

A direção do PT não é contra

As opiniões de quatro membros da Coordenação Nacional do PT sobre a questão da Constituinte: três favoráveis e uma contrária a do suplente Osmar Mendonça.

Jacó Bittar:
Temos que popularizar a bandeira

O que eu tenho dito sobre o problema da Constituinte é o seguinte: se eu estivesse lá no plenário na hora que o tema foi debatido, eu talvez até defendesse a Constituinte. Mas acho que o negócio é o seguinte: se a Constituinte for formada da mesma maneira como está sendo proposta a CUT e a CONCLAT, ela vai dar no mesmo resultado, ou seja, nada. Para se evitar isto eu acho que a Constituinte deve agora ser discutida dentro do partido e para isto não há necessidade de que ela esteja no programa. Ela tem que ser um tipo de instrumento para a discussão e participação política dos trabalhadores. Neste sentido ela não tem que ser um fim de um programa mas sim um meio de discussão. Eu sou favorável por exemplo que o PT agora tire um gíbi explicando para o trabalhador o que a Constituinte.

O que temos que fazer é debater, propagandar o que é a Constituinte. Eu hoje mesmo estava pensando. O negócio é pegar aí, pode ser até mesmo aquela proposta do antigo MDB sobre a

Constituinte e jogar para o trabalhador discutir, nos sindicatos, nas fábricas e nos bairros. Por outro lado é muito bonito estar aí com programas maravilhosos tipo o do PDS mas que não são viáveis. O negócio é fazer e não falar. E no caso eu volto a insistir que o fato de não ter entrado no programa não tem importância, pois não é necessário ficar aí repetindo as coisas óbvias.

Olívio Dutra:
Uma Constituinte para os trabalhadores

O programa que aprovamos no Encontro Nacional não é ainda o programa definitivo do PT. Este surgirá a partir das convenções municipais, estaduais e da convenção nacional que o partido ainda irá realizar. Este programa agora é tão somente provisório para a obtenção do registro provisório do partido.

Nós achamos que a decisão do plenário sobre a Constituinte foi correta na medida em que a questão não tinha sido amplamente divulgada sequer nos núcleos.

Deve ficar claro que isto não elimina

PP: A "Reforma Constitucional" é mais realista

No "Plano de Ação Política" do Partido Popular, sob o item "Campo Político" figura em primeiro lugar:

1. Convocação de Assembleia Nacional Constituinte

Mas já no seu "Manifesto", sob o item "Pontos Programáticos para o Curto Prazo", figura em segundo lugar:

2. Reforma Constitucional que: a) restaure as prerrogativas do Congresso na iniciativa das leis; b) elimine todos os resíduos do arbítrio; c) afirme em toda a sua plenitude a soberania nacional; d) proíba as sublegendas.

PMDB: Desde que não haja "retrocessos"

O "Programa" do PMDB, depois de uma introdução onde declara que o povo brasileiro sempre recusou os apelos à insurreição revolucionária e rejeitou a mentira oficial, propõe sob o item 1 de seus "Princípios Básicos":

O compromisso fundamental do PMDB é com a democracia. Não como tática provisória, mas como princípio primordial e inarredável. A inspiração central do programa do Partido é esta: lutar pela democratização da vida brasileira nos planos político, social e econômico. Nesta luta o PMDB terá

a presença e a participação do PT neste debate nacional. A Constituinte pode vir, sem dúvida, a se tornar uma alternativa de poder.

Se nós queremos uma sociedade mais democrática e justa temos necessariamente que lutar para que estas mudanças se espelhem a nível das leis do país. E a lei maior deste país precisa ser profundamente alterada para que se garanta a liberdade e autonomia sindicais.

Portanto o debate sobre o tema vai continuar e inclusive se aprofundar entre os militantes do PT para que a gente tenha no programa definitivo uma visão mais clara do problema.

Há outro lado da questão que é que nossa política contempla unidade com outras forças conseqüentes da oposição em torno da democratização da sociedade. E a questão da Constituinte aí virá. Não podemos de forma alguma deixar que este momento chegue sem que o trabalhador tenha então uma visão clara do problema para que ele não fique de lado mais uma vez, ludibriado, vendo passar ao largo as constituições liberalizantes mas que com relação aos interesses da classe trabalhadora pouco ou nada oferecem.

O debate até agora realizado sobre a Constituinte na sociedade brasileira não nos satisfaz.

presente que a democracia é um instrumento insubstituível para assegurar a dignidade humana e justiça. Considerará também a importância de evitar retrocessos políticos, de consolidar e aprofundar as conquistas democráticas, abolindo-se as causas sociais, econômicas e políticas que possibilitaram a instalação do regime ditatorial no país, e terá como indispensável a extinção dos órgãos policiais e militares criados pelo regime para aplicação da lei de segurança nacional. O PMDB acredita que as reformas institucionais necessárias à instalação do regime democrático e ao exercício dos direitos políticos — essenciais para a transformação social que o povo brasileiro exige — requerem a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte soberana, livremente eleita pelo voto direto, obtida, previamente, a ampliação da anistia de modo a alcançar os condenados, a partir de 1964, por crime praticado por motivação política.

Ex-PTB: Um caminho para o "Estado de Direito"

O "Programa" do ex-PTB brizolista, depois de defender a anistia e a liberdade de organização de par-



No plenário do Encontro Nacional do PT, a votação da Constituinte foi apertada.

José Ibrahim:
Uma luta unificadora das oposições

Eu sou favorável a que lancemos hoje uma campanha pela Constituinte; esta é a minha opinião pessoal. Em termos políticos é uma luta importante, é um tema unificador do conjunto das oposições e nesta medida ela é insubstituível.

No entanto, temos que convir — e é isto que explica a recusa do plenário do Encontro Nacional do PT em incluí-la no programa — que trata-se de um tema pouco amadurecido no interior do Partido dos Trabalhadores. O debate em torno da questão só agora começa.

Pois a realidade é que a maioria ouve falar do tema mas não sabe sequer o que significa. Nesta situação, aprovar a Constituinte simplesmente por aprová-la seria precário.

O que temos que fazer agora é preparar a retomada do tema com a maturidade necessária. Pois o partido precisa de bandeira. Ele não pode ser tão somente um prolongamento das lutas sindicais. O PT tem que ligar a luta pelo pão nosso de cada dia com a luta política mais geral. E é aí que entra a Constituinte.

tidos políticos, conclama em seu item 2.4:

2.4. Convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para instaurar em toda a sua plenitude o Estado de Direito, o regime democrático representativo, os direitos fundamentais do povo e uma ordem econômico e social que atenda aos seus legítimos interesses.

PT: A proposta derrotada

A formulação da proposta de Constituinte, derrotada no Encontro Nacional do partido, e apresentada por um membro da Coordenação de Minas.

Por uma Assembleia Nacional Constituinte, livre, soberana e democrática com direito igual de voto e de ser votado para os analfabetos, civis e militares a ser eleita através de sufrágio universal direto e secreto, assegurando-se ao povo brasileiro a prática de todas as liberdades políticas de organização e de manifestação inclusive nas fábricas e nos campos.

Osmar Mendonça:
Ainda não temos força para tanto

Eu acho que foi correto que a Constituinte não entrasse no programa do PT pelo seguinte: em primeiro lugar a questão não havia sido suficientemente debatida anteriormente dentro do Partido. Muita gente sequer sabe o que isso quer dizer, não tem a mínima informação sobre o tema. Em segundo lugar nós temos que pensar seriamente sobre este tema pois hoje não temos, o movimento dos trabalhadores, a força necessária para convocá-la. E isto é patente quando ao se defendê-la, todos que o fazem listam uma série de requisitos que ainda não dispomos como conquistas.

Assim, como convocá-la? É evidente que num quadro destes quem pode convocar uma Constituinte é o próprio regime e não nós. É seguramente não será esta Constituinte que poderá trazer algum benefício ao trabalhador. É claro que isto não tem nada a ver com o fato de que se uma Constituinte vier a ser convocada nós não iremos atuar dentro dela, tentando ampliá-la. É evidente.

Portanto o que julgo fundamental e que não tendo hoje as forças para fazer a Constituinte que desejamos, não devemos levantar a bandeira, pois ela não servirá aos trabalhadores brasileiros.

Sistema educacional brasileiro: Uma prática anti-social

Por Maurício Tragtenberg (*)

A indecisão parece ser a forma de atuação do MEC na conjuntura atual. Segundo inferi, com base no pronunciamento de Claudio Moura Castro, do CAPES, pareceu-me ser linha estrutural de política educacional, o MEC privilegiar o 1º e 2º graus, minimizando o terceiro grau e desativando progressivamente centros de pós graduação.

Parece-me profundamente infeliz tal política.

Sem dúvida que a universalização do primeiro e segundo grau, se constituem em tarefas do século XIX que os países de capitalismo desenvolvido já resolveram e que para nós está no rol dos 'problemas não resolvidos'. Porém, eles o fizeram a cem anos antes. Nós temos dois desafios a enfrentar: a universalização do ensino de 1º e 2º grau e ao mesmo tempo possuir um 3º grau a altura dos centros mais desenvolvidos, capaz de criar um 'saber' e 'tecnologia' de ponta.

Porque são concomitantes as soluções aos problemas de ensino de 1º e 3º grau? Porque o capitalismo moderno caracterizou-se pelo seu desenvolvimento combinado, combinando a solução de problemas educacionais típicos do século XIX com a criação de um saber e ciência à altura do século XX. Dai nos parece falaciosa a oposição, 1º e 2º grau contra o 3º grau, esse taxado de 'elitista'.

Assim, uma pesquisa realizada pela FUVEST mostrou que entre os vestibulandos classificados nos concursos de 1979, 50% das famílias têm renda inferior a Cr\$ 25.000,00. Somente 20% dessas famílias apresentam renda superior a Cr\$ 50.000,00.

Por sua vez, o prof. Newton Balzan, pesquisando os concluintes de cursos de graduação na Unicamp, mostrou que o 'que se convencionou chamar extrato superior, não atinge a um quinto do total de alunos que em 1978 concluíram cursos de graduação na Unicamp. Na verdade, pertencem eles ao que ele chamou a 'classe-média-média', outro dado, 38,5 dos pais e 50% das mães dos alunos concluintes, cursaram somente até o final do primário.

Por essa razão, situar a Universidade como elitista, para esvaziá-la, contrapondo-a ao ensino médio ou primário e com fundamento nisso, procurar instituir o ensino pago, se constitui numa política anti-social.

Um ensino mais do que pago

Não há porque, instituir o ensino pago na universidade, eis que, ele está mais do que pago pelos impostos diretos e indiretos que o povo paga. Em segundo lugar, o ensino pago em nada resolveria o problema do 'financiamento do ensino' é sabido que a FGV, a IAAp onde vigora o ensino pago recebem subvenções do Estado, a PUC de S. Paulo esta a beira da insolvência se o Estado não socorre-la, daí a pergunta: em que o ensino pago na universidade resolve esse problema? Na realidade se trata de aumentar o montante de verbas para o conjunto do sistema educacional, sem discriminar setores, em relação às verbas destinadas a investimentos improdutivos: armas, aparelhos de informação e repressivos, por exemplo.

Na realidade, a universalização do ensino pago privilegiaria o ensino mercador, institucionalizara a indústria do ensino onde a maior taxa de lucro é o parâmetro que mede as 'realizações educacionais'. O Estado, desobrigado da educação, poderá direcionar seus investimentos para outras áreas prioritárias, no pensar da tecnocracia governamental: construção das Transamazônicas, Rio Niterói, ampliação do quadro de burocratas-informantes, e o desenvolvimento de outras funções de 'segurança nacional'.

A educação na sociedade dividida em classes serve para duas coisas: a criação da mão de obra disponível que o sistema necessita e a inculcação de maneiras de sentir, pensar e agir que traduzem a ideologia da classe dominante como sendo da 'sociedade em geral' e de seu interesse privado como sendo de 'interesse público', nesse sentido, jamais poderá ser ela um elemento redutor de desigualdades, ao contrário, tende a petrificá-las.

O que há estruturalmente é um modo de produção capitalista que destrói os modos de produção à ele anteriores, que expulsa a população das áreas rurais rumo as grandes cidades e nas cidades, por força da chamada valorização do 'solo' expulsa a mão de obra operária às periferias. Ao mesmo tempo, mantém uma população excedente, não

qualificada, a qual pode recorrer quando necessário e que tem como função manter em níveis baixos o salário da mão-de-obra ativa.

A periferia não é constituída de 'pobres' no sentido bíblico do termo, mas se constitui uma mão de obra integrada na produção, seus membros fazem parte da classe trabalhadora, nessa medida sofrem a expropriação econômica dos frutos do seu trabalho; a expropriação política, a tendência de suas lideranças serem 'cooptadas' pelo poder à custa de alguns metros de manilhas ou fios elétricos; a expropriação cultural, na medida em que converte-se a cultura em cada vez mais uma mercadoria sujeita ao preço do mercado, através da tentativa de universalização do ensino pago, que já está mais do que pago pela comunidade.

Ela pouco pode esperar do poder, inclusive pesquisa realizada na periferia paulista mostra escola com efeito contrário: ou pesquisando na periferia paulista junto a Osasco entre alunos que frequentam o Mobaral, geralmente elementos vindos com a migração do nordeste para S. Paulo, verificou-se, que, alunos frequentando os cursos do Mobaral três meses não adquiriram as habilidades que os capacitariam a ler, escrever e contar corretamente, porém, haviam adquirido os valores da ideologia dominante: subserviência ante a hierarquia, respeito sagrado ao poder independente de sua legitimidade, aceitação das desigualdades sociais como 'naturais'.

À serviço do capital

Isso mostra a eficiência das agências governamentais de educação, tipo Mobaral, muito mais como tranquilizante social do que um elemento de conscientização social, no fundo uma extensão da prática médica do INAMPS ou da propaganda da Benjam em torno da 'democracia da pílula', querem acabar com o pobre não com a pobreza!

Se a política social do poder é anti-social, como é possível que a pobre educação seja motor de redução de desigualdades num país onde somente 2% da população tem acesso a atenção médica individual. É sabido que a prática médica orienta-se pela acumulação do capital: enquanto corpo produtivo você recebe uma atenção equivalente à tua contribuição como força de trabalho. Executivo, operário qualificado ou não qualificado, recebem atenção médica diferencial, enquanto o improdutivo, o doente crônico ou o chamado 'louco' não é preso, desde Pínel é internado no manicômio.

A mão de obra improdutiva ante os olhos do sistema é confinada em asilos, em hospitais psiquiátricos. A população confinada nos manicômios é composta de operários, camponeses e donas de casa, sobre ela é que a repressão se exerce.

A luta pela democratização da saúde e atenção médica como a luta pela democratização da educação é inseparável da luta pela auto-organização da mão de obra assalariada. Somente a autonomia organizatória dos assalariados das fábricas, hospitais, escolas é que criará o espaço necessário democratização dos serviços, especialmente, educação.

Cabe aos trabalhadores em educação, professores, funcionários, organizarem-se em suas associações de classe. Aos professores colocar seu capital cultural a serviço dos trabalhadores, assessorando-os nos sindicatos, nas associações de bairro, nas comunidades de base. Assim a camada intelectual de reserva do capital e agente da 'reprodução ampliada do poder' poderá converter-se em 'intelectual orgânico' daqueles que estão expropriados economicamente, política e culturalmente. Muito menos das normas traçadas pelo Conselho Federal de Educação órgão público que se constitui em mero grupo de pressão de interesses privados depende a educação brasileira, do que, da capacidade de auto-organização de professores, funcionários e estudantes nos vários níveis de ensino. A educação necessita muito menos de intelectuais agentes do poder e muito mais de intelectuais críticos e organizadores, isso é, dos que resistem à 'cooptação' por qualquer estrutura de mando a serviço da reprodução do capital e da dominação sobre a maioria.

(*) Maurício Tragtenberg é professor da Escola de Administração de Empresas da FGV de São Paulo. Reproduzimos aqui, parte de um texto apresentado na Conferência Brasileira de Educação na PUC-SP,

Rio de Janeiro

A Praça de Guerra da Praia do Flamengo

"Não pense a ditadura que a demolição do prédio significa o fim de nossa entidade (...) podem arrancar pedra por pedra que nos vamos reconstruir neste espaço — Praia do Flamengo, 132 — O nosso prédio." Rui César, presidente eleito da UNE durante o Ato Público realizado no dia 10 de junho.

Marcado para às 16 horas, a manifestação de frente ao prédio da UNE foi barbaramente reprimida. Brucutu jogando água vermelha tenta dispersar os mil estudantes que pacificamente demonstravam o seu repúdio pela demolição do prédio. Assim como a Ação Popular impetrada para sustar a demolição e o parecer favorável do juiz Aarão Reis não foram suficientes para sustar os propósitos da ditadura, a disposição para realizar o Ato de Repúdio era maior que a força dos jatos d'água. Somente quando a repressão partiu com cacetetes em punho, bombas de gás lacrimogênio e outras químicas causando ferimentos graves em muitos estudantes, populares e inclusive mandando para o hospital deputados que ali estavam para prestar sua solidariedade é que os estudantes saíram em passeata até o centro da cidade e nas escadarias da Câmara dos Vereadores (Cinelândia) realizaram o Ato Público.

Foi no dia 10 que a diretoria da União Nacional dos Estudantes chamou para o dia 13 de junho um Dia Nacional de Protesto contra a demolição do prédio e contra a repressão. "A luta continua. A UNE está na rua." Com este grito os estudantes reafirmavam a disposição de manter a entidade viva e de retomar o espaço da Praia do Flamengo, 132.

Os 4 mil estudantes que responderam à convocatória de sua entidade nacional e foram até a antiga sede da UNE tiveram a oportunidade de ver o maior aparato policial-militar montado pra reprimir uma manifestação pública. Desde cedo a Praia do Flamengo estava interditada, ou seja, todos os arredores do prédio estavam tomados.

Ao contrário de 3º feira os manifestantes não puderam se aproximar do local marcado e resolveram se dirigir diretamente para a Cinelândia. Desta forma a repressão só se manifestou guardando o espaço e jogando um pó químico no local de encontro. O conhecido pó que provoca irritação nos olhos, na garganta e na mucosa nasal.

A Ditadura bota o prédio abaixo na tentativa de destruir a história de lutas dos estudantes. Mais do que lucros com a possível especulação imobiliária, mais do que reafirmar seu poder arbitrário que não reconhece nem suas próprias leis — uma vez que a ordem, do juiz Aarão Reis para interromper a demolição do prédio é "desobedecida" pela Polícia Federal e pela Polícia Militar —, mais do que uma demonstração de força, os acontecimentos que envolvem a demolição do prédio da UNE deixa claro que a Ditadura tem medo dos símbolos que a história de lutas do povo brasileiro reconhece.

A Ditadura teve que angolar a reconstrução da UNE. Reconstrução que veio no seio de grandes mobilizações estudantis. Sabe também que mais dia, menos dias os estudantes criam referenciais políticos e recuperam a sua história. O que ela tenta é destruir estes referenciais, esperando que suas instituições "em ritmo de abertura" sejam capazes de "abrigar" e direcionar não só o Movimento Estudantil, mas todos os movimentos dos setores oprimidos que buscam independência e autonomia do Estado. O que a Ditadura não sabe é que os estudantes ao lado dos trabalhadores não acreditam em seus discursos que tem cheiro de mofa e de sangue, que os trabalhadores e os estudantes em suas lutas constroem a sua independência política, organizam-se, recuperam seus espaços e criam novos.

(Da Sucursal)

Minas

Ponteio: uma promoção cultural de envergadura

O palco é o Centro Cultural do DCE UFMG e o acontecimento é o Ponteio — Festival Universitário da Canção, promoção conjunta dos DCEs UFMG e UCMG, aberto a todos os membros da comunidade universitária do Estado de Minas Gerais. Durante quatro sábados, cerca de 1000 pessoas por noite e 2000, na final, se acotovelaram para assistir à vitória final de "Diamantinas", de Noema e João Angelo Siqueira, da FACE UFMG, "Serra do Cipó", de Walter Rocha da Ed. Física UFMG e "Prognóstico Nebuloso", de Marcelo Vilas Boas, da Medicina UFMG.

Foi sem dúvida nenhuma, uma promoção cultural de envergadura não só devido a complexidade da produção, mas principalmente devido as feições políticas que toma um festival universitário da canção, realizado sem censura, ou melhor, a revela desta, uma vez que as composições não foram à ela submetidas.

As quinze finalistas concorrem aos prêmios de 1º, 2º e 3º lugares, Melhor Arranjo, Melhor Intérprete e de Melhor Instrumentista. Os Prêmios em dinheiro ficam a título quase que de estímulo, posto que não são altos (Cr\$ 30 mil para o primeiro lugar, baixando proporcionalmente para as outras classificações).

Na verdade, a grande maioria dos participantes

ouvidos, ressaltaram a importância do festival enquanto meio de mostrar seus trabalhos uma vez que o músico amador não dispõe de espaço para tal.

Pode-se dizer que em matéria de letras apareceu de tudo: desde a letra vencedora do 3º lugar de um estudante de Medicina, repleta de termos científicos usados para cantar a indignação do povo brasileiro, passados pelos temas comumente chamados de "românticos", chegando às tradicionais "músicas de protesto", desta vez com uma sintomática inovação temática: o protesto ecológico.

Do ponto de vista musical, nada de muito novo. Deixando-se de lado o velho equívoco de se julgar revolucionária uma canção que possui uma letra de protesto montada sobre uma estrutura musical tradicional, pode-se dizer que não ouviu-se nada de revolucionário.

Em fim, o Ponteio guarda em si algumas características que são típicas de qualquer festival mas tem o mérito de ir além superando as limitações de uma forma que não pode mais enfrentar os cartéis da "cultura" e da comunicação de massa, mas que pode semear um campo cultural que estava incultivado por falta de novas formas.

(Da sucursal)



Rio Grande do Sul

Unisinos: a conquista do DCE-Livre

Nos dias 3 e 4 de junho o movimento estudantil gaúcho deu mais um passo em sua consolidação. Após quatro anos de fechamento pela Reitoria, foi eleita — pela primeira vez em eleições diretas — a nova diretoria do DCE-Livre da Unisinos, a Universidade Jesuítica de São Leopoldo, RS, hoje a maior concentração universitária gaúcha.

O resultado não apresentou grandes novidades. A chapa Novação, que já vencera as eleições para a UNE e a UEE na Unisinos, conquistou nova vitória, alcançando quase dois mil votos. Em segundo lugar, a chapa Objetiva fez em torno de 1300 votos, ficando as últimas colocações com a Nova Fase (900 votos) e Liberdade e Luta (370 votos).

O total de votantes, em torno de cinco mil, é

pequeno se visto comparativamente com os quase 25.000 alunos da UNISINOS, mas significativo se analisado pelo aspecto de ter sido a retomada de uma entidade fechada há quatro anos e pelo clima repressivo — proibição de passagem das chapas nas salas de aula, limites nos espaços para propaganda e veladas ameaças aos componentes das chapas — criado pela Reitoria. O aspecto folclórico das eleições correu por conta da Nova Fase, apoiada pelo DEE, (Diretório Estadual de Estudantes), cujo presidente Geraldo Rosa ao chegar para presenciar as apurações foi vaiado e, praticamente, expulso pelos estudantes aos gritos de: "UEE! UEE! Fora com as entidades pelegas!"

(Da Sucursal)

Conflito de terras no Rio: Uma situação insustentável

“Reforma Agrária é coisa de economista desocupado”, costuma dizer o gordo ministro Delfim Neto. Os camponeses, no entanto, cada vez mais se dispõem a lutar por ela e até morrer, como no caso do líder camponês Raimundo Ferreira Lima de Conceição do Araguaia.

Por José Reis

“Sindicato é órgão reivindicativo”

Para Eraldo, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio de Janeiro — FETAERJ — os sindicatos rurais também começam a mudar, pela maior participação das bases que exigem deles uma tomada de posição ao seu lado.

— Como você avalia 1 ano de trabalho sindical depois do Congresso dos Trabalhadores Rurais a nível nacional?

— O III Congresso realmente deu uma maior contribuição para que todos nós pudessemos avaliar um pouco de melhora.

Hoje, a classe de trabalhadores rurais procura pensar mais politicamente. E isso é exatamente a função do sindicato. Já dá pra perceber que todos os companheiros dirigentes, trabalhadores, já percebem que não dá mais para enrolar. A coisa tá tão clara, tão clara que ou muda ou tá chegando a hora de todos dizerem com uma só voz: Chega! Daí que os trabalhadores estão procurando se organizar. Nós queremos é o reconhecimento dos direitos que temos, do direito à liberdade e autonomia sindical. E isso vai sair de acordo com os espaços que se vai ocupando. Não é o governo que vai dar.

Na questão da Reforma Agrária, especificamente, nós queremos organizar os trabalhadores do campo para essa bandeira. Mas que os trabalhadores da cidade também percebam que a Reforma Agrária não é um privilégio da classe trabalhadora rural só. É de todos os trabalhadores, de toda a nação. Sem a Reforma Agrária jamais existirá uma democracia para os trabalhadores. Não acreditamos em uma democracia com latifúndios.

— Em específico, no terreno sindical, em que avançou o trabalho?

— Nós mudamos o tipo de encaminhamento. Os trabalhadores exigiram que nós mudássemos. Hoje, eles querem ver as autoridades de perto, querem conversar com elas, querem reivindicar delas uma tomada de posição. Eu acho que isso é mudança de qualidade. As autoridades devem sentir que as reivindicações dos trabalhadores não podem ficar engavetadas. Elas tem que dar uma solução ao problema.

Ao mesmo tempo, não vou dizer todos, mas uma grande parte do movimento sindical no Rio está realmente unido no sentido de corrigir as falhas e caminhar junto pra dias melhores. Ou seja, ir às bases, discutir com os trabalhadores, apontar as coisas erradas. Não podemos ficar no terreno do “ano que vem eu vou resolver”. A própria participação nas assembleias já mudou um pouco. O desenvolvimento é lento, mas eu acho que já tem alguma coisa. Eu diria que se está retomando a posição de que o sindicato é um órgão reivindicativo e não de assistência puramente.



Rini Templeton

— Ainda assim, visitando algumas áreas aqui no Rio ainda encontramos dirigentes bastante desvinculados do trabalho de base.

— Isso ainda existe em nosso Estado. E não só aqui, isso é espelho praticamente de todo Brasil, de 16 anos de escuridão e proteção a um certo tipo de gente, a esse tipo de dirigente, a esse tipo de trabalhador que realmente ainda não se deu com as funções que ele deve exercer. O próprio processo que se está encaminhando se encarregará de eliminar esse tipo de entrave que ainda tem no movimento. Não tem outra saída a não ser eliminar isso de uma vez por todas.

— E a tão propagandeada “abertura”?

— Essa “abertura” é uma abertura muito manhosa. Sem dúvida é resultado de uma luta da classe trabalhadora e de todo o povo. A gente tem que se organizar e cobrar a quem de direito que nós precisamos ter liberdade. Eu não acredito em abertura quando as armas estão no mesmo lugar. O AI-5 do trabalhador, ou seja, o art. 5 da CLT. Quando a gente reivindica sua eliminação, ninguém atende, ele continua no mesmo lugar. Desde 1972 não houve sequer uma desapropriação na área rural. E querem falar de abertura?

Os conflitos de terra que envolvem famílias de lavradores no Estado do Rio não dão mostras de chegarem ao fim. Pelo contrário, a tendência é de se agravarem. As obras de infraestrutura, o desenvolvimento da indústria de turismo e do lazer, a extensão dos centros urbanos e a política de valorização da pecuária aceleram progressivamente a expulsão do homem da terra.

O município de Paracambi não foge à regra: lá, 160 famílias, muitas das quais há mais de 50 anos na região, resistem às pressões de Rubens de Almeida, um advogado que especula com o mercado imobiliário, da Claudia S/A Administração de Imóveis. Os dois utilizam todos os meios para “convencer” os lavradores a abandonarem a área. Dona Sebastiana, uma viúva de 60 anos mora e produz em sua posse desde criança, mas nunca enfrentou tantos problemas como agora: O rio que cruza sua área já foi, em 3 ocasiões, desviado pela ação das máquinas de Claudia S/A. Os prejuízos foram enormes: grande parte de sua plantação de bananas está imprestável.

A situação se tornou insustentável nos últimos meses. Ameaças e agressões são coisas rotineiras naquele lugar.

Tanto assim que, no dia 13 de maio, 80 representantes das famílias da área, tendo à frente dirigentes da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio de Janeiro — FETAERJ, os sindicatos de Paracambi e Nova Iguaçu, resolveram encaminhar um documento ao Coordenador do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA. Exigiam nele o fim das práticas de grilagem, a reintegração das pessoas que abandonaram a região de forma involuntária e, finalmente, a entrega de títulos definitivos de propriedade. Denunciaram também as pressões e ameaças do funcionário do Instituto, Lauro Aguiar de Souza e do oficial de justiça, Mucio. Ambos são vistos com frequência nos escritórios de Maximiliano Martins.

A ida ao INCRA se explica. Em primeiro lugar, a área é considerada de prioridade para reforma agrária naquele município. Além disso, o próprio INCRA já mediu e cadastrou todas as posses envolvidas no conflito. Na opinião dos camponeses, tudo indicava, portanto, que o órgão encarregado de executar a refor-

ma agrária prevista pelo Estatuto da Terra daria uma resposta rápida e efetiva a seus problemas.

A ilusão durou pouco. A reação do Coordenador da entidade foi, pelo menos, escorregadia. Cada caso na área será, ele prometeu, examinado por sua assessoria jurídica. Uma vez pronto o parecer — não foi estabelecido nenhum prazo, “será estudado o aspecto social da questão”. Finalmente, “será encaminhada uma solução”. No fundo, falou muito e não disse nada. Quanto ao comportamento de seu subordinado, prometeu uma sindicância. Mas já foi avisando que “o pessoal do INCRA tem o direito de locomover-se para onde deseje. Afinal, não estamos em um país democrático?”

Na realidade, a reação deste senhor não deveria surpreender. A história do INCRA no próprio Estado do Rio já ensinou bastante. Um exemplo: no município de Cachoeiras do Macacu, área de grave tensão social, ocorreram diversas desapropriações no início dos anos 60. Tudo com o objetivo de realizar uma reforma agrária. Recentemente, o INCRA — até então titular do domínio, devolveu as terras para que fossem disputadas pelos grileiros na Justiça. O mesmo ocorreu com a desapropriação de Capivari, em Duque de Caxias; de Imbé, em Campos e em muitos outros lugares.

Já está mais do que provado que a reforma agrária proclamada no nome do Instituto é algo remoto, assunto para economistas desocupados, como diz Delfim Neto. Se ela foi admitida algum dia tanto na fundação do INCRA como na elaboração do Estatuto da Terra se deveu ao agravamento das tensões sociais no campo e a uma fase de avanço do movimento camponês.

Em Paracambi, são muitos os que acreditam que dependerá da luta dos próprios posseiros a conquista da terra para quem nela trabalha, ou quer trabalhar. Para que cheguem lá, no entanto, muito terá que ser superado. Entre outras coisas, questões que não são específicas da zona, problemas que são característicos de uma prática e de uma estrutura sindical. Um deles se refere ao esforço de organização. É verdade que o sindicato apoia a luta. Mas a ausência de um trabalho mais sistemático na área impede que a confiança dos trabalhadores nos dirigentes seja maior.

“Tem fumaça de novo na Fazenda Krenak”

Foi o comentário vitorioso de um índio ao cineasta Zelito Viana, que acompanhava, câmara em punho, a volta dos Krenak a suas antigas terras, às margens do Rio Doce. “Exilados” há oito anos na Fazenda Guarani, para onde foram transferidos à força, os Krenak voltaram a suas terras no dia 11 de maio último, desafiando a FUNAI e os fazendeiros que atualmente ocupam as terras. “Eles resolveram começar tudo outra vez”, afirma Willer Barbosa, missionário do CIMI. “Eu nunca senti o povo Krenak tão satisfeito como agora, falando a língua deles como nunca, as crianças maravilhadas com o rio. Eles me disseram que só sairão dali mortos.”

A retomada das terras vem sendo garantida

por essa firmeza dos Krenak, mas também pela campanha de apoio desenvolvida pela Igreja, através do CIMI-LESTE, pelo Grupo de Estudos da Questão Indígena (GREQUI), Dep. de Sociologia e Antropologia da UFMG e Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA). Trabalhadores rurais de Teófilo Otoni, “considerando que a briga entre o lavrador e o índio só pode ser proveitosa para os poderosos” e que “grande número de trabalhadores rurais trazemos em nosso sangue a herança indígena”, enviaram aos índios uma nota de apoio e se prontificaram a fazer um mutirão para reerguer as casas destruídas na enchente do ano passado e para roçar a terra.



1 — Os anos de formação da classe

Boris Fausto,
TRABALHO URBANO E CONFLITO SOCIAL, Ed. Difel, Rio, 1976

Livro indispensável para o estudo das condições da formação do movimento operário em nosso País. Analisa particularmente São Paulo e Rio, no período que se estende de 1890 a 1920, distinguindo e relacionando a classe operária em seu conjunto e o "movimento operário", ou seja, suas vanguardas no sentido mais amplo do termo. Tem ainda o mérito de não desvincular o movimento operário do seu contexto político e econômico. Na primeira parte — "A formação da classe operária: determinações estruturais" — vemos surgir o operariado da desintegração da economia escravista, de uma lenta e dispersa implantação industrial numa sociedade ainda dominada pelo café. Vemos o peso decisivo dos imigrantes nessa formação. 79 por cento da mão de obra nas manufaturas de S. Paulo, em 1893, era constituída por estrangeiros. Boris Fausto não quer, no entanto, exagerar seus efeitos: "seu significado foi relevante somente em termos de maior influência difusa das ideologias revolucionárias", não sendo responsável por divisões e limites do sindicalismo, no período.

A segunda parte — "A classe operária e seu movimento (1890-1917)" acompanha a dinâmica desses atores. Num primeiro capítulo trata das correntes organizadas e seu "campo de incidência": do anarquismo, do socialismo reformista e o "trabalhismo". Esta última corrente — a denominação é dele mesmo, "para indicar a existência do embrião" do que seria mais tarde o petebismo — é estudada particularmente no Rio, a partir da existência de políticos que procuram criar uma base de apoio na classe operária e da existência, na própria classe, de um núcleo disposto a colaborar com a ordem vigente para obter algumas melhorias. Na análise do anarquismo, o autor explica suas concepções, as características específicas que adotou em nosso país e sua irradiação. Em contraposição com a grande influência do anarquismo (mais precisamente do anarco-sindicalismo), o socialismo (em sua feição reformista) teve mais fraco desenvolvimento: que poder de atração poderia ter um movimento que se propunha a alterar a ordem vigente através de reformas no interior de um sistema político tão fechado como o da primeira República?

Num segundo capítulo, o livro expõe as condições de trabalho e exploração no período e num terceiro, analisa 3 greves em São Paulo, para aí captar a "dinâmica do movimento".

A terceira parte estuda "A Conjuntura 1917-1920", que se define por um ascenso generalizado do movimento operário, pelas greves mais poderosas até então realizadas e pela tentativa de suas lideranças de vinculá-las a uma estratégia insurrecional. Boris Fausto expõe as alterações ocorridas no próprio sistema político e acompanha as principais lutas operárias nessa conjuntura decisiva. Fundamentalmente, a greve paulista de 1917 e o movimento de novembro de 1918 no Rio.

A ofensiva anarco-sindicalista é derrotada. Suas próprias concepções passam pela crítica de vários militantes do movimento operário. O regime, por sua vez, vencedor, mas ciente da força do inimigo, combina medidas de repressão com uma primeira vaga de leis trabalhistas. Estas não terão consequências no entanto, pelas próprias características do sistema político. As alterações nas relações trabalhistas só se farão mais tarde, num outro contexto, onde, lembra Boris Fausto, "repontam de um lado a depressão do movimento operário, a crise do anarquismo, e, de outro, a presença da contestação militar, cuja influência alcança a rarefeita liderança operária e o nascente Partido Comunista".

Astrogildo Pereira,
A FORMAÇÃO DO PCB,
Ed. Vitória, Rio, 1962

O texto abrange o período de 1922 a 1928, mas contém ainda uma descrição do período anterior, a partir de 1906, quando se consolida a hegemonia anarco-sindicalista no movimento operário. O livro procura tratar do processo de superação parcial do anarquismo que precede outra transformação, radical em 1934, quando o "prestismo" toma conta do Partido Comunista. O próprio Astrogildo é ator privilegiado desses fatos. Ele mesmo fora dirigente anarquista e será um dos fundadores do PC e seu secretário-geral, de 1922 a 1930. O livro carrega, portanto, qualidades e defeitos que costumam ter obras dessa natureza. Possui a narrativa viva que só podem dar aqueles que viveram a história transmitida e, sabem, portanto, a importância que teve em seu momento cada elemento de que nos falamos. Possui, também os limites dados pela ótica de

Esta série que agora iniciamos surgiu a partir de pedidos e sugestões de vários leitores. Principalmente de militantes sindicais. Dizem eles, em resumo, que todo dia aparecem companheiros pedindo orientação "para estudar o movimento operário", e que seria interessante se o EM TEMPO já publicasse uma bibliografia mínima e comentada, um roteiro de estudo.

A repressão com que as nossas elites premiaram aqueles que produziram seu "milagre", impediu que uma longa experiência se transmitisse às novas gerações. E essa falta pesa nas lutas que elas enfrentam hoje. O interesse, pois, pela História, não constitui nenhum modismo intelectual: é um meio para aprender as lições do passado e para situar-se melhor no presente.

Neste edição publicamos a primeira parte de uma série de quatro artigos, que poderia ser denominada "pequena bibliografia comentada sobre o movimento operário brasileiro". Como os objetivos não são acadêmicos mas sim de orientar um conhecimento geral sobre o assunto, vamos nos deter fundamentalmente nas obras que tratam da matéria de modo mais global, sem desconhecer que existem trabalhos excelentes sobre aspectos mais específicos. Para preencher essa lacuna, pretendemos ao final apresentar uma bibliografia mais completa para quem pretender aprofundar-se no assunto.

Apesar de vários livros não poderem ser contidos apenas nos limites da nossa divisão, classificamos as obras segundo quatro grandes períodos:

- 1 — Os anos de formação da classe
- 2 — O Estado enquadra os sindicatos
- 3 — Os sindicatos na democracia populista
- 4 — O movimento operário sob a ditadura militar.

quem procura justificar ou julgar aqueles fatos à luz de suas tomadas de posição. Mas, no caso, o dano causado é mínimo, pelo caráter descritivo da obra, que nos faz chegar ao ambiente e as condições daquela época.

O livro é, na verdade, a reunião de artigos escritos, em sua maioria, em 1960 e 1961 (além de um de 1947, outro de 53, outro de 54 e um último de 57). Percebe-se pois, que haverá uma tônica de auto-crítica pela qual o PC nacionalista do pós-guerra (ao qual Astrogildo permaneceu filiado) observa sua influência obreirista.

Pelo livro assistimos o auge das lutas e das derrotas, o impacto da revolução russa sobre militantes que buscavam superar os métodos anarquistas e a luta ideológica que então se trava.

Sua descrição do congresso de fundação e dos primeiros momentos do jovem PC não deixam de transmitir a imaturidade daquele ato. Os pequenos grupos comunistas existentes têm pressa na sua constituição para participar do IV Congresso da Internacional. A ordem do dia é significativa dessa disposição: a) exame das 21 condições de admissão na Internacional; b) estatutos; c) eleição do Comitê Central; d) ação pró-flagelados do Volga; e) vários. As questões orgânicas sufocam toda avaliação concreta da situação e do movimento. E as "21 condições", expressão de uma tendência ultra-centralista de submissão dos partidos nacionais à direção central da Internacional Comunista, foram aceitas unanimemente por aqueles lutadores operários que mal haviam saído do anarquismo, tal era a vontade de encontrar no modelo russo uma solução para os impasses vividos no Brasil.

Mas as características principais da superação do anarquismo se encontravam, como é natural, no campo sindical. O PC vai bater-se pela "unidade sindical" e, portanto, contra a concepção anarquista que tornava os sindicatos um instrumento de vanguardas combativas. Procurando unir a classe em torno às suas aspirações mais gerais, os comunistas vão enfrentar a tarefa de atrair o novo proletariado, mais atrasado, não qualificado, nacional, que ingressava nas indústrias. E, no entanto, esse princípio "mais aberto", foi aplicado de modo particularmente sectário. Onde os anarquistas eram a liderança, os comunistas dividiram o sindicato, para criar outro, segundo suas concepções.

No livro, vemos, também, as primeiras lutas políticas na qual se engaja o PC, o jornal diário cujo proprietário se pôs "a serviço da causa", a constituição do Bloco Operário e Camponês para as eleições de 1927, 1928 e 1930. E, finalmente, mas apenas apontando, o encontro com Prestes e a tentativa de estabelecer acordos com o setor radical do tenentismo.

Outros livros a ler sobre este período:

Sheldon L. Maram — **ANARQUISTAS, IMIGRANTES E O MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO (1890-1920)**, Ed. Paz e Terra, Rio, 1979.

Um trabalho bem documentado sobre as características dos trabalhadores imigrantes e seu papel na formação do movimento operário em nosso país. Refuta a idéia simplista de que o anarquismo teria predominado devido à ideologia trazida pelos imigrantes.

P. S. Pinheiro e Michael Hall — **A CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL — DOCUMENTOS: 1889-1930**, (Vol. I: O movimento operário), Ed. Alfa-Omega, SP, 1980.

Coletânea de material indispensável para quem quiser conhecer "na fonte" as idéias que predominaram na formação do movimento operário. Relatórios dos primeiros congressos operários, das principais greves, artigos e polêmicas das principais figuras da época.

Everardo Dias — **HISTÓRIA DAS LUTAS SOCIAIS NO BRASIL**, Ed. Edaglit, SP, 1962

Um relato dos primeiros embates do movimento operário pelo punho de um protagonista, também ele passando do anarquismo ao comunismo.

Paula Beiguelman — **OS COMPANHEIROS DE SÃO PAULO**, Ed. Símbolo, SP, 1977.

Possuidora de uma tarta documentação que cobre o período 1889-1920, a autora segue as principais vicissitudes e embates do movimento operário procurando detectar sua dinâmica.

Contêm ainda análises importantes sobre esse período, mas serão apresentados na próxima parte:

Azis Simão, **SINDICATO E ESTADO**, Ed. Dominus, SP, 1966.

Leôncio Rodrigues, **SINDICATO E CONFLITO INDUSTRIAL NO BRASIL**, DIFEL, S.P., 1966.

J. Albertino Rodrigues, **SINDICATO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL**, DIFEL, S.P., 1966.

Alemão

Enilson Simões, o famoso "alemãozinho dos 200 por cento" (apelido que ganhou em 1976, quando considerava qualquer índice de aumento inferior a 200 por cento como uma tradição à classe operária) está concorrendo seriamente ao troféu "Boca de Siri". Pois o parlapiatão está falando pelos cotovelos, não há quem o suporte na Comissão de Salários de São Bernardo (dizem, inclusive, que até o prefeito Tito Costa ficou com o dito cheio), no próprio PMDB (é só ver as baboseiras que andou dizendo em Brasília).

Pois o único leitor de Hora do Povo entre os sindicalistas combativos do ABC, referindo-se a uma suposta proposta do EM TEMPO, no sentido da criação de um Sindicato Livre em São Bernardo, deu a seguinte declaração ao seu pasquim do coração: agora, quanto a essa questão de sindicato livre, sindicato paralelo, como essa proposta do jornal "Em Tempo", posso afirmar que isso é coisa de intelectual pedante da classe média e por isso mesmo vive longe do passado, do presente e do futuro da classe operária. Propor a criação de um sindicato em São Bernardo, como quer o Murilo Macedo junto com estes intelectuais estúpidos, é desconhecer todas as lutas travadas pelos trabalhadores no passado para que o nosso sindicato fosse hoje o que é. E entregar tudo o que conquistamos até o momento a mão de um interventor".

Só que o boquirrotto, que não perde, como o HP, uma oportunidade de insultar, está dirigindo os ataques ao alvo errado — quem propôs a transformação (e não criação) do Sindicato de S. Bernardo em Sindicato Livre, foi Osmar Mendonça, o Osmarzinho, uma das principais lideranças da greve. Será ele, realmente, um "intelectual pedante da classe média"?

Pedreiros

Construção Civil/POA
Eleições no sindicato

Os pedões da construção civil de Porto Alegre já têm data marcada para escurraçar a pelejada que se apossou do sindicato da categoria capitaneada pelo picareta Felipe Delgado: é no dia 17, 18 e 19 de setembro que a chapa de oposição sindical, formada pelos trabalhadores mais consequentes que se destacaram na greve do ano passado vai botar pra quebrar. Esse trabalho da moçada do cinzel e da colher começou logo após a greve: boletins de oposição começaram a sair periodicamente, foi promovida uma campanha de sindicalização em massa de 3.800 associados, existentes no começo deste ano, hoje o sindicato conta com cerca de sete mil e uma organização da categoria a partir do seu local de moradia, forma adotada pela própria oposição para estruturar-se.

O programa da chapa tem seus eixos centrados na questão salarial, nas condições de trabalho, no combate à CFI e na proposta de criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Contando com o apoio da categoria, esse programa esbarra, porém, na Santa Aliança promovida entre o pelegão Felipe Delgado e (adivinhem) o pessoalzinho ligado ao HP. Juntos, eles pressionaram a direção da Federação Riograndense das Associações Comunitárias e Amigos de Bairro (FCA-CAB) para que proibissem as reuniões da oposição nas suas dependências. Em contrapartida, a Oposição encaminhará um protesto através das entidades filiadas à FRACAB, exigindo reconsideração dessa decisão da diretoria.

Jornalistas

ENCONTRO DO INTERIOR

Cerca de 40 jornalistas do interior do Estado de São Paulo estiveram reunidos nos dias 14 e 15 de junho, na Praia Grande, para discutir a situação do mercado de trabalho, os baixos salários e a estruturação das sub-sedes regionais. Entre os pontos aprovados ao final dos trabalhos, destacam-se a realização de um Encontro Estadual de Jornalistas, a realização periódica de reuniões entre os representantes das sub-sedes. Além disso foi proposto um maior rigor na fiscalização do exercício da profissão, única maneira de acabar com a concorrência desleal, apoio às cooperativas de trabalhadores e a direção do Sindicato presidido pelo jornalista David de Moraes, incentivando-a a prosseguir solidarizando-se e participando de todas as lutas desencadeadas pelos diversos setores democráticos da sociedade, particularmente pelos trabalhadores.

Metalúrgicos

Surge o MUM

Articulado inicialmente pela grande maioria dos representantes e ativistas que atuaram nas 13 áreas em que foi dividido o Rio de Janeiro durante a greve dos metalúrgicos do ano passado, foi lançado no Rio de Janeiro o Movimento de União dos Metalúrgicos (MUM) que tem pela frente dois grandes objetivos, neste ano: a luta contra a nova política salarial do governo, que culminará com a Campanha Salarial de Setembro (organizada desde já) e a transformação do sindicato numa entidade combativa e atuante, apresentando uma chapa alternativa à atual diretoria nas eleições que ocorrerão no final do ano. Ampliação da democracia sindical. Por um sindicalismo combativo e atuante, por uma reformulação administrativa do sindicato, por melhores salários, melhores condições de vida e trabalho, pela liberdade sindical.

Encontro

GOVERNADOR VALADARES

Mesmo enfrentando a ferrenha denúncia da imprensa local, principalmente do "Diário do Rio Doce", foi realizado o I Encontro Regional de Movimentos Populares em Governador Valadares. Representações de trabalhadores da construção civil, professores, profissionais liberais, lavradores, pequenos proprietários, Comunidades Eclesiais de Base, Diretórios Acadêmicos, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jampruca e associações de bairros discutiram os problemas particulares de cada setor e os comuns a todos eles, como a questão partidária. Concluiu-se que no "plano das articulações existentes, a "Tendência Popular" do PMDB pode ser vista como uma opção para os movimentos populares", mas que o "Partido dos Trabalhadores e um partido que nasce como prolongamento da luta dos líderes autênticos e revolucionários do movimento sindical. Tem sido o único partido que está tentando identificar-se com os interesses e aspirações da classe trabalhadora. Pode vir a ser o partido do Povo".

Inauguração

Dia 29 de junho todo trabalhador consciente da Vila Guarani tem o que fazer: às 17 horas, será inaugurada oficialmente a sede do núcleo local do Partido dos Trabalhadores, (rua engenheiro Edson de Toledo, 317). O núcleo do PT que conta com 60 membros, participou ativamente do Encontro Estadual do Partido, enviando dois delegados. Para garantir as finanças da sede, o núcleo organizou, nos dias 21 e 22, uma festa junina, com pihão, pipoca e quentão.

A peteca não cai em São Bernardo

Por Vânia Almeida

Os trabalhadores estão ocupando "na marra" o sindicato que é seu, em São Bernardo, realizando reuniões de demitidos e assembleias (já está mareada outra de toda a categoria, na sexta-feira, dia 20), dirigidas pelas antigas diretorias. Apavorado, o interventor não teve outro caminho: chamou a polícia.

"A única maneira de se deter as demissões em massa e assegurar o pagamento aos que foram demitidos é uma nova paralisação", afirmou o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luis Inácio da Silva, numa improvisada assembleia realizada na sexta-feira dia 13, nas escadarias da Igreja Matriz de São Bernardo. Pouco antes, cerca de 200 trabalhadores demitidos por justa causa tinham sido impedidos pelo interventor Oswaldo Pereira D'Aguiar Batista, de se reunirem na sede do Sindicato. Ele simplesmente mandou chamar a Polícia que ocupou a sede e impediu o acesso de todo mundo, metalúrgicos e imprensa, a sala do interventor. E ainda mandou pregar na porta do Sindicato um aviso: "Por injunção legal e em virtude de instruções superiores, não haverá reunião no Sindicato".

Em meio aos 70 policiais que ficaram rondando a sede do Sindicato, os metalúrgicos gritavam indignados: "O Sindicato é nosso". Lá em cima, o interventor acuado, concordava em parlamentar com uma comissão de cinco metalúrgicos, mas que não incluiu os nomes de Osmar Mendonça e Enilson Simões, o "Alemãozinho" (Lula ainda não chegara). Ninguém concordou com a proposta e a multidão preferiu seguir em passeata pela rua Marechal Deodoro gritando: "um, dois três, Macedo no xadrez".

No Largo da Matriz, já estava esperando pelos metalúrgicos o deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, que reclamava da falta de bom senso do governo em tratar questões sociais com a Polícia.

Osmar Mendonça, outro dos oradores, afirmou que os metalúrgicos deveriam se organizar para evitar o prosseguimento das demissões e conseguir a volta da diretoria cassada, bem como retomar o Sindicato. Para Osmar está muito claro de que lado está o governo e certamente não é ao lado dos trabalhadores.

Lula encerrou a mini-assembly, dizendo que "hoje o número de demissões em São Bernardo do Campo e Diadema está em torno de cinco mil e a situação desses trabalhadores chega a ser desesperadora".

Para Luis Inácio da Silva, apesar de o interventor ter chamado a Polícia, ele não passa de um "coitado, uma vaquinha de presepço que cumpre ordens".

Foi com esse espírito desarmado que os metalúrgicos surpreenderam o interventor na segunda-feira, dia 9. Os metalúrgicos tinham se preparado para uma reunião no Sindicato, as dez horas, convocando os demitidos através de boletins, nas filas de pagamento. Antes, realizaram uma reunião preparatória na Igreja Matriz. No dia combinado, cerca de mil metalúrgicos se dirigiram ao Sindicato, fazendo lembrar as assembleias do início da campanha salarial. O interventor, então, foi tomado de surpresa, quando o advogado Maurício de Almeida convidou membros da diretoria cassada, entre eles Djalma de Souza Bom, para participarem da mesa. Eles foram aplaudidos de pé. Em seguida, outra surpresa para o interventor: ele foi ouvido com atenção pelos metalúrgicos e só foi vaiado uma vez, ao se referir ao ministro Murilo Macedo, cujo nome provoca invariavelmente expressões de repúdio. Mesmo assim, o interventor tremia, apavorado. Principalmente quando o Alemãozinho se referiu aos boletins de ocorrência visto pelos trabalhadores no Departamento de Segurança da Volks (os metalúrgicos detidos durante a greve tiveram seus BOS enviados pela Polícia às empresas).

A pesar da reunião ter se desenvolvido tranquilamente, o interventor parece não ter gostado da convivência democrática e chamou a Polícia para a segunda reunião dos demitidos que seria realizada no dia 13. A reunião não pôde ser realizada, mas já ao final desse dia, ferramenteiros da Chrysler corriam para contar aos ex-diretores cassados que o setor realizou uma paralisação de uma hora e quinze minutos em protesto contra o desconto dos dias parados. E deram um ultimatum a empresa: se até sexta 20, o assunto não for resolvido, o setor para, novamente.

E o interventor Oswaldo D'Aguiar parece que já se acostumou: na terça-feira, dia 17, novamente convocou a Polícia Militar para impedir que os trabalhadores demitidos se reunissem no sindicato. Desta vez, vieram 100 homens, comandados pelo coronel Jair Morais, que sequer permitiu a presença da imprensa.

Os 200 trabalhadores não tiveram outra escolha: organizadamente, foram marchando até a Igreja Matriz, pela Rua João Pessoa, já que a polícia interditara as vias de acesso a Marechal Deodoro, a principal de São Bernardo.

Preocupados diante do crescimento do número de demissões, os metalúrgicos do ABC vão solicitar a realização de uma mesa redonda com os patrões, na seccional da Delegacia Regional do Trabalho, em São Bernardo, segundo comunicou o diretor do sindicato, Manoel Anísio.

Enquanto se preparam para prosseguir a luta pela retomada do sindicato, os metalúrgicos de São Bernardo vão juntando dinheiro para o Fundo de Greve. Para isso, eles promoverão nos dias 21 e 22 uma festa junina em Vila Euclides, com muito torro, pinga, quentão, músicas e apresentações teatrais. dia 29, será a vez, finalmente, de Chico Buarque e sua turma engrossar a caixa do Fundo de Greve, com um show em Vila Euclides.

As bases discutem a greve

No dia 5 de junho, realizou-se, na Igreja Matriz de São Bernardo, um encontro entre os comitês de apoio à greve. O encontro, promovido pela Associação de Fundo de Greve de São Bernardo, tinha como objetivo uma avaliação da greve e a discussão das formas de continui-

dade dos organismos de apoio surgidos no bojo da luta. Estavam presentes, além da Associação do Fundo de Greve, do Comitê de Solidariedade à Greve da Assembleia Legislativa e do Comitê de Apoio aos Demitidos, várias entidades e grupos de bairros de São Bernardo e São Paulo como

por exemplo, Sapopemba, São Miguel, Campo Limpo e Taboão da Serra, Vila Alpina, etc, e alguns núcleos do PT. Ao todo, cerca de 80 pessoas, entre as quais muitos grevistas. As questões foram discutidas em grupos, que apresentaram suas conclusões através de relatórios, na plenária posterior.

Pelo fim da intervenção nos sindicatos.

Os trabalhadores brasileiros estão cansados da tutela do Ministério do Trabalho. Por isso, querem ter o seu direito a um sindicato livre e independente.



Este anúncio será publicado por este jornal enquanto perdurar a intervenção (total ou parcial) nos seguintes sindicatos: Metalúrgicos de São Bernardo e Santo André, Bancários de Porto Alegre, São Paulo, Uberlândia e Fortaleza.



PREVA



piquetão

Unidade Sindical: corrigir é preciso.

O imobilismo e o predomínio das correntes mais atrasadas, que têm dirigido a Unidade Sindical podem acabar com a decisão dos sindicalistas combativos de lutar por corrigir os seus desvios. Primeiro passo: adiamento do Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) para julho de 1981. Antes disso, preparação pela base, com assembleias sindicais, debates e encontros regionais.

Por Tom Duarte

Surgida após o Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), no segundo semestre de 1978, no Rio de Janeiro, a proposta de Unidade Sindical, se expandiu para os demais setores profissionais. Passados quase dois anos, abrange um número significativo de sindicatos e federações das mais distintas categorias, inclusive rurais (só em São Paulo existe mais de 60 sindicatos a ela vinculados), anuncia a edição de um jornal, o "Unidade Sindical", além de preparar, desde o final do ano passado, a realização do Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT).

Sua articulação representou na prática uma ruptura com a legislação oficial que impedia a realização de encontros inter-categorias e a formação de organismos permanentes (os patrões e o governo não esquecem a atuação de entidades como o Pacto de Unidade e Ação — PUA — ou mesmo do Comando Geral dos Trabalhadores — CGT —, no pré-1964). No começo inclusive, as primeiras reuniões eram semi-abertas, aproveitando as rebarbas de reuniões periódicas promovidas pelo DIEESE, ou quando do comparecimento de sindicalistas à posse de diretorias.

Esse aspecto positivo, porém, é um lado da moeda. Do outro, a aparente perda do impulso inicial, a falta de fôlego da Unidade Sindical, incapaz de, nos últimos tempos assumir concretamente um papel de organismo que dirigisse ou coordenasse as principais lutas dos trabalhadores no país, enfrentando contradições que inevitavelmente teriam de surgir no seu interior, onde a um só tempo convivem diferentes propostas políticas e visões distintas de intervenção sindical.

PARALISAÇÃO

Mais precisamente a partir do 1º de Maio do

ano passado começou esse processo de definhamento. A Unidade Sindical foi incapaz, por exemplo, de dar resposta à nova política salarial do governo, aceitando a formulação de reajustes semestrais (em seu programa, a Unidade Sindical, corretamente, reivindica reajustes trimestrais) quase sem reagir.

Mas foi durante a greve do ABC deste ano que a crise da Unidade Sindical chegou ao auge. Poucos dos seus sindicatos realizaram um apoio que transcendesse à presença de alguns de seus dirigentes às assembleias de Santo André e São Bernardo: suas categorias não foram mobilizadas, o que pode ser traduzido na inexistência de paralizações de solidariedade, no pequeno número de assembleias realizadas pelas diferentes categorias, etc. Mesmo aceitando a alegação de que tirar greve de apoio se tornava difícil, essa paralisação pode ser medida quando se refere à arrecadação de fundos: até hoje, os grevistas de São Bernardo não tem uma exata dimensão do que foi arrecadado pela Unidade Sindical, já que nunca foram feitas prestações de contas. Entretanto, uma coisa eles têm certeza: o que receberam foi muito pouco, se comparado ao que foi entregue em mantimentos e dinheiro pelo Comitê de Solidariedade instalado na Assembleia Legislativa de São Paulo. Mas há uma explicação política para essa postura: muitos dos sindicatos pertencentes à Unidade Sindical se opuseram à greve desde o início, tudo fazendo para freá-la depois de sua deflagração.

LULA CHIOU

O próprio Lula se encarregou de botar o dedo na ferida. Ele se encarregou de dizer, com todas as letras, que "eu acho que o setor que menos

ajudou foi o setor da Unidade Sindical. Os que mais ajudaram, foram aqueles que racharam, que agiram paralelamente à Unidade Sindical" (veja EM TEMPO nº 107).

Naquela ocasião, o dirigente de São Bernardo fez algumas declarações que inevitavelmente acabaram causando uma certa comoção entre os sindicalistas. Para ele, "a unidade sindical funciona é na prática. A Unidade Sindical propalada pelos dirigentes sindicais eu nunca acreditei e não vou acreditar, porque ela não funciona. A Unidade de cúpula, ela nunca deu certo em lugar nenhum".

Sem significar uma ruptura, suas declarações funcionaram como uma advertência, um puxão de orelhas no setor que mais vem assumindo a direção da Unidade Sindical, onde, ao lado de alguns sindicalistas de inegável combatividade, como é o caso do metalúrgico de Santos, Arnaldo Gonçalves, pontificam figuras execradas como Joaquim de Andrade, dos metalúrgicos de São Paulo.

Lula chamava a atenção, além do imobilismo das direções sindicais, para um outro aspecto fundamental: a prática cupulista, velha de décadas na história do movimento operário brasileiro, como também lembrou o presidente dos bancários de Porto Alegre, Olivio Dutra. E que, como reconhece o presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo, Agrimeron Calvacanti, tem feito com que a Unidade Sindical ainda se mantenha numa relação de exterioridade com o conjunto dos trabalhadores.

CONCLAT DE BASE

A persistir esse tipo de prática, raciocinam em boa hora os dirigentes sindicais mais esclarecidos, os dias da Unidade Sindical estão contados, como

alternativa de direção para os trabalhadores. Na melhor das hipóteses, se transformaria num monstro burocrático, pesado e inerte. E o vício cupulista, que orientava a forma como vinha sendo preparado o Conclat passou a ser atacado de rijo: a partir de articulações propostas por Olivio Dutra, que traduziu a posição da intersindical gaúcha, é mais do que provável que seja definitivamente transferido para julho de 1981.

Certamente, poucos serão aqueles que terão o atrevimento de manter a data anterior — setembro deste ano — a menos que queiram publicamente expor, mais uma vez, seu manobristismo e sua prática de resolver as questões sindicais "pelo alto".

Essa posição foi referendada pela quase totalidade dos sindicalistas presentes à reunião do dia 15, no sindicato dos gráficos (foi instituído a rotatividade das reuniões em São Paulo, que costumavam acontecer nos metalúrgicos da Capital). E deverá ser levada à reunião nacional da Intersindical, prevista para o dia 1º de julho, ainda em São Paulo. Com o adiamento, acreditam os sindicalistas, poderão, em princípio, ser dadas as condições para uma maior participação das bases no Conclat, necessária para a identificação do conjunto dos trabalhadores com as propostas que de lá surgirem. Essa preparação, segundo Arnaldo dos Santos, deverá ocorrer sob a forma de assembleias sindicais, foruns de debate e encontros regionais em cada Estado, que criarão os canais necessários à democratização não só do CONCLAT como da própria Intersindical, preparando, dessa maneira, o caminho da construção de uma Central Unica dos Trabalhadores realmente respaldada pela base.

A opinião dos sindicalistas

Arnaldo Gonçalves (metalúrgicos de Santos), Olivio Dutra (bancários de Porto Alegre), Jacó Bittar (petroleiros de Paulínia), Agrimeron Calvacanti (médicos de São Paulo) entram no debate sobre o futuro da Intersindical.

Bittar: O que é o CONCLAT?



O CONCLAT não pode sair de jeito nenhum. O que é o CONCLAT? Ela é hoje nada mais que a Unidade Sindical, na maneira como está sendo preparada. E eu já disse: eles vão ter que recuar desta posição. Eles não são de forma alguma o que o nome Unidade Sindical quer dizer. Na verdade trata-se de uma posição política própria e mais um amontoado de pelegos. E o que a Unidade Sindical está tentando com o CONCLAT é um verdadeiro golpe na unidade real que queremos para o movimento sindical.

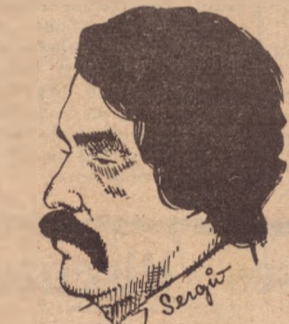
Assim, nossa proposta é de adiamento do CONCLAT. Vamos fazer que fazer uma reunião ainda com os companheiros da Unidade Sindical para um balanço de tudo o que eles têm feito ao movimento sindical. Temos que criticá-los duramente e levá-los à posição de

que o CONCLAT só pode sair se melhor preparada. Esta reunião vai sair a qualquer hora e acredito que vamos conseguir uma unidade.

O movimento sindical brasileiro vive um momento muito sério e estes companheiros estão fazendo um tipo de encaminhamento que só pode ser de interesses que não é dos trabalhadores. Quem pode ganhar com o CONCLAT hoje? É claro que não são os trabalhadores que estão inteiramente por fora de tudo. E só sair aí e perguntar em qualquer categoria sindical, para as bases: o que é o CONCLAT? E a resposta tá aí. Ninguém ouviu falar e não tem a menor ideia do que se trata.

Olivio: CONCLAT só em 81

A forma como vem sendo encaminhada a organização do CONCLAT parece-me, além de conservadora, altamente anti-democrática. Conservadora pelo fato de estar envolvendo, e com destaque, vários segmentos de dirigentes sindicais que têm adotado uma postura extremamente conservadora, senão pelega, nos últimos anos da luta sindical no país. Isto é grave para um movimento que se pretende um caminho para a construção da unidade dos trabalhadores a nível nacional. É anti-democrática porque enquanto vários de nós



estávamos aí na refrega das lutas sindicais do final do ano passado e começo deste, enfrentando a repressão aos grevistas, as intervenções, é neste momento que a chamada Unidade Sindical se lançou à organização do CONCLAT.

É claro que numa circunstância desta somente eles é que serão os beneficiários do que venha a resultar deste encontro. Só a eles é que pode interessar a realidade imediata do CONCLAT.

No sul, a intersindical regional já tirou uma posição que é no sentido de que caso o CONCLAT seja realizada ainda este ano nós não participaremos. Achamos que o processo de encaminhamento deve ser o mais democrático possível, com amplas discussões na base, todos podendo influir na decisão, por exemplo, do regimento interno do encontro.

O que ocorre enfim, é que vários dirigentes sindicais de peso nas lutas atuais do país estiveram e ainda estão inteiramente a margem do processo de preparação do encontro. E temos que ter claro que não podemos repetir hoje a experiência cupulista que foi a criação do CGT no passado que em nada contribuiu para a autonomia dos movimentos dos trabalhadores neste país. É por isso que nós do sul tomamos a posição de não conciliarmos com qualquer tentativa que se faça agora de reeditar este tipo de caminho para a unidade nacional do movimento sindical.

Agrimeron: Contra o divisionismo

"Creio que algumas críticas a Unidade Sindical tem sua razão de ser, principalmente quando elas partem dos setores mais responsáveis dentre os trabalhadores. Mas outra coisa são as posições daqueles que jogam na divisão do movimento operário. Além disso, é preciso ter claro que mesmo naquelas críticas que procedem, deve-se levar em consideração que muitas vezes os erros e omissões se devem ao próprio atraso do movimento.

Um aspecto a ser resolvido pela Unidade Sindical é o de seu relacionamento com os sindicatos e com o conjunto dos trabalhadores, pois algumas ocasiões ela aparece como exterior a eles, não existe integração com eles. E isso é urgente, porque é somente através do respaldo das entidades sindicais e dos trabalhadores de base, que a Unidade Sindical garantirá sua existência.

Por outro lado, não podemos aceitar de antemão que a Unidade Sindical não leva a nada, essa é crítica inconsequente, de quem aposta no plurisindicalismo. Nessa posição se alinham dois setores que embora pareçam antagônicos jogam na mesma direção: a ultrasesquerda divisionista e aqueles setores que sempre trairam a classe operária e que não a querem ver unida.

De maneira alguma eu penso que exista uma dicotomia entre Unidade Sindical e Intersindical. No meu entender elas são a mesma coisa, se confundem, embora eu prefira mais o nome de intersindical, que julgo mais apropriado. Porém, independentemente do nome, é necessário que todos os sindicalistas consequentemente atuem nela, corrigindo os erros de dentro, ombro a ombro conosco.

A Unidade Sindical ou intersindical terá, sem dúvida, seu ponto alto com a realização do Conclat. Para nós, ele tem que ser um acontecimento marcante na vida do movimento operário brasileiro, que não se restrinja a um encontro de cúpula. Tem que ser um encontro com a participação ampla da base — sem que se caia no basismo — que deve ter acesso a ele através das assembleias que indiquem delegados de cada sindicato.

Arnaldo: Preparar melhor



A Unidade Sindical é para mim uma reunião intersindical de associações de trabalhadores, federações e sindicatos com o objetivo da tomada de atitudes públicas classistas e de encaminhamento unitário das lutas dos trabalhadores.

No meu entender a Unidade Sindical deu alguns passos positivos, embora muito ainda esteja por ser feito. Por exemplo, foi aprovada nossa mobilização contra o decreto 1632, que modificava a lei de greve, a ida ao congresso protestar contra a reforma constitucional, nossa oposição ao anteprojeto de reforma da CLT e nossa contribuição através de um Código do Trabalho. No ano passado, o apoio à greve do ABC, quando tiramos o jornal Unidade Sindical foi significativo, assim como a realização

do 1º de Maio Unificado. E isso tem feito com que a proposta se expanda, atingindo mesmo os mais distantes Estados. Mas é preciso que os sindicalistas entendam que há muito a ser feito, que devemos chegar mais às bases, pois a força da Unidade Sindical está na razão direta de sua penetração junto aos trabalhadores.

Sei que houve muitas falhas em nossa atuação durante a greve do ABC. Mas acredito que nossa participação se deu dentro do que era possível e de nossas limitações. Devemos ter claro que nem todos os sindicalistas alcançaram uma maior clareza sobre o papel da Unidade Sindical, há gente que pensa que ela se resume apenas a reuniões de dirigentes e pronto, não entendem que implica numa unidade de ação em cima de lutas concretas.

Outro ponto que se discute é a presença de dirigentes considerados atrasados ou pelegos. Ora, penso que não cabe a nós sermos juizes de ninguém, principalmente de quem foi eleito e, bem ou mal, tem um certo respaldo de sua categoria. Devemos considerar que muitas vezes os problemas ocorrem por falta de experiência, por medo; além disso, se esses dirigentes não se enquadrarem e assumirem uma postura mais combativa, serão questionados e superados pelo conjunto de sua categoria.

Por isso, vejo com otimismo o futuro da Unidade Sindical e a realização do Conclat. Mas acredito que ele não deva se realizar este ano, deve ser transferido para a metade do ano que vem. Isso para que tenhamos tempo de fazer uma preparação melhor, precedendo-o por encontros regionais, assembleias das categorias de modo a proporcionar uma maior participação da base, evitando que se transforme simplesmente numa reunião de direções sindicais.

ENTOES/SP:

Como comprometer uma boa proposta

Realizado no dia 14 de junho, o Encontro Estadual de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical, não conseguiu atingir seu principal objetivo: unir num só movimento os sindicalistas combativos e as oposições de São Paulo, a região operária mais importante do país.

e depender do que foi sua versão regional paulista, a proposta básica do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES) — reunir num mesmo movimento, as correntes combativas do movimento sindical, representadas pelas direções "autênticas" e pelas oposições — está bem longe de ser alcançada. No Encontro Estadual de São Paulo, realizado nas dependências do Colégio Equipe, no dia 14 de junho, apenas uma dessas diretorias estava presente, a dos bancários de São Paulo. Metalúrgicos de Santos, Petroleiros de Campinas e Cubatão não se fizeram representar, o mesmo acontecendo com as lideranças do polo mais avançado do movimento operário, no país, vale dizer, os dirigentes dos sindicatos dos Metalúrgicos de Santo André e São Bernardo do Campo. Com isso, sem dúvida alguma a representatividade do encontro, apesar de todo o esforço despendido pelos vários setores envolvidos na sua preparação, resultou inegavelmente comprometida.

E a realização de um segundo encontro, que procurasse superar esse quadro, atraindo para o ENTOES todos os setores que até agora não se engajaram nele, por um encontro ou outro era uma imposição que o mínimo de bom senso política aconselhava. O que não acabou ocorrendo quando na plenária de encerramento, essa proposta, defendida por José Ibrahim e pelo metalúrgico Neto, foi derrotada por uma maioria resultante de uma composição entre a corrente que representava as posições da Comissão Nacional de Entidades Livres, e pela maioria da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

Ao todo, estiveram presentes 142 dos 164 delegados escolhidos por 880 trabalhadores de 26 categorias de 15 cidades de São Paulo, além de 50 observadores. Desse total, 58 eram ligados à produção (metalúrgicos, papeleiros e gráficos), com os restantes pertencendo aos setores de serviços (professores, arquitetos, servidores públicos, vigilantes, carteiros, jornalistas, etc). As deficiências na preparação também podem ser comprovadas aí: as maiores assembleias de retirada de delegados foram as dos bancários de São Paulo (86 trabalhadores presentes) e dos metalúrgicos, também da capital (72 presentes).

Esses delegados discutiram durante mais de 15 horas, em duas plenárias (abertura e encerramento), e nas reuniões de oito comissões, uma pauta com quatro itens: a) situação nacional e a luta dos trabalhadores; b) estrutura sindical e luta contra os pelegos — posicionamento; c) a organização dos

trabalhadores a nível de local de trabalho (comissões de fábrica, comandos, comitês de solidariedade); estadual e nacional; d) propostas e tarefas para o movimento operário.

Proposta de realização de um segundo Encontro Nacional, ainda este ano, a ser defendida no primeiro ENTOES, marcado para o dia 4 de agosto, campanha pela libertação do professor David Maximiliano e de José Salles, preso político do Ceará, campanha pela reintegração dos dirigentes sindicais cassados, unificação das bases das diversas categorias profissionais, formação de comissões de fábricas independentes das entidades sindicais, criação de comitês de solidariedade e Fundo de Greve, apoio aos motoristas do ABC, que tiveram suas eleições anuladas pela DRT, à campanha salarial dos bancários, repúdio ao assassinato do líder camponês Raimundo Ferreira, de Conceição do Araguaia, e ao Congresso dos Profissionais da Educação, foram os principais itens aprovados pelo Encontro Regional de São Paulo.

Embora seis teses tenham sido apresentadas na fase preparatória e que se constituíram na base para eleição dos delegados, nenhuma delas foi aprovada no final do Encontro. Uma proposta, subscrita pela diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Oposições Sindicais Metalúrgicas de São Paulo, Osasco e Guarulhos (leia ao lado) e apontada pela minoria do Encontro não chegou a ser posta em votação, diante da resistência dos delegados vinculados à Comissão Nacional de Entidades Livres.

Mas o ponto mais polêmico, sem dúvida, foi a realização ou não de um II Encontro Estadual. Já na abertura do Encontro, cinco dos 12 delegados do jornalista de São Paulo, haviam proposto que o Encontro não tivesse caráter deliberativo, em função das condições insuficientes de sua preparação, comprometida com os esforços despendidos no apoio ao ABC, Encontro do PT, etc) e a necessidade de se conseguir um respaldo mais amplo dos setores mais avançados do sindicalismo paulista. Com o Encontro decidindo pela manutenção do caráter deliberativo e com a injustificável proibição da participação de um observador enviado pela diretoria do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, esses cinco delegados acabaram por abandonar o plenário.

A questão voltou à tona no final do Encontro através de José Ibrahim ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, e Neto, metalúrgico ligado à OSM de São Paulo. Mesmo reconhecendo a



importância do I Encontro, para eles era inegável que havia uma lacuna grave: a ausência do polo representado pelos sindicatos do ABC e mesmo pelos sindicatos dos trabalhadores rurais. Além disso, acreditavam, com a realização de uma nova reunião desse porte poderia ser alcançado maior troca de experiências entre as diversas categorias em sua luta contra a estrutura sindical, o que não ocorreu em nenhum momento no I Encontro. Tratava-se também, de uma demonstração de abertura e boa vontade que neutralizaria toda uma série de prevenções existentes entre os sindicalistas combati-

vos com relação a algumas correntes que o organizaram. E os direitos dos delegados presentes ademais, seria assegurado segundo essa proposta, que os considerava membros natos do II Encontro.

Por 75 votos contra 36, essa proposta foi rejeitada. As categorias que não participaram da fase regional foi aberta, entretanto, a possibilidade de enviar diretamente delegados ao Encontro Nacional, na proporção de cinco por cento dos presentes às assembleias para os que realizaram greve geral e quatro por cento para os demais. Aliás a indicação de delegados para a fase nacional quase que provoca um "racha" no plenário: enquanto, manobrando, o setor ligado à Comissão de Entidades Livres defendia sua eleição no próprio Encontro, num momento em que estava bastante esvaziado, na melhor tradição das assembleias golpistas, a Oposição Sindical defendeu que eles fossem tirados pelas respectivas categorias, tese que acabou prevalecendo.

Quase ao final do Encontro, houve um corte de energia que deixou o plenário as escuras. Talvez para simbolizar a falta de clareza de parcelas significativas dentre seus participantes, portadoras de uma miopia política que pode levar ao isolamento e fracasso de uma proposta tão promissora como é a do ENTOES. A verdade é que, ou por falta de um maior empenho (no caso de José Ibrahim que, embora autor da proposta do ENTOES praticamente se afastou da sua articulação) ou por fragilidade política (Oposição Metalúrgica de São Paulo), os organizadores iniciais do Encontro Estadual perderam o seu controle.

Se, da parte de um significativo setor de sindicalistas havia uma razoável dose de desconfiança e prevenção (o que tampouco os exime, ao omitirem-se, de parcela de responsabilidade pelo que ocorreu), certamente os resultados e a decisão de não realizar o segundo Encontro somente contribuiu para atar-las mais ainda das oposições sindicais e do ENTOES.

Agora, todo um penoso esforço de reaproximação das duas correntes que poderiam conformar o polo combativo, alternativo ao reformismo e ao peleguismo, tem que ser desenvolvida. Nesse trabalho, por outro lado, de nada servirão as atitudes de alguns delegados que tentaram torpedear o Encontro Estadual desde o seu começo, abstendo-se de participar dos trabalhos das comissões e negando-se a uma posição construtiva, ao mesmo tempo em que procuram encaminhar paralelamente o segundo Encontro, deixando de lutar consequentemente por ele, no interior do próprio I Encontro Estadual.

O documento da minoria do Encontro

A greve do ABC deu continuidade ao desmascaramento da farsa da abertura democrática da ditadura, e pos a nu as contradições em que se debate o regime militar, reflexo da crise econômica mais profunda. Mas, se examinarmos a situação do movimento operário e sindical nos últimos dois anos, teremos claro que a classe operária, apesar do grande avanço de suas lutas, ainda não consegue resolver sua principal tarefa do momento: a de se constituir enquanto classe independente.

Diante do ímpeto do movimento de massas, a ditadura procura um interlocutor, que tenha alguma autoridade junto ao movimento, para que ela possa implantar um novo pacto social; no qual, com algumas concessões as reivindicações operárias, ela silencie o movimento de massas e imponha a pacificação de classes. Por outro, a classe operária retoma, depois de quinze anos, sua luta pela independência diante dos patrões e do Estado. Mas, o seu nível de organização não tem acompanhado sua vontade de independência.

A ditadura é forte e impôs derrotas à classe — demissões, arrocho, intervenções em sindicatos, prisões e processos ainda são o determinante. Se queremos derrotar a política trabalhista da ditadura, a mobilização e a organização devem ser o nosso método. Cada luta, cada greve, ainda que derrotadas, devem significar um avanço na organização e na consciência dos trabalhadores.

Existem no movimento sindical, claramente identificadas, duas correntes. Uma bem organizada e

centralizada, que pretende ser o interlocutor diante da ditadura, para a concretização do pacto social. É nessa corrente que se formam os pelegos e os reformistas. Sua política única é a conciliação com os patrões e a reabilitação da estrutura sindical atrelada e dos pelegos. A outra corrente, em que se destacam as oposições sindicais e os sindicalistas autênticos, é a que concentra a esperança do movimento operário e sindical. E ainda desorganizada e tímida em suas iniciativas.

A corrente sindical pelego-reformista pretende a organização da CGT, com base nos sindicatos atrelados, e com consentimento da ditadura. Os trabalhadores comprometidos com o movimento operário querem uma CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, independente dos patrões e do estado.

Uma central que não tenha a sua unidade baseada na camisa de força do ato jurídico, mas que seja unitária à base de um programa de luta contra os patrões e todas as formas de repressão contra os trabalhadores. É fundamental que o encontro avance na construção dessa CENTRAL.

A constituição dos sindicalistas combativos numa corrente sindical não implica que devamos abandonar a UNIDADE SINDICAL e o CONCLAT. Pelo contrário, devemos levar nossas posições lá dentro, buscando democratizá-los, cobrando suas definições e denunciando suas manobras.

categoria isolada por mais forte e organizada que seja, não tem condições de sózinha impor uma derrota aos patrões e ao regime. Daí, a necessidade de unificar as lutas a nível nacional.

A contrapartida da organização centralizada e unitária à nível nacional, é nossa organização unitária nos locais de trabalho. A organização das comissões de empresa em cada local de trabalho, independentes do sindicalismo atrelado é nossa tarefa no momento. Essas comissões não podem, entretanto, deixar de participar no sindicato, inclusive para estender suas conquistas para toda a categoria. Sua ação sindical deve se desenvolver tanto no sentido de isolar os pelegos, diminuindo sua margem de manobra, quanto de respaldar as diretorias combativas. Se, hoje, mais que comissões de fábricas, existem grupos de fábricas e empresas, não por isso seu papel pode ser desprezado. Esses mecanismos devem ser a sustentação do novo sindicalismo, democrático e unitário pela base. A cada luta, é fundamental que levantemos a questão de delegados, sua estabilidade e que prestigiemos a negociação direta de suas reivindicações. Do mesmo modo que é errado abandonar os sindicatos atrelados que mal ou bem são ponto de referência da classe, é errado condenar esses embriões de sindicalismo livre.

Além das comissões é necessário que o movimento sindical apoie toda forma de organização independente dos trabalhadores. Centros culturais, associações de trabalhadores, interfábricas, associações livres de funcionários, etc, todas essas entidades devem ter nosso apoio, porque significam avanço no

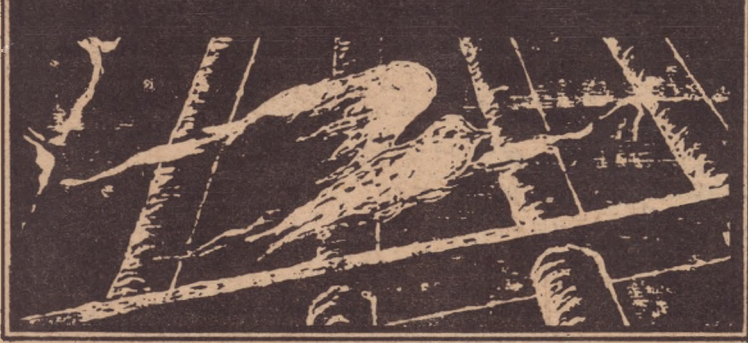
movimento operário independente e ameaçam o poder dos patrões e da ditadura.

A democratização da vida sindical e de seus organismos é fundamental para a construção da unidade. A administração das entidades sindicais deve ser obra de todos os trabalhadores. É necessário que as comissões de empresas sejam vivas. Os jornais sindicais devem ter reuniões-periódicas para a definição de sua pauta, abertas a toda a categoria. A máquina deve estar a serviço das iniciativas de base. Deve ser condenada toda a tentativa de criação de sua casta sindical que permaneça eternamente a frente do sindicato. As verbas da diretoria devem se resumir no mínimo necessário às suas atividades.

As bandeiras abaixo são hoje, maneiras concretas de unificar e avançar as lutas dos trabalhadores independentemente de diferenças internas.

PELA DEMOCRATIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES SINDICAIS, DIRIGIDAS POR COMISSÕES ORGANIZADORAS ELEITAS EM ASSEMBLEIAS GERAIS — TODO APOIO AS OPOSIÇÕES QUE EFETIVAMENTE TEM LEVADO A LUTA CONTRA OS PATRÕES OS PELEGOS E A ESTRUTURA SINDICAL — ESTABILIDADE NO EMPREGO — FUNDO DE GREVE UNITÁRIO CONTRA QUALQUER TIPO DE INTERVENÇÃO DOS ORGÃOS GOVERNAMENTAIS NA VIDA SINDICAL — LUTA CONTRA O ESTATUTO PADRÃO: QUE CADA CATEGORIA DECIDA AS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DE SEU SINDICATO — FIM DO IMPOSTO SINDICAL COMPULSÓRIO

"Certas idéias são maiores que os homens. Mas certos homens são tão grandes quanto suas idéias"



Com a frase acima o Comitê Brasileiro pela Anistia, há tempos, lançou a luta pelo esclarecimento da situação dos mortos e desaparecidos, vítimas da repressão política no Brasil, e punição dos responsáveis por estes atos. Agora, o CBA/SP dando curso à campanha — neste momento em que a anistia restrita de Figueiredo para alguns vai ficando como a solução definitiva para o problema — apela aos órgãos de imprensa comprometidos com a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita para, que a cada mês, publiquem a lista dos mortos e desaparecidos cujo final trágico ocorreu no referido mês.

Aqui iniciamos a publicação, com a primeira lista fornecida pelo CBA, referente aos meses de ABRIL (42 pessoas) e MAIO (21 pessoas).

Esperamos, assim, estar dando nossa contribuição para que a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita seja levada até o final.

Mortos e desaparecidos de Abril

1 — MARIA AUGUSTA THOMAZ — Militante do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (MOLIPO) Estudante do Instituto Sedes Sapientiae da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Morta em maio de 1973, num sítio entre as cidades de Rio Verde e Jatal, em Goiás. São Paulo. Morta em maio de 1973, num sítio entre as cidades de Rio Verde e Jatal, em Goiás.

2 — MÁRCIO BECK MACHADO — Militante do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (MOLIPO) Estudante de Economia da Universidade Mackenzie, em São Paulo. Morto em maio de 1973, num combate, juntamente com Maria Augusta Thomaz.

3 — THOMAS ANTÔNIO DA SILVA MEIRELLES NETO — Preso no dia 7 de maio de 1974, no Rio de Janeiro, e desaparecido desde então. Entrevista publicada no jornal «Folha de S. Paulo» em 28 de janeiro de 1979 e feita com um general responsável pelo aparato repressivo aponta Thomas como tendo sido morto.

4 — MERIVAL ARAÚJO — Militante de AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN). Preso no dia 7 de maio de 1973, em um apartamento no Rio de Janeiro, por agentes do DOI-CODI/RJ. Levado para as câmaras de tortura do DOI-CODI. Merival foi torturado até a morte. A prisão de Merival foi testemunhada pelos moradores do apartamento, contrariando a versão oficial, que repele a farsa da morte em tiroteio ao tentar escapar à prisão.

5 — BERGSON GURJÃO FARIAS — Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B). Combatente da guerrilha do Araguaia. Estudante de Química na Universidade Federal do Ceará e vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes em 1967. Morto em combate, metralhado, em 8 de maio de 1972.

6 — ALUISIO PALHADO PEDREIRA FERREIRA — Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR). Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em estabelecimentos Bancários durante o ano de 1964. Membro do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Teve seus direitos políticos cassados e foi forçado a assilar-se. Retornando ao Brasil, foi preso em 9 de maio de 1971, em São Paulo. Morto no DOI-CODI de São Paulo conforme denúncias de presos políticos. Apesar de todos os testemunhos, consta até hoje como desaparecido pois os órgãos de segurança não reconhecem sua prisão.

7 — OLAVO HANSEN — Dirigente do PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO TROTSKISTA (PORT) Estudante da Escola Politécnica da USP e funcionário da Indústria de Fertilizantes IAP. Preso pelo DEOPS SP no dia 1. de maio de 1970 durante comemoração operária pela passagem do Dia Internacional do Trabalhador. Torturado, morreu no dia 9 de maio de 1970 e após sua morte injetaram-lhe inseticida nas veias para dissimular o assassinato como suicídio. Dezenas de presos políticos assistiram seu assassinato e denunciaram seus autores, os agentes do DOPS de São Paulo.

8 — ALCEIR MARIA GOMES DA SILVA — Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR). Operária metalúrgica. Assassinada em São Paulo, no dia 10 de maio, quando sua casa foi invadida pelos agentes dos órgãos de segurança paulista e Alceir metralhada sumariamente.

9 — ANTONIO DOS TRÊS REIS OLIVEIRA — Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN) Estudante da Faculdade de Economia de Apucarana. Membro da União Paraense de Estudantes. Participante do XXX Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna, onde foi preso. Segundo denúncias de presos políticos de S. Paulo, em 1976, Antonio foi metralhado no dia 10 de maio de 1970, juntamente com Alceir Gomes da Silva, por agentes da Operação Bandeirantes.

10 — ISSAMI MAKU MURA OKANO — Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN). Assistente de Laboratório do Departamento de Engenharia Química da Universidade de São Paulo. Preso em 1969, cumpriu 2 anos de condenação. Preso novamente em 14 de maio de 1974 por agentes do DOI-CODI SP e «desaparecido» desde então.

11 — STUART EDGAR ANGEI JONES — Militante do MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8). Estudante de Economia. Preso no dia 14 de maio de 1971 pelos agentes do Centro de Informação da Aeronáutica (CISA), para onde foi levado e barbaramente torturado. O preso político Alex Polari de Alverga é testemunha da prisão e tortura até a morte de Stuart, tendo inclusive presenciado a cena em que Stuart era arrastado por um jipe, com a boca no cano de descarga do veículo.

12 — EDGAR AQUINO DUARTE — Fuzileiro naval. Em consequência de sua atuação na revolta dos marheiros em 1964 foi obrigado a exilar-se no México, quando do golpe de 1964. Voltou ao Brasil e passou a trabalhar como corretor de imóveis, desligado de qualquer atuação política. Preso no dia 20 de maio de 1973 em sua casa em São Paulo. Levado para o DEOPS, foi posteriormente transferido para o DOI-CODI/SP, DOI-CODI/DF, e Batalhão de Caçadores de Goiás, sempre com nome falso nos registros de presos. Vários presos avistaram-se com Edgar nos inúmeros órgãos de torturas por onde passou. Foi visto pela última vez em junho de 1973 no DEOPS/SP, muito debilitado fisicamente.

13 — LOURIVAL PAULINO — Camponês da região do Araguaia, residindo no município de Cuncunção do Araguaia. Preso em maio de 1972 e levado para o DOI-CODI de Brasília, onde foi barbaramente torturado. Transportado para a base de Xambica, continuou a ser torturado até ser encontrado morto, enforcado, no dia 23 de maio de 1972. Apesar de tudo o regime não assume sua morte, constando como «desaparecido».

14 — ITAIR JOSÉ VELOSO — Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB). Operário, líder sindical do setor da construção civil. Preso no dia 25 de maio de 1975 no Rio de Janeiro por agentes do DOI-CODI/RJ. Desaparecido desde então.

15 — IVAN MOTA DIAS — Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR). Estudante de história na Universidade Federal Fluminense. Preso no dia 15 de maio de 1971, no Rio de Janeiro, por agentes do CISA. Desaparecido desde então.

16 — PADRE ANTONIO HENRIQUE PEREIRA NETO — Coordenador da Pastoral da Arquidiocese de Olinda e Recife. Professor e especialista em problemas da Juventude. Celebrante em missa em memória do estudante Edson Luiz Lima Souto, passou a receber ameaças de morte por parte do Comando de Caça aos Comunistas, CCC. No dia 26 de maio, foi sequestrado e encontrado morto no dia seguinte próximo à Cidade Universitária de Recife. Seu corpo encontrava-se pendurado de cabeça para baixo numa árvore e apresentava sinais de espancamento, queimaduras de cigarro, cortes profundos, castração e dois ferimentos produzidos por armas de fogo. Inquérito Judicial apontou como autores as seguintes pessoas: Rogério Matos do Nascimento, tenente José Ferreira dos Anjos, Pedro Bezerra Leite, José Caldas Tavares, Michel Maurício Och, delegado Bartolomeu Gibson, investigador de polícia Cícero Albuquerque. Nenhum deles foi condenado.

17 — RUI FRAZÃO SCAPEL — Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B). Estudante de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco. Sequestrado no dia 27 de maio de 1974 em uma feira-livre da cidade de Petrolina, Pernambuco, tendo sua prisão testemunhada pelos vários feirantes que o conheciam. Desaparecido desde então.

18 — GRENALDO DE JESUS DA SILVA — Expulso da Marinha em 1964. Ao tentar sequestrar um avião no voo S. Paulo Porto Alegre, foi dominado pelos agentes do DOI-CODI-SP, que, mesmo tendo Grenaldo sido imobilizado, deram-lhe um tiro na cabeça. O assassinato de Grenaldo deu-se a 30 de maio de 1972, no Aeroporto de Congonhas e foi contado em detalhes pelos próprios policiais do DOI-CODI aos prisioneiros políticos que se encontravam detidos em S. Paulo.

19 — MARIANO JOAQUIM DA SILVA — Dirigente da VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA PALMARES (VAR-PALMARES) Secretário do Sindicato Rural de Timbaúba, em Pernambuco. Participante das Ligas Camponesas Lavrador e sapateiro. Preso no dia 1. de maio de 1971, em Recife, por agentes do DOI-CODI RJ, para onde foi levado. Desaparecido desde então.

20 — MARIA AUXILIADORA LARA BARCELOS — Militante da VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA PALMARES (VAR-PALMARES). Presa em 21 de novembro de 1969

e violentamente torturada. Maria Auxiliadora foi banida para o Chile em 23 de janeiro de 1971. No exílio, enfrentou inúmeros problemas, desde a não obtenção de documentos até a perturbação proveniente da violência das torturas a que foi submetida. Após ter tentado adaptar-se a viver no Chile, Bélgica, França, veio a suicidar-se na Alemanha em 1. de maio de 1976.

21 — MANUEL ALVES DE OLIVEIRA — 2. Sargento do Exército, servindo no 1. GC9DAE. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Es-Manuel foi preso no Regimento Andrade Neves, onde respondeu a um IPM, em abril de 1964. Posteriormente removido para o HCE do Rio de Janeiro, faleceu em 8 de maio, em circunstâncias ainda não esclarecidas.

Mortos e desaparecidos de Maio

1 — SEBASTIÃO GOMES DA SILVA — Morto a tiros em Cachoeira do Macacu em abril de 1969.

2 — SEVERINO VIANA COLON — Morto sob torturas em abril de 1969 na Vila Militar, Rio de Janeiro.

3 — ALVEMAR MOREIRA DE BARROS — Morto sob torturas no DOPS do Rio Grande do Sul em abril de 1969.

4 — DENIS ANTONIO CASEMIRO — Preso em fins de abril de 1971 pelo delegado Sérgio Fleury. Conduzido ao DEOPS/SP, foi visto por vários presos políticos e com eles conversou antes de desaparecer. Em junho de 1979 seu corpo foi descoberto enterrado no Cemitério Dom Bosco, em Petrus. O atestado de óbito data sua morte como sendo 18 de maio de 1971.

5 — DURBALINO DE SOUZA — Camponês, filho do líder camponês José Porfírio de Souza. Preso em abril de 1964 e torturado barbaramente, enlouqueceu em decorrência das torturas recebidas e foi internado no manicômio de Guaiânia, desaparecendo inexplicavelmente em 1973.

6 — NESTOR VERAS — Ex-membro da direção da UNIÃO DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO BRASIL. Ex-tesoureiro da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, preso em abril de 1975 e desaparecido desde então.

7 — CARMEM MONTEIRO JACOMINI — Participante da guerrilha do Vale do Ribeira em S. Paulo, exilou-se no Chile, de onde, após o golpe, foi para a França. Morreu em consequência de desastre de automóvel em Aix-en-Provence, no exílio.

8 — IVAN ROCHA AGUIAR — Estudante secundarista morto a tiros em manifestação de rua contra o golpe militar de 1964 em 1. de abril daquele ano, Recife, Pernambuco.

9 — JONAS JOSÉ ALBUQUERQUE BARROS — Estudante secundarista morto a tiros em manifestação de rua contra o golpe militar em 1. de abril de 1964, em Recife, Pernambuco.

10 — ANTONIO CARLOS SILVA ALVES — Morto em decorrência de acidente com arma de fogo quando organizava com companheiros a resistência ao golpe militar, em 1. de abril de 1964. Era estudante de Filosofia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

11 — JORGE ABRIGO DE PAULA — Estudante secundarista morto no Rio de Janeiro numa passeata em 1. de abril de 1968, pela Polícia do Exército.

12 — ORNALINO CÂNDIDO DA SILVA — Lavrador de carros. Morto a tiros durante repressão a uma passeata em 1. de abril de 1968 no Rio de Janeiro.

13 — DORVAL FERREIRA — Líder operário em Osasco (SP), membro da oposição sindical dentro do Sindicato da Construção Civil. Morto por agentes do DOI-CODI SP em 3 de abril de 1970 após invasão de sua casa.

14 — MARILENE VILAS-BOAS PINHO — Estudante, ferida ao resistir à prisão foi torturada no DOI-CODI RJ e assassinada algumas horas após seu ingresso naquele departamento, no dia 3 de abril de 1971.

15 — MARIO DE SOUZA PRATA — Estudante de Engenharia, morto ao resistir à prisão no dia 3 de abril, na rua Niquelândia, Campo Grande, Rio de Janeiro, por agentes do DOI-CODI RJ.

16 — JOÃO MASSENA MELO — Operário metalúrgico, ex-deputado pelo antigo estado da Guanabara em 1962; sequestrado na cidade de São Paulo no dia 3 de abril de 1974, desaparecido desde então.

17 — LUIS INÁCIO MARANHÃO FILHO — Ex-deputado estadual, advogado, jornalista e professor universitário. Preso em São Paulo no dia 3 de abril de 1974 e desaparecido desde então.

18 — ALFEI DE ALCANTARA MONTEIRO. Coronel Aviador fuzilado no dia 4 de abril de 1964 na Base Aérea de Canoas, Rio de Grande do Sul.

19 — RONALDO MOUTH QUIRÓZ — Estudante de Geologia, ex-presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo em 70/71. Assassinado a tiros no dia 6 de abril de 1973, na Av. Angélica em S. Paulo, por agentes do DOI-CODI SP.

20 — DEVANIR JOSÉ DE CARVALHO — Operário metalúrgico. Ferido com uma rajada de metralhadora quando de sua prisão, foi levado para o DEOPS onde foi violentamente torturado, e, não resistindo aos ferimentos e às tortu-

Memória presente:

Abril e Maio: 63 pessoas mortas e "desaparecidas" pela ditadura militar

ras faleceu.

21 — JOSÉ DE SOUZA — Ferroviário, membro do Sindicato dos Ferroviários. Preso no dia 8 de abril de 1964 e morto, segundo a nota oficial, por suicídio, lançando-se da janela do 3. andar do prédio da Polícia Central do Rio de Janeiro no dia 11 de abril.

22 — NELSON JOSÉ DE ALMEIDA — Morto com uma rajada de metralhadora desferida pelas costas pelos agentes do DOPS mineiro, em Teófilo Otoni, Minas Gerais em 11 de abril de 1969.

23 — IEDA SANTOS DELGADO — Advogada. Funcionária do Departamento Nacional de Produção Mineral no Rio de Janeiro. Presa em São Paulo no dia 11 de abril de 1974, quando se preparava para viajar para o Rio de Janeiro. Desaparecida desde então.

24 — MILTON PALMEIRA DE CASTRO — Operário Metalúrgico preso durante a guerrilha de Caparuá. Levado ao quartel do Exército em Juiz de Fora (MG), foi morto no dia 12 de abril de 1967. Pelo Major Hall.

25 — EDU BARREIRO LEITE — 3. Sargento do Exército. Morto no dia 13 de abril de 1964, com várias fraturas e escoriações; os policiais que o prendiam alegaram que sua morte se deu em função de uma queda do 8. andar do prédio em que morava, ao tentar fugir à prisão.

26 — ISIS DIAS DE OLIVEIRA — Estudante de Ciências Sociais na USP. Presa no dia 30 de janeiro de 1972 pelo 1. Exército juntamente com Paulo Cesar Botelho Massa. A última informação obtida quanto a seu paradeiro, no dia 13 de abril de 1972, dava conta de que Isis estaria incomunicável no Presídio da Ilha das Flores.

27 — WALTER DE SOUZA RIBEIRO — Jornalista e ex-militar. Sequestrado no dia 13 de abril de 1974, em São Paulo, e desaparecido desde então.

28 — ASTROGILDO PASCOAL VIANA — Portuário em Manaus. Tesoureiro da Federação Nacional dos Estivadores. Torturado e morto pelos agentes de segurança do Rio de Janeiro, no dia 14 de abril de 1964.

29 — BERNARDINO SARAIVA — 2. Sargento servindo no 19. RI de São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Assassinado em 14 de abril de 1964 com um tiro na cabeça. A versão oficial apontou suicídio.

30 — JOSÉ IDÉSIO BRIANESI — Assassinado no dia 14 de abril de 1970, na pensão onde morava, pela equipe do DOI-CODI SP chefiada pelo delegado Renato D'Andrea.

31 — RUY OSWALDO AGUIAR PETZNER — Jornalista, ex-seminarista. Preso por agentes do DOI-CODI SP, no dia 16 de abril de 1972 e morto sob torturas nas dependências daquele órgão do II Exército.

32 — DIMAS ANTONIO CASEMIRO — Impressor gráfico. Fuzilado sumariamente ao chegar em sua casa no bairro do Ipiranga, São Paulo, no dia 17 de abril de 1971, sem que lhe fosse dada chance de defesa.

33 — JOAQUIM ALENCAR DE SEIXAS — Operário Metalúrgico. Preso no dia 16 de abril

juntamente com seu filho Ivan, foram levados para a 37. delegacia de Polícia e posteriormente para o DOI-CODI/SP onde continuaram a ser torturados de forma tão violenta que a algema que prendia os pulsos de ambos rompeu-se. No dia 17, ainda vivo, Seixas foi dado como morto em tiroteio através de nota oficial. Durante o dia 17 Seixas foi torturado na presença de 3 filhos e da esposa. Por volta das 19 horas, faleceu. Foram seus assassinos os maiores Carlos Alberto Brilhante Ustra, capitão Dalmo Lúcio Muniz Cirillo, delegado Davi Araújo dos Santos, investigador Pedro Mira Gracieri e outros identificados por apelidos, 17 de abril de 1971.

35 — JUAREZ GUIMARÃES DE BRITO — Economista. Fuzilado por agentes do DOI-CODI/RJ no dia 18 de abril de 1970, numa feira livre do bairro do Jardim Botânico no Rio de Janeiro.

36 — ANA ROSA KUCINSKI SILVA — Professora universitária no Instituto de Química da Universidade de S. Paulo. Esposa de Wilson Silva, com o qual foi sequestrada no dia 22 de abril de 1974, encontrando-se desaparecida desde então. Vários Habeas Corpus impetrados para localizá-la resultaram inúteis. O Departamento de Estado do governo dos Estados Unidos informou que ambos se encontravam em alguma prisão brasileira.

37 — WILSON SILVA — Sequestrado no dia 22 de abril de 1974 juntamente com sua mulher, Ana Rosa Kucinski Silva.

38 — DAVID DE SOUZA MEIRA — Funcionário da Cia. de Navegação Costeira no Rio de Janeiro. Morto a tiros durante repressão a manifestação por parte do DOPS carioca e da Polícia Militar, na rua Nilo Pecanha, no Rio de Janeiro, no dia 23 de abril de 1968.

39 — JOELSON CRISPIM — Assassinado em uma emboscada montada por agentes do DOI-CODI/SP chefiados pelo capitão Coutinho da PM de São Paulo, no dia 23 de abril de 1970.

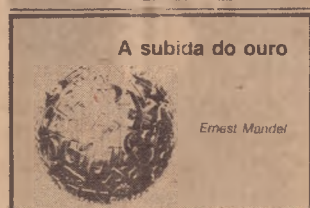
40 — NORBERTO NEHRING — Economista e professor da Universidade de São Paulo. Preso no Aeroporto de Galeão (RJ), levado para São Paulo por agentes comandados pelo delegado Fleury. Torturado até a morte. No dia 24 de abril, aproveitando-se do suicídio de um estrangeiro em um hotel nas vizinhanças do DEOPS, Fleury trouxe o corpo do suicida pelo de Norberto. A farsa foi desmascarada pelos depoimentos dos moradores e vizinhos do hotel que confirmaram a suspeita do assassinato de Norberto. 24 de abril de 1970.

41 — RAIMUNDO GONÇALVES FIGUEIREDO — Fuzilado sumariamente quando saía de sua casa no bairro de Stucupira, em Recife, por agentes do DOPS pernambucano no dia 27 de abril de 1971.

42 — ROBERTO MACARINI — Preso no dia 28 de abril de 1970 e torturado durante dois dias pelas equipes dos capitães Benoni de Arruda Albernaz e Homero Cesar Machado. Profundamente debilitado, Roberto fez com que levassem a um suposto encontro com companheiros no Viaduto do Chã, de onde se atirou.

Agora, uma revista sobre a luta de classes a nível mundial.

perspectiva mundial



perspectiva mundial



À venda na EM TEMPO e nas melhores livrarias

Glória: Pele negra e máscara branca

Ao revelar que nem todos os negros são iguais a revista *Veja* da semana passada deu uma grande lição ao movimento negro: livrem-nos dos falsos negros que saberemos nos livrar de todos os racistas.

Por Vanderlei José Maria

Glória Maria Matta da Silva, 29 anos, é a única jornalista negra dos quadros da Rede Globo de Televisão, no Rio de Janeiro. Na noite de 3 de junho passado, Glória Maria se dirigia aos elevadores do Rio Othon Palace Hotel em companhia de um amigo, o empresário paulista Philip Frederick Lavy — que estava registrado no hotel — quando foram advertidos pelo gerente, o norte-americano Chester Stanley Petronis: "Negro aqui não entra"; gritou o gerente, deixando Philip Frederick e Glória Maria surpresos. Indignados, ambos foram a uma cabine telefônica onde Glória ligou para a Polícia que logo chegou dando o flagrante. Chester Stanley foi enquadrado na Lei 1.390, de 1951, vulgarmente conhecida como "Lei Afonso Arinos", cujo fim é coibir as práticas discriminatórias por motivos raciais, religiosos ou sexuais. A lei prescreve penalidades de 15 dias a um ano de prisão, e a 100 mil cruzeiros de multa em caso de reincidência. Petronis ficou detido por algumas horas até que sua fiança fosse paga: dois mil cruzeiros pela liberdade.

Glória Maria não ficou satisfeita. Deseja processar Petronis e tentar levar o processo adiante. Porém, desde que a Lei Afonso Arinos foi aprovada jamais levou alguém até as barras da "Justiça" e muito menos a cadeia. Não é a toa que o Movimento Negro Unificado enterrou simbolicamente esta lei no dia 17 de outubro de 1979.

Os fatos de discriminação racial veiculados pela imprensa tomam alguma notoriedade devido principalmente ao caráter de classe da vítima da contravenção. Os negros de "classe média negra emergente", como é o caso de Glória, transitam num espaço que é naturalmente branco e, ao se verem barrados, possuem pelo menos as condições mínimas de convocar a "Justiça" procurando assim reparar os danos morais e psicológicos sofridos. A Lei Anti-racista tem o mérito de tentar fazê-los iguais entre iguais. Para esta emergente classe média negra trata-se de assegurar tudo que se conquistou e poder desfrutar do bem-estar que o sistema econômico lhe abre. Esta classe média ao

se ver diante da massa negra miserável assume atitudes que vai do desdém até o narcisismo mais doentio.

Todos creem que são o "modelo" que a população negra deve seguir: um "modelo" de esforço e ascensão social. Glória Maria, segundo a reportagem de *Veja* de 11/6/80, quando chega para fazer reportagens na Baixada Fluminense sente-se honrada em ser o "modelo" que as mães pobres e desdentadas, que vivem na região mais violenta do país, desejam para os seus filhos. Para Glória isto não importa; o que importa é que ela se sente "favorecendo" (sic) o negro quando aparece alguns minutos no vídeo. Isto é o bastante para fazê-la não "acreditar nos movimentos negros que estão por aí". Ao contrário do artigo de *Veja*, para os negros brasileiros as denúncias de discriminação racial não buscam tornar ninguém "militante". Trata-se de denunciar a falsidade da democracia racial, as péssimas condições de vida, a marginalidade da população negra. O segmento negro não "ascendeu" como pensa a Srta. Glória Maria: ele se encontra nos alagados, favelas, compõe o grosso da população carcerária do país. Se a miséria tem um estigma no Brasil, ela está na pele dos descendentes dos escravos no Brasil.

"Classe média negra"

Sem dúvida, a discriminação racial para a Srta. Glória Maria se resume a pouca liberdade de frequentar os salões "vips", conviver com o "bright young people", de forma a ostentar o status social e econômico que atingiu.

Ironias à parte, esta "emergente classe média negra" só pode sobreviver se realçando da massa negra explorada. Estando limitada, para lembrar Frans Fanon, pela geografia de sua pele negra, não pode lutar-se ao fato inexpugnável de ser "negro".

Mesmo tendo máscara branca é obrigada a ser negra. Desta forma busca fugir dos estereótipos do



Glória Maria resolveu reagir: o prazer dos bons hotéis e refrescantes drinks...

negro brasileiro moldando-se à imagem de uma também minoritária classe média negra americana. Mas no fundo e na forma, se dá no Brasil ou nos EUA, repousa incólume o poder branco. Esta gente insípida como a Srta. Glória Maria renuncia

deliberadamente a lutar pelos negros. Procuram esconder que o Brasil é um país racista de cima a baixo. E o racismo não é um ato individual (como o gerente do Rio Othon Palace Hotel) mas é uma política efetiva das elites dominantes que através da força policial e militar marginalizam econômica e socialmente a população negra.

Para *Veja*, o movimento negro é inexpressivo. Basta buscar os números de militantes, reduzi-los ao mínimo e pronto. Talvez tenha razão o semanário quando fala das dificuldades do movimento negro no Brasil. Sem dúvidas, a consciência negra no Brasil está eivada de atalhos.

Num momento em que ela parecia surgir com toda sua força até mesmo esboçando um projeto alternativo de poder, foi dissipada pelo ato ditatorial de Getúlio Vargas, pondo na ilegalidade a Frente Negra juntamente com outras duas forças antagonicas mas igualmente poderosas: o Partido Comunista Brasileiro de Luis Carlos Prestes e o Partido Integralista de Plínio Salgado. Depois deste intermezzo, mais longo que a noite do franquismo na Espanha, surge em 7 de julho de 1978 o Movimento Negro Unificado. Com todos os percalços de uma população que teve todos os seus mínimos direitos usurpados.

Veja foi muito infeliz, por tentar estabelecer um "gancho" entre a nova negra de alma branca e os movimentos "minoritários". Pior ainda para a Srta. Glória Maria, que por ser funcionária da maior rede de comunicação do país fez com que, um incidente corriqueiro na vida de milhões de negros — e que não será resolvida com remendos como a Lei Afonso Arinos — fosse amplamente divulgado, deixando claro a muitos negros que entre nós há aqueles que nada possuem além da cor da pele.

Os Mau-Mau, liderados pelo legendário Jomo Kenyatta, compreendiam que o único obstáculo para a independência do africano era justamente outro africano. E mataram a todos, estes novos "capitães-do-mato", um a um...

economia

A mamata do leite

Quem perde e quem ganha com a nova política do leite definida pelo governo

Da Sucursal

Quando Delfim Neto foi levado ao cargo de Ministro da Fazenda pela primeira vez (1967-1974), começou a ser implantado o famoso "Modelo Econômico Brasileiro", que tinha como um dos principais objetivos (e continua tendo) industrializar o País, e isto às custas principalmente dos trabalhadores rurais e urbanos.

Nesta mesma época, redefiniram também o papel da agricultura brasileira, buscando atrair para ela o interesse do grande capital, a pretexto de modernizá-la, é claro, para que aumentasse a exportação de alguns produtos agrícolas, além de produzir os de consumo interno, o mais barato possível, mesmo que isto significasse o sacrifício da pequena propriedade (tradicionalmente, origem da comida do brasileiro).

Assim é que os financiamentos para os estabelecimentos leiteiros foram reduzidos drasticamente, enquanto para as grandes fazendas de gado de corte, o dinheiro público passou a ser obtido com muita facilidade.

Os próprios dados oficiais nos mostram esta realidade: em 1978, do

total de crédito destinado à pecuária no Rio Grande do Sul, 78% foi para os produtores de gado de corte, ovinos e aviários (todos grandes produtores), enquanto apenas 22% chegou aos produtores de gado de leite e suínos.

Isto, o governo de então, justificava dizendo que o Brasil precisava exportar carne (em alta no mercado internacional da época) e que o leite poderia ser comprado no estrangeiro a menor custo do que o produzido aqui.

Nesta jogada, as grandes empresas multinacionais, tais como a Nestlé, Fleischmann e Royal e Parmalat, entraram de sola no mercado do leite industrializado (principalmente o em pó).

Seria coincidência que na Europa (matriz da Nestlé) há uma superprodução de leite e gordura?

Pois é, a exportação que elas fazem para países como o nosso, tem duplo objetivo: desencilhar o excedente e gerar grandes lucros a seus donos.

Como se vê, no fundo a questão é um pouco diferente...

Bem, mas cá no Rio Grande, o grosso da produção leiteira vem da pequena

propriedade, cujas dificuldades para acesso ao crédito rural e assistência técnica são por demais conhecidas.

Ultimamente, a situação agravou-se tanto, que a descapitalização dos pequenos produtores está chegando a níveis insustentáveis.

E já que falou-se da dramática realidade atual do pequeno produtor, que é o principal responsável pela alimentação da mesa do brasileiro, é bom destacar que nas palavras do próprio Delfim Neto, uma das três principais funções da agricultura, é produzir o mais barato possível os alimentos básicos do trabalhador urbano (em sua maioria são as famílias dos agricultores sem terras ou minifundiários expulsos do campo nos últimos anos), para que seus salários sejam mantidos também o mais baixo possível (quer dizer, o trabalhador rural e o urbano são explorados conjuntamente para que os superlucros dos patrões sejam garantidos).

Como sempre, o governo "bonzinho" que sempre dá presente de grego a quem não é forte economicamente, pelo menos, vem com sua política contradi-

tória e de tapa-furos, e institui a produção e comercialização do leite especial (3,2% de gordura).

No fundo, esta lei que inclusive fixou 60 dias a partir de maio passado para a extinção do leite C, é um grande engodo pois sua execução acarreta em altos investimentos em instalações, e como este capital está fora do alcance da maioria dos produtores, ocorrerá que para continuar abastecendo a população, o mesmo leite produzido nas atuais instalações acabará sendo vendido pelo preço do leite especial.

Note-se bem, embora o motivo alegado para esta medida seja incentivar o produtor de leite, a exemplo do que já ocorreu em outros setores, poderá novamente haver atração do empresariado para esta área da produção.

Aliás, a coisa é tão clara e descarada que nem as aparências se salvam: para cumprir o pretexto do consumo de leite mais gordo pela população, estão sendo importadas 8000 ton de gordura da França!...

Mas o prejudicado não é somente o produtor. A diversificação do leite em

tipos, além de aumentar os custos de beneficiamento, criará uma discriminação social entre os consumidores, em virtude das diferentes classes de renda. A população de menor poder aquisitivo (quando o desejável seria justamente o contrário) é quem consumirá o leite de menor valor nutritivo, e isto se o encontrar no armazém, pois está escasseando cada vez mais.

No final das contas, para tomar um leite com apenas 0,2% de gordura (importada) a mais, o consumidor será obrigado a pagar Cr\$ 19,00, ou então, como se fosse superfluo, simplesmente excluí-lo de sua mesa.

E para arrematar, ainda resta perguntar as autoridades, porque eles ainda não deram dinheiro suficiente para os produtores alimentarem regularmente suas vacas durante todo o ano, para que não houvesse excesso de produção no verão e falta no inverno?

Sera porque tem gente neste País (e fora dele também), ganhando dinheiro fácil com a importação do leite em pó e gordura?

A caminho das fábricas

A Associação das Donas de Casa, de São Paulo, o mais antigo grupo de mulheres do Brasil, nasceu em 1963 com cerca de 7 mulheres que se reuniam para discutir os problemas do bairro, e hoje reúne cerca de 600 mulheres com muitas reivindicações já conquistadas. Aparecida Pedra Kopctock da diretoria da Associação, fala ao EM TEMPO.

— Como nasceu a Associação das Donas de Casa?

— A Associação começou a partir de um grupo de homens e mulheres que participavam da Ação Católica Operária (ACO), só que nessas reuniões discutia-se principalmente a questão operária, e como muitas das mulheres não trabalhavam fora, começaram a sentir a necessidade de se reunirem para discutir os problemas do bairro. Assim nasceu a Associação em 1963.

— Quantas pessoas participavam nessa época?

— Mais ou menos 7 pessoas. Eram os moradores de uma vila em Sto. André, e o pessoal mais ligado à Igreja.

Hoje a maioria das donas de casa trabalha fora e a linha da associação está começando a se voltar mais para a mulher trabalhadora. A mulher vai para a fábrica por necessidade econômica.

— Atualmente quantas pessoas fazem parte da Associação?

— É difícil dizer, mas está entre 500 e 600 pessoas, divididas em 5 setores: Iguatemi, Sto. André, Mauá, Burgo Paulista e Guaianazes, com cerca de 4 equipes em cada setor.

— Como é que o grupo conseguiu se expandir tanto?

— Porque quando a Associação nasceu nós estávamos com problemas de Escola, e a Associação conseguiu uma escola no Bairro, a partir daí o grupo começou a crescer. O fato é que a gente sempre age dentro da legalidade: faz abaixo-assinado, vai na Prefeitura, protocolo, e toda semana vai lá ver como é que está, até eles atenderem. Desta forma conseguimos Postos de Saúde, Postos de Puericultura, Luz, cobertura de ponto de Ônibus, asfalto, etc.

— E hoje quais são as reivindicações?

— Continuam sendo as ligadas ao bairro, principalmente melhorias do funcionamento das escolas e postos de saúde. Estamos lutando por creches e por água, só que agora lutamos junto com o movimento de bairro do Iguatemi.

— O que significou para a Associação o 1º e 2º Congresso da Mulher Paulista?

— No primeiro Congresso a Associação já existia há 16 anos, mas nessa época a Associação não gostava muito de trabalhar com outras pessoas, se isolava um pouco. Quando eu entrei na diretoria tentei aproximar a Associação com outros grupos, principalmente o Nós Mulheres e a partir de 1976 o Brasil Mulher. Em 1975 a gente já tinha feito o 1º Congresso das Donas de Casa, que reuniu cerca de 120 mulheres, que ficaram 3 dias num colégio em Sto. André discutindo seus problemas. Em 1977 e 1978 a gente só reunia todo mundo para comemorar o Dia Internacional da Mulher. De qualquer forma o 1º Congresso da Mulher, em 1979, foi importante pela aproximação com os grupos feministas, que eram tidos como bichos de 7 cabeças. O pessoal gostou muito do 1º Congresso porque os temas eram temas que a Associação já vinha desenvolvendo: o trabalho doméstico, e por isso o pessoal se sentiu muito a vontade.



— Quando surgiu o Nós Mulheres a gente a fazer o jornal, fez entrevistas, conversou, a gente pensou como deveria ser o jornal.

O 2º Congresso, apesar da participação de 4.000 mulheres, não teve tantos avanços quanto o primeiro. O pessoal se desiluiu de fazer congressos na cidade, estamos agora querendo fazer congressos regionais.

— Como é que você vê essa proliferação de grupos feministas? Dá pra trabalhar em conjunto com eles?

— Quando surgiu o Nós Mulheres a gente a fazer o jornal, fez entrevistas, conversou, a gente pensou como deveria ser o jornal.

Trabalhar fora é bom para a mulher porque ela se desenvolve mais e pode acabar com a dependência econômica do marido. Mas ela se torna explorada duas vezes: em casa e no trabalho.

O Brasil Mulher também, mas depois do 1º Congresso eu não sei se o pessoal começou a caminhar com as próprias pernas não precisava mais do pessoal da periferia, deixando a gente um pouco de lado. A verdade é que depois do 1º Congresso os grupos de mulheres se tornaram públicos e mais respeitados. O ruim é que os jornais saíram de circulação. O Brasil Mulher, por exemplo, há quanto tempo não existe mais nada para o pessoal da periferia, com a linguagem deles, e onde eles podem dar palpites, escrever, perguntar, opinar enfim. Agora, eu acho que está tudo muito disperso, parece que cada grupo vê a mulher de uma forma diferente e não existe mais a troca de documentos, e quando existe a linguagem é tão difícil que não dá pra ler.

— Quando se fala em Associação das Donas de Casa a impressão que se tem é que ninguém trabalha fora. É real isso?

— Não. A maioria trabalha fora. Antigamente quase todas as associadas eram só donas-de-casa. A Associação foi fundada com a intenção de dar mais importância à dona de casa, valorizar o trabalho doméstico, e que ela pudesse participar dos movimentos do bairro, já que ela está no bairro o tempo todo enquanto o marido vai trabalhar fora. Mas atualmente mais da metade das associadas trabalha fora, e a linha da Associação está mudando, está mais voltada para a mulher trabalhadora.

Inclusive a gente está querendo formar cursos de profissionalização para a mulher, ajustagem, controle de qualidade, etc.

— As mulheres que trabalham fora têm alguma participação nas entidades de classe, sindicatos, ou grupos profissionais?

— Elas não estão acostumadas a participar do sindicato. Mas fazem trabalho nas fábricas, e nas nossas reuniões já existe um espaço para discutir as relações de trabalho, a chefia, problemas da fábrica. Acho que a tendência é realmente fazer esses grupos na fábrica e ir para o sindicato exigir suas reivindicações. Mas ainda é muito inicial, e é uma coisa nova pra gente.

— Existe uma teoria de que pra mulher emancipada ela tem que trabalhar fora. O que você pensa disso?

— Mulher que trabalha fora trabalha por necessidade econômica. É claro que trabalhar fora é bom para a mulher, ela se desenvolve muito mais e acaba com a dependência econômica. Mas muitas vezes a mulher que trabalha fora é explorada duplamente: no trabalho e em casa. Você pode ser uma mulher emancipada trabalhando só em casa.

O operário é machista mas esse machismo é inconsciente, fruto da educação. Nas outras classes o machismo é consciente. É muito mais sutil por que é enrustido.

— E com relação a linha política ou linhas políticas dentro do grupo?

— Acho que a Associação conseguiu sobreviver até hoje devido a homogeneidade de linha política. É um pessoal de bairro e de igreja sem linha política partidária definida. Nosso único partido é a libertação do povo, da justiça e da igualdade. É a partir daí que a gente trabalha. Quando surgiu esses partidos todos a gente chegou a pensar no PT, mas depois a gente chegou a conclusão que é outro partido feito de cima pra baixo. No momento estamos discutindo todos os partidos que existem atualmente: PT, PMDB, PC etc. porque se alguém quiser optar por algum deles opta consciente.

— Além da questão partidária vocês discutem alguma outra questão política?

— Atualmente estamos estudando como o trabalho doméstico é ligado

diretamente à produção, ao sistema capitalista, qual o papel da mulher, a mulher é uma mão-de-obra de reserva que trabalha de graça para o patrão, etc.

— Como é que vocês vêem a questão da legalização ou não do aborto?

— O aborto é um problema porque como o pessoal está muito ligado à Igreja isso quase não se discute, embora muitas já tenham feito. No entanto sentimos a necessidade de discutir muito o assunto e se aprofundar mais para podermos tirar uma posição.

Entre as mulheres de periferia existe muito o conflito entre a santa e a puta. É difícil ela falar de sexo, mas quando começa, não para mais.

— E a libertação da mulher como é que vocês vêem?

— Existe um certo medo da mulher da periferia de fazer tudo. Pagar a conta de luz, sair de casa, etc.. E nós temos que mostrar a mulher que ela é capaz de fazer essas mínimas coisas, que ela não precisa depender do marido pra tudo. Que ela é gente, que ela sabe andar, que ela sabe agir, que sabe pensar, que o trabalho dela é importante, embora não esteja ligado diretamente à produção, mas que ela contribui para que o marido vá trabalhar. É dessa forma que a gente discute a libertação da mulher.

— Dizem que na classe operária o machismo é muito maior que nas outras classes. É verdade isso?

— O operário é machista, mas esse machismo é inconsciente é fruto da educação. E nas outras classes o machismo é consciente, é muito mais sutil, porque é enrustido. Por isso talvez seja mais fácil trabalhar o machismo na classe operária.

— E a questão da sexualidade. A mulher da periferia já fala de sua sexualidade?

— É difícil ela falar de sexo, mas quando começa não para mais. Ela tem muito preconceito porque não conhece as funções de seu corpo. A maioria reclama que é fria. Mas quando você vai ver ela dorme com 4, 5 filhos no mesmo quarto, e até na mesma cama. Assim você só poderia ser é fria mesmo. Existem também a idéia de que se mulher faz muito carinho no homem ela não presta. Mesmo que ela tenha vontade de ter uma relação sexual ela não procura, e se ela não tem vontade ela cede porque ele quer. Existe muito o conflito entre a santa e a puta. E a Associação tem procurado ajudar conversando sobre sexualidade com essas mulheres e estimulando que elas conversem sobre isso com seus maridos.

— Tem mais alguma coisa que você gostaria de falar?

Gostaríamos de contribuir para acabar de uma vez por todas com a imagem de que grupos de mulheres dividem a luta geral dos trabalhadores. Não é verdade. Na greve do ABC estávamos lá, participando como podíamos, trabalhando no fundo de greve, dando todo apoio aos nossos maridos para continuarem firmes. O dever da dona de casa é de participar com todos os trabalhadores nas suas lutas.

Prostitutas, homossexuais e travestis: A violência policial nas ruas de São Paulo

Por Helen Maria de Freitas

21 de Maio. Desencadeia-se em S. Paulo uma violenta repressão policial às prostitutas, travestis, homossexuais e desempregados em geral. A "blitz" é comandada pelo delegado da Seccional Centro, José Wilson Richetti, com o apoio do diretor do Degran, Rubens Liberatori e sob a proteção do secretário da Segurança Pública, Otávio Gonzaga Junior.

Num período de 10 dias, foram presas mais de 1500 pessoas, das quais apenas 12 foram indiciadas. As demais foram liberadas, já que nada havia contra elas. Em outras palavras, 1488 prisioneiros ilegais. Resultados tão minúsculos diante de tamanho espalhamento. O que deu margem a se perguntar: o que se buscava não era mesmo o terror e o espalhamento?

Quase todas as noites, viaturas da 3ª Delegacia saem pela cidade com destino à Praça Julio Mesquita, Major Sertório e redondezas, Largo do Arouche e ruas Sta. Ifigênia e Vitória, lugares de grande concentração de prostitutas e homossexuais. Os policiais vão prendendo todos que encontram. Na delegacia, faz-se a triagem. Com extrema violência, vão separando as prostitutas, (que são amontoadas em minúsculas celas, e se reclamarem levam banho de água gelada), dos homossexuais, que vão para as celas dos marginais já qualificados.

Como forma de reagir a essa violência, formou-se uma comissão composta de parlamentares — Eduardo Matarazzo Suplicy, Irma Passoni, Fernando Moraes e Audálio Dantas —, de advogados e da feminista Ruth Escobar, que se dirigiram ao 3º distrito policial onde foram impedidos de visitar a carceragem. A comissão levou essas denúncias, documentadas com fotos, ao chefe do Degran, Rubens Liberatori. Levou tam-

bém o depoimento vivo de 5 prostitutas, vítimas de violências.

Liberatori, demonstrando "surpresa", agradeceu as denúncias e prometeu providências. Se tomou, ninguém sabe, ninguém viu. O que se sabe é que, logo depois, uma das depoentes, I. S., foi detida. Quando reapareceu, declarou que havia sido presa, mas nem sequer fora fichada. Passou cerca de 12 horas no banco da delegacia e, do seu canto, ouviu alguns cochichos entre Richetti e seus homens: "nessa aí não é prá tocar um dedo. Recebi ordens. Não é prá prender nenhuma das 5 que foram ao Degran. Muito cuidado com elas".

Sinal de que entre Richetti e Liberatori as comunicações são fáceis. Liberatori não tinha realmente conhecimento e controle sobre seu comandado?

José Wilson Richetti. Rubens Liberatori. Quem conhece?

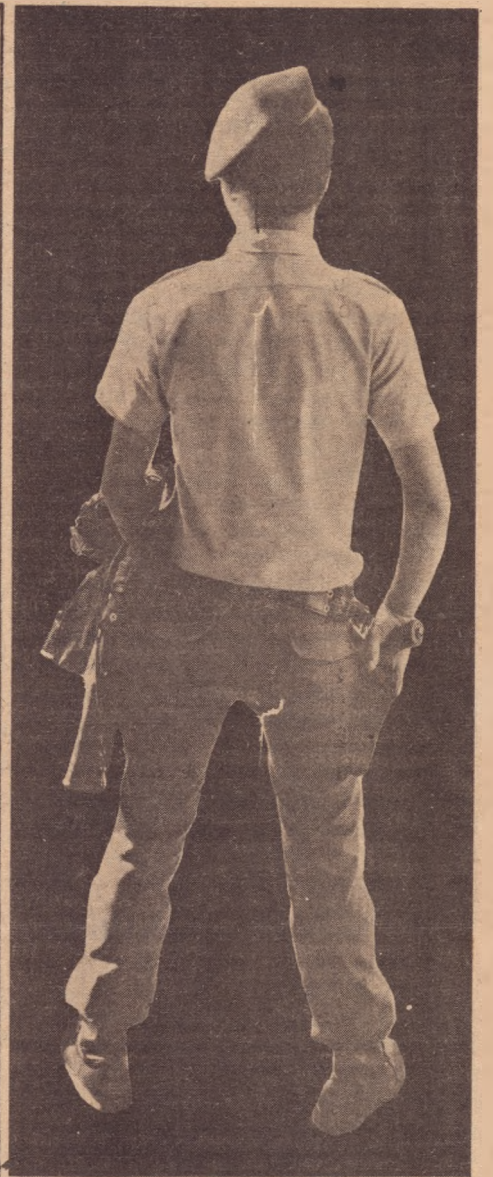
Tudo indica que passarão à fama em pouco tempo, substituindo, na crônica policial, nomes como o do legendário Sergio Paranhos Fleury, cérebro da tortura, peça-chave do Esquadrão da Morte, suspeito de tráfico de entorpecentes e um dos heróis nacionais do governo Médici, como Nelson Duarte (afastado por corrupção), Mariel Mariscote e tantos outros.

Richetti e Liberatori iniciam sua escalada numa época menos cômoda para as violências policiais, já que suas vítimas já não estão tão desorganizadas e indefesas. Richetti, chefe da Seccional Centro, vem à luz dos holofotes pelas suas ações e palavras truculentas. Numa operação fulminante, conseguiu "limpar" — segundo diz — a cidade de 300 a 500 "marginais" por dia. Os "margi-

nais" incluem centenas de prostitutas, travestis, homossexuais e desempregados em geral. Nesse ritmo conseguiria deter, no máximo, 200 mil por ano. Talvez precise melhorar seu desempenho, uma vez que as mágicas da economia brasileira conseguem desempregar pelo menos o dobro de indivíduos, só na sua área. Se não fossem trágicas, suas declarações e gestos seriam cômicos. O barbarismo das torturas e violências beiraria a doença mental. As declarações dariam margem ao espanto dos mais ingênuos. Promete exportar as prostitutas um pouco para cada lugar. Gaba-se de ter criado, por esse método, a "zona" de Santos. No que, aliás, muito se parece com seu chefe e protetor, Liberatori, famoso pela "Operação Camanducaia", através da qual recolheu dezenas de "trombadinhas" em S. Paulo e desembarcou-os, nus, em Minas Gerais.

De qualquer modo, os dois parecem contar com protetores bem situados. Sua atividade é, na verdade, meio caminho para uma política de confinamento. Essa medida, se aplicada oficialmente, contaria com alguns impedimentos legais, inclusive a nível internacional (ONU). Tudo leva a crer que se trata, primeiramente, de um desvio de atenções, com respeito às verdadeiras causas da violência urbana, marginalização e pobreza, prestando contas à opinião pública desinformada. Em segundo lugar, é uma discreta forma de impor, paulatinamente, um confinamento de fato, oficioso e não declarado.

Personagens truculentos e simplistas, como Richetti e Liberatori passam à fama. O que só é possível num país que tem notórios suspeitos de corrupção e tortura nos principais postos do governo.



Ato Público

Sesta-feira, 13 de junho, 18:30 horas, escadarias do Teatro Municipal. Cerca de mil pessoas participam duma manifestação contra a violência policial, iniciada com a leitura duma carta aberta à população. Os oradores: Movimento Negro Unificado, grupos organizados de homossexuais, feministas e uma prostituta.

Depois disso, apesar da chuva, 500 pessoas saíram em passeata pelas principais ruas do centro, atravessando a chamada boca do lixo. A passeata ganhou o aplauso das prostitutas do edifício Século XX, que desceram à rua para engrossar a manifestação. A seguir a multidão atingiu o "gheto" homossexual do Arouche e se dispersou na "boca do luxo".

O ato ganha, neste momento, o significado da primeira posição pública e unificada contra a violência policial, contra a discriminação sexual e racial.

Prostituição:

O sistema usa, abusa e não assume

A prostituição existe a partir da cultura sexual repressiva, principalmente em cima da mulher e, num sentido mais amplo, a partir do processo econômico que transforma tudo em mercadoria. Daí a troca sexual ser considerada mercadoria como outras.

Nossa sociedade, baseada na estrutura familiar monogâmica e patriarcal, vai ter uma convivência ambígua com a prostituição. Cria, mantém a prostituição e ao mesmo tempo reprime. Precisa, não deseja. Usa, não assume. (Veja ET nº).

Do ponto de vista econômico, o desemprego, seu crescimento atual e o empobrecimento dos trabalhadores, cada vez mais, "ou mata de vergonha ou sevia o cidadão". A resposta a isso, a mais cômoda, dada pelo "cidadão contribuinte", é a de achar que mais uma vez se trata de um caso de polícia. Aliás, estamos quase acostumados a achar que o problema social é caso de polícia. A revolta de famintos do nordeste é caso de

polícia. A defesa da sede da UNE, no Rio, é caso de polícia. As greves são caso de polícia. E assim vamos.

Evidentemente, há diferenças entre todos esses casos. Por exemplo, no ABC, a polícia e o exército cumpriram o papel de mercenários. Entraram no conflito entre empregados e empregadores para defender os patrões e suas fontes de renda. Aqui, no movimento das prostitutas e travestis, o papel dos policiais teve um aspecto diferente. Os policiais tem algo mais no conflito. Neste caso, o que é proibido por lei é a prática do lenocínio. Quem o pratica está sujeito à cadeia. Isto é um caso de polícia, mas justamente porque é ela quem lança mão, muitas vezes, desta fonte de renda. Os policiais reprimem então por dois motivos: primeiro, porque tem a incumbência de tratar à questão social como caso de polícia; depois porque, a organização e a denúncia das prostitutas ameaçam suas gordas "taxas de proteção".

Depoimentos:

"Vagabunda não tem direito de reclamar"

MARLI, 38 anos, presa no dia 11 de junho às 21:40 horas: "Fui levada ao 3º distrito onde me impediram de chamar meu advogado. Levei um soco na boca, desferido pelo Dr. Paulo. Um policial chamado 'carioca' tirou de minha bolsa 2.400 cruzeiros e um relógio de pulso que vale 9 mil cruzeiros. Depois de apanhar fui medicada no PS da Santa Casa e paguei 5 mil cruzeiros de fiança".

I. S., 24 anos, presa no dia 11 de junho — "Fui levada para o 3º distrito. O Dr. Richetti me perguntou se eu iria denunciá-lo. Ao responder que sim levei um soco na boca que quebrou um dente. Fui para o PS da Santa Casa e tomei uma injeção de Buscopan que provocou um aborto. Eu estava grávida de 2 meses".

E. S., 37 anos. Empregada doméstica do edifício Século XX. Presa no dia 30 de maio quando tomava café numa pastelaria. "Fui jogada no camburão da polícia. Avisei que sofria do coração e o policial respondeu que "vagabunda não tem direito de reclamar". Fiquei presa 3 dias, e na saída o delegado Richetti ficava na porta dando socos ou nas costas ou na cabeça de cada uma que saía. Como eu sofria da coluna pedi a ele para me dar o soco na cabeça. Deu, quase desmaiei de tanta violência".

Sensacional rezenha

Como resenhar um romance policial? Como agir, se quisermos escapar da ilusão megalomaniaca de que a rezenha deve ser uma miniatura perfeita, capaz de captar a "essência" de uma obra?

Por Fernando Mesquita

Desde logo não é possível, no caso policial, utilizar os procedimentos normais da resenha preguiçosa (para frasear trechos esparsos da obra a "amarrar" um final como do der) sem prejudicar a trama, ou seja, sem contar (ou indicar) que "o assassino é o mordomo".

Então, como justificar as oitocentas pratos de wyborowa vódka de uma rezenha? "Uma dilacerante aporia", sentenciaria, soturnamente, com seu ar de corvo desgrenhado, o meu amigo R. Naves, que, além de desconhecido, é estudante de filosofia.

Talvez, uma maneira de contornar o impasse seja deslocá-la, isto é, examinar não a obra, mas a postura que costumam assumir, tanto os resenhadores, como o público filo-resenhístico, face às obras do gênero policial. Ou, mudando os termos, já que recentemente foi descoberta a verdade imemorial de que um mesmo objetivo pode ter variadas apreensões, avaliar quais as possíveis leituras de um romance policial. Vejo pelo menos três, e não vejo mais por falta de espaço.

A leitura enlatada

A primeira (primeira porque mais comum) é a leitura que eu chamaria de **enlatada**. Ela parte do preconceito muito comum de que manter uma análise ideológica no longo da aventura de um enredo "estraga" a emoção. Quer ver em James Bond, por exemplo, um agente do imperialismo britânico, "é um papo careta que corta o barato do filme (ou do livro)".

Ressoa nesta "espontaneidade" a tradicional tática, verdadeiro cavalo de batalha do pieguismo filosofante, de opor a Razão à Emoção e optar lacrimojosamente pela última — por razões inefáveis.

E o mais interessante é que certos (e muitos) intelectuais, tanto cooptados, como até orgânicoides, flertam com esta demissão da crítica. Para eles, o livro de bolso (policial, ficção científica, western, etc.) pelo gênero menor (distante dos grandes temas macrosociológicos que rendem polpudas bolsas-de-estudo e/ou status entre os pares) ou até pela aparência mercantil debochada (objeto degradado, serial, escancaradamente proposto ao consumo) convida à uma espécie de "repouso crítico".

Claro, há, nisso, um namoro implícito com a inocência perdida. Assim como certos adultos grandalhões acham que devem se infantilizar para brincar com crianças, esta leitura aspira mergulhar no universo infantil desideologizado da aventura pela aventura. Neste mergulho ocorre até uma sutil (e perversa) identificação como o homem-massa, como se um intelectual, ao ler enlatadamente um enlatado pudesse — por um instante — se transformar num igual, num **uomo qualunque** e, assim, sentir-se massa; isso, justamente para recuperar com maior satisfação, ao fim da leitura, o privilégio de ser intelectual ("eu sentí isso, mas sou o contrário disso").

Há, também, nessa interrupção voluntária da crítica, o pressuposto de que pensar cansa. Longe de ser um dos "maiores prazeres da raça", pensar é,

para estes cultores eventuais da **midcult**, uma espécie de cólica assumida por razões profissionais. E, como toda cólica, o pensar necessita do tratamento de bons laxantes, tais como a leitura (re)laxativa e repousante de um "bom" policial. Inocência tão comovedora quanto as evoluções das **chacrettes**.

A leitura virtuosa

Para o adepto da **leitura virtuosa**, os romances policiais são objeto de uma repulsa imediata e total, porque pertencem àquela categoria de obras que nem mereceriam um comentário. Mas, como é preciso fazer resenhas, como é preciso pensar no leite das crianças (a leitura virtuosa quase sempre tem família grande e vive em aperturas financeiras) tapase o nariz e lê-se o livro o mais rapidamente possível, exumando-se-o com três ou quatro "desmistificações" conteudistas.

O que a leitura virtuosa mais teme é ser enganada. Para ela, a ideologia (sempre pleonasticamente mistificadora) tem parte com o diabo, veste-se de mil formas (nos livros, nos corpos, etc.). Assim, para não se cair na tentação da aparência, é necessário assassinar a forma para extrair, com o puñhal da crítica engajada, o coração latejante do conteúdo, exposto, finalmente, ao sol da verdade "desalienadora". Um autêntico sacrifício asteca engajado.

Para os olhos virtuosos, a forma é sempre ornamento, não conta, é a própria trama do engano. Já que a miséria é feia, só o tosco é verdadeiro e a beleza cumpre as funções de uma monstruosa sedução burguesa (a começar pelas damas burguesas, eia! sus! **vade retró!**).

Paranoizante, a leitura virtuosa também desconfia de si mesma, da sua forma. Por isso, ela não se escreve **pelo** que lê, mas **para** que os iguais (os outros vigilantes virtuosos) vão dizer, caucionando um discurso inter-subjetivo com a pseudo-objetividade de uma ilusão coletiva.

Assim sendo, ela sempre se encaminha para a prova mais palpável (e óbvia da correção ideológica. Deste ponto-de-vista, "A Agulha de Cristal", de Maurice Leblanc (livro que estou resenhando) mereceria certamente um comentário central: toda a trama gira em torno das chantagens feitas com uma lista de 27 deputados corruptos; portanto, o poder é corrupto, portanto, a burguesia é corrupta e é corrupta porque exploradora e o resto é o disfarce romanescos dessa corrupção através de um ladrão bonzinho, heróico e romântico chamado Arsène Lupin ("boas colocações na tua rezenha!").

A leitura zombeteira

A terceira leitura existe; mas existe com a condição de ser **zombeteira**. Talvez seja arriscado dizer isso (os zombeteiros se arriscam) mas a zombaria pode ser o nome do distanciamento crítico bem-humorado. Não se trata de impugnar as possíveis emoções de um enredo em nome da seriedade; nem de "esque-



cer" a ideologia em nome da aventura e assim comprar a ideologia da aventura; a zombaria já viu muito, posto que os olhos podem ser muito mais velhos que o corpo. Seria esquematismo dialético dizer que ela integra as outras duas, superando-as. Prefiro dizer, com os argentinos, que "ella ha hecho la vuelta".

Como a zombaria sabe que os olhos se delíam, ela leva a forma zombeteiramente a sério, pelo seu poder revelador. Assim, se aceitássemos (sem a rigidez de estatuto de verdade, trata-se de uma possibilidade) a tipologia que Todorov estabeleceu para o romance policial, poderíamos ver como Leblanc dissolve as várias espécies de romances policiais, compondo um verdadeiro **pastiche** que vai do **romance clássico de enigma** (sempre dividido em duas histórias, a história do crime e a da investigação, sendo esta segunda sempre contada após o fim da primeira, por um "amigo" do detetive, que é, no caso, o "ladrão" Lupin) até o **romance de suspense** (que leva o leitor a privilegiar a ação de investigação em curso, interrogando-se sobre "o que vai acontecer" e torcendo pelos heróis) passando por uma personagem "bestial" típica do **romance policial negro**, o chantagista Alexis Daubrecq, aliás, decididamente um canalha.

Essa diluição responde às formas de constituição da **midcult**: misturava (condimentar) estilos, gêneros, processos num todo aplastrado visando aumentar na faixa de leitores satisfeitos por uma legibilidade digestiva, fácil e pseudo-múltipla. Nesse sentido, Leblanc é (com muitos outros) para o romance policial o que o rodízio de pizzas é para a voracidade da classe-média.

Óbvio que os procedimentos acolhidos são destituídos de toda e qualquer carga de ruptura: existem apenas para variar situações e cenários, convencional e é até inferior à média do gênero.

Um espelho invertido

Mas Arsène não é um ladrão, isso não seria uma ruptura? Sim, é ladrão mas é um ladrão que não é ladrão. Se quiséssemos avançar uma análise ideológica da criminalidade de Lupin, poderíamos

afirmar que ele não é um ladrão, é um **espelho**. É um espelho invertido (ideológico, portanto) precisamente na medida em que o ladrão grã-fino é a imagem criminal aceitável do grã-fino ladrão. Em Lupin, a criminalidade burguesa (a mais-valia, em última instância) pode se investir em roubo elegante (tão elegante quanto as roupas do ladrão) e por justos motivos: eis o ladrão tornado herói e o que é melhor: no figurino do romance de folhetim, com lances de capa-e-espada, protegendo (por amor) uma (bela) viúva...

E mais: se quiséssemos, poderíamos acentuar a análise das características de Lupin, buscando mostrar como ele pode ser entendido como uma resposta a Sherlock Holmes no quadro da rivalidade (também ideológica) franco-britânica, implicando dois "estilos" de burguesia cuja divergência era mais acentuada à época do romance (inícios do séc. XX).

Se Holmes (detetive) caracteriza-se pelo cerebralismo, pela precisão lógica, pela fleugma capaz no entanto de pendores pelo violino (e pela cocaína), enfim, se ele é o **english character** em ato, Lupin (ladrão) é galante, **connaissanceur** das obras-de-arte que rouba, gastronômico, caprichoso, imprevisível, numa palavra, é o **savoir-vivre** francês.

Quanto à figura da corrupção, não precisaríamos permanecer na inocência de uma mera denúncia. Bastaria recordar a observação de Rosa Luxemburgo "o capitalismo é sempre extra-legal". Ou seja, é preciso não esquecer de que, sendo poder, ele está, na sua operação estratégica de auto-preservação sempre **além** da Lei que ele mesmo cria, podendo alterar a fisionomia dessa Lei (e, portanto, a noção de criminalidade) com quantos pacotes quiser (e puder).

Se fruição é conhecimento, poderíamos realizar isso dando muita risada e tomando vódka (por exemplo). Afinal, como afirmou José Miguel Wisnik, "Mário de Andrade tateava inventando". Então, porque não podemos desvendar nos divertindo?

E, de quebra, uma vantagem: ao longo desse desvendamento poderíamos ir desarticulando por dentro o mini-discurso da resenha enquanto pretensa amostragem grátis da verdade.

A tragédia grega no cinema húngaro:

Elektra, símbolo da revolução

por Flavio Aguiar, de Montréal

Miklos Jancso é sem dúvida o mais importante dos cineastas húngaros. Na sua vasta filmografia destacam-se "Agnus Dei" (1970) e "Psaume Rouge" (1971). No Brasil, por total incompetência dos nossos exibidores, Jancso é praticamente desconhecido. Aqui, um comentário significativo do seu "Elektra" (1974) apresentado na mostra do cinema húngaro de Montréal em abril deste ano.

Leiamos o programa: "o filme é o símbolo da idéia de que o revolucionário deve constantemente se regenerar, deve morrer a cada dia e renascer sempre no dia seguinte... No que diz respeito à técnica dos planos-seqüência, Elektra é sem dúvida uma aplicação das mais extremas desse método; o filme inteiro compreende dez planos-seqüência".

Uma explicação técnica: no plano-seqüência o movimento da câmera (as aproximações, os recuos) "substitui" o corte da montagem. A narrativa cinematográfica se lineariza e adquire uma continuidade bem sublinhada. Conseqüentemente a técnica exige muito da câmera e do trabalho dos atores, sob pena do filme ficar monótono e tender simplesmente para o "teatro filmado".

O mito de Elektra

O texto antes citado dá as coordenadas do filme. Trata-se de uma adaptação do mito de Elektra ao clima e à ação revolucionários. Para quem não se lembra, o mito de Elektra está ligado à saga da guerra de Troia. Para que bons ventos acompanhassem o exército grego, seu rei supremo, Agamenon, consentiu o sacrifício da própria filha, Ifigênia (história representada no filme *Ifigênia*, de M. Cacoyanis, recentemente exibido no Brasil e comentado no *Em Tempo* nº 71). Finda a guerra, dez anos depois, Agamenon volta ao lar, vitorioso, acompanhado por Cassandra, filha visionária do rei de Troia, como presa/troféu/concubina. Mas Clitemnestra, mulher do rei, não esqueceu a morte de Ifigênia, e durante os anos de ausência do marido, aliou-se a Egisto, primo do rei Agamenon morre no banho, a machadadas; Cassandra, no vestibulo. Duas crianças — Elektra e Orestes — a tudo presenciaram, aterrizadas. Orestes foge; Elektra fica, sob a nova ordem, instaurada por Egisto e Clitemnestra. Para estes, Orestes deve estar morto, esquecido, por temor da vingança; contra o esquecimento Elektra se insurge, rebelde, memória e promessa da vingança. Afinal Orestes volta, e apresenta-se como o anunciador de sua própria

"morte", para medir as reações e saber em quem pode confiar. A vingança se cumpre. Com ajuda de Elektra, Orestes mata o padraastro e a própria mãe. Em rápidas palavras, eis os acontecimentos principais do mito-Elektra, aproveitado por Eurípedes para uma de suas tragédias, filmada também por M. Cacoyanis.

Equilíbrio instável

Miklos Jancso procura transformar esse mito no símbolo da revolução social. Egisto é o símbolo da ordem iníqua, da dominação cruel para manter-se no poder. Elektra simboliza a resistência. Egisto prega que Orestes está morto; todos concordam, menos ela. Acusada de louca e mentirosa, não recua.

A ação do filme se estrutura em torno do festival que todos os anos Egisto organiza para "comemorar" a morte de Agamenon, aqui apresentado como o "rei bom", que "confiava no povo". Egisto é o "rei mau", para quem o povo não sabe o que fazer com a própria liberdade.

O ritual comemorativo se passa no campo, junto a um celeiro que ao mesmo tempo é símbolo do palácio e da acumulação. O povo, presente no filme em muitos figurantes, se organiza em corais e grupos de dança segundo temas dramáticos e musicais da cultura húngara (creio). Ao redor, sempre circulando, manadas e manadas de cavalos: o espetáculo se mantém sempre próximo do contato homem/natureza. O filme tem igualmente um clima circense, aproximação sem dúvida criativa e pertinente mesmo ao espírito de festival da tragédia grega: o homem, ao contrário do que prega a racionalização tecnocrata, está sempre em equilíbrio instável sobre e na natureza, porque a sua relação com ela põe em questão a sua própria natureza, e a natureza das relações sociais.

Um pássaro de fogo

Orestes chega, mensageiro imediato da nova ordem. Destitui e mata Egisto, e conduz seu



Gabi Jobba e Mari Töröcsik em *Elektra*

povo à redenção. Logo depois, Orestes e Elektra se matam mutuamente: o revolucionário é aquele que não permanece, mas renasce. O filme conclui com ambos conduzidos num helicóptero/pássaro vermelho, enquanto embaixo o povo redime o ritual da primavera, quer dizer, do renascimento. Em *off*, a narradora nos conta a história de um pássaro de fogo que morria todas as noites e renascia todos os dias; morria aqui, renascia mais adiante, depois voltava, e assim por diante, enquanto no fundo ouvem-se as notas do *Allegro barbaro*, composição para piano do húngaro Bela Bartok, inspirada nas melodias folclóricas da nação, peça de claras conotações revolucionárias do ponto de vista (igualmente) da linguagem musical.

A coreografia do espetáculo é muito bonita e bem montada. O filme não é monótono, o trabalho da câmera é vigoroso e sutil. O jogo nudez/vestimenta das personagens induz uma atmosfera erótica, de "sagração da primavera", rara em filme

de origem de país socialista. Enfim, há bons pontos de partida nessa adaptação de Elektra aos tempos modernos. Principalmente, a idéia de que a convergência a uma nova forma de consciência implica uma nova consciência da forma, como elemento totalizador da obra de arte.

Se me permitem os filósofos de plantão, estamos próximos da idéia de que a forma é necessariamente uma **forma de ser** — criar, moldar a consciência do coletivo e cristalizar este trabalho numa forma de comunicação, de relação pessoal que quebre a rotina da alienação.

Um equívoco trágico

Entretanto o filme fracassa, decepciona, até irrita. Por quê? Porque além de símbolo da revolução, o filme força demais seu lado apologético. Nada é problemático nessa revolução circense: ponto parágrafo. O filme é de 1975. Está ou devia

estar a 58 anos-luz da revolução soviética, a 28 da chinesa, 16 da cubana, 30 do fim da Segunda Guerra, 186 da revolução francesa. Hoje a própria idéia de "revolução" está dividida na consciência dos homens. E se não estiver dividida, problematizada, muito certamente estará sectarizada ou empobrecida.

Ainda mais: o filme está a 19 anos somente do tempo em que os tanques russos tomaram Budapeste e a Hungria. Nestas circunstâncias, uma imagem abstrata, irrestritamente apologética, da "revolução", assume o ar de equívoco, e de equívoco trágico.

Para coroar o equívoco, a tradução do símbolo em apólogo se traduz na trama mesmo do filme, que apresenta Clitemnestra como morta 5 anos após a morte de Agamenon. É certo que os mitos gregos sempre têm diferentes versões; é até possível que alguma suprema Clitemnestra "antes do tempo". Mas este verdadeiro "truque-de-enredo", no filme, rouba todo e qualquer caráter problemático da ação de Orestes. Seu drama, que é o de ter de matar a mãe, se esvazia, supostamente em direção a uma visão épica de "varrer o tirano da face da terra", mas na verdade em direção a uma consciência ainda ingênua (no sentido lato) do fenômeno revolucionário. O circo se mostra espetáculo de marionetes: hábeis cordinhas, manejadas com destreza, salvam as personagens de seus dramas. Orestes vira mocinho, Egisto bandido, Elektra a amiga do mocinho. Ora, nesses termos, fiquemos com a alegria do Zorro e seu criado-mudo combatendo as tropas do Sargento Garcia.

Kafka era realista

Fazendo as contas, Elektra provoca mais nostalgia do que outra coisa. Nostalgia de Eisenstein, de Maiakovski. Também, circo por circo, deixa no ar (já que Elektra é o símbolo da memória) aquela anedota de fundo trágico, segundo a qual o grande crítico Georg Lucaks (também húngaro), que passou toda a sua vida a analisar o romance/realista do século XIX como realizador do que o romance moderno não conseguiria fazer, teria dito, depois da invasão de 1956 e de ter sido posto em prisão-à-domicílio pelo "novo" regime: "Kafka era realista".

O circo perde seu conteúdo revolucionário se não tivermos, no horizonte, a idéia de que ele pode ser e portanto é, também, circo dos horrores.

Coréia do Sul

Burguesia cava a própria cova

Depois do Irã, do Brasil, outro dos preferidos do imperialismo entra em um agudo processo de crise.

Por Ernest Mandel

A cidade de Kwangju, uma das mais importantes da Coréia do Sul, esteve durante uma semana em poder da população rebelada contra a ditadura. A cidade foi retomada pelo Exército, com a utilização de milhares de soldados, de veículos blindados, contra a população, no dia 27 de maio.

Este fato põe a nu a instabilidade do regime sul-coreano, até há pouco considerado um dos mais estáveis aliados americanos, e menina dos olhos do imperialismo. É bom lembrar que o xá do Irã era ele também preferido do imperialismo e considerado "estável" até um ano antes de sua queda.

Publicamos aqui um artigo de Ernest Mandel, escrito quando a cidade ainda se encontrava em poder da população, onde é ressaltada a existência de traços semelhantes nas crises de diversas ditaduras que tiveram "milagres econômicos", que conheceram uma industrialização rápida, e que criaram desta forma uma classe operária potente, que passa a ameaçá-la. A comparação entre o início da crise na Coréia do Sul e o ascenso das lutas operárias no Brasil, apesar das diferenças fundamentais, é bastante esclarecedora.

Desde o assassinato do ditador Park em outubro de 1979 pelas próprias mãos do chefe de seus serviços secretos, a Coréia do Sul conheceu uma crise política ininterrupta. Greves operárias, um ascenso generalizado do movimento estudantil, manifestações populares se sucederam. Elas culminaram no verdadeiro levantamento urbano em Kwangju, cidade de oitocentos mil habitantes, capital da província de Cholla, no Sudeste do país. Esta cidade esteve durante uma semana inteiramente sob o controle da população que, sendo desarmado a guarnição, local e a polícia, constituiu um comitê de salvação pública e numerosos comitês de bairros, que no entanto se dividiram entre si: os mais radicais querendo conservar as milícias armadas e se defender contra o Exército que cercava a cidade, e os comitês burgueses procurando antes de tudo "desarmar os elementos incontroláveis" para negociar a retomada pacífica da cidade pelo Exército.

Apesar de a luta se ter estendido a outras cidades no sul do país — falou-se de uma quinzena, número que não foi confirmado — a situação de Kwangju é, no momento, a excessão e não a regra. Isto, evidentemente, facilita a repressão: o Exército pode concentrar suas forças sobre o principal foco insurrecional.

As reivindicações democráticas no primeiro plano

A luta se centrou sobretudo nas reivindicações democráticas imediatas. Depois do assassinato do general Park, que tinha reinado durante 18 anos como senhor absoluto do país, os dirigentes do Exército tinham prometido uma redemocratização, embora limitada e prudente. O imperialismo americano exerceu uma pressão no mesmo sentido. O Exército estava no entanto muito dividido a este respeito, divisões que já existiam antes do assassinato de Park, e que podem inclusive tê-lo provocado.

As principais palavras de ordem dos manifestantes são: suspensão da lei marcial (em vigor desde o assassinato de Park, apesar das promessas feitas de tolerar atividades políticas "pluralistas"); eleições gerais rápidas; a demissão do general Chung Seung Hwa, o novo "homem forte" da Coréia do Sul e o sucessor de Kim Jae-kyu, o matador de Park, a frente da CIA sul-coreana; a libertação dos dirigentes da oposição presos, sobretudo Kim Dae-jung, chefe do principal partido de oposição.

Aliás, foi a prisão dos dirigentes políticos, no 5 de maio, que radicalizou as manifestações e, estudantis, controladas até então pela oposição burguesa.

Pois não devemos nos enganar com excessão de explosões locais espontâneas, a oposição política à ditadura militar foi dirigida até agora por forças liberal-burguesas de inspiração sobretudo cristã, das quais Kim Da-jung é a figura de proa. Antigo candidato à presidência da República, que por pouco não bateu Park, Kim tinha sido

objeto de medidas de repressão cínicas por parte da ditadura, medidas que culminaram com seu sequestro pela CIA sul-coreana no Japão. Isto provocou um tal escândalo internacional que impediu que ele fosse assassinado, como Park tinha claramente a intenção de fazer, e como fez com muitos adversários menos conhecidos — e menos burgueses — que Kim.

Esta hegemonia momentânea da burguesia sobre a oposição se explica fundamentalmente por dois fatores: a derrocada das forças do PC e da extrema-esquerda depois da guerra da Coréia dos anos 1950-53, sob o efeito de uma repressão feroz e do descrédito profundo que atinge o regime de Kim-Il-Sung (na Coréia do Norte) aos olhos das massas sul-coreanas; a enorme rotatividade de população nas cidades sob o efeito da expansão econômica dos anos 1960 e 1970, que tornou difícil a construção de organizações de massa com uma certa continuidade.

Um "milagre econômico..."

Sem dúvida, a expansão do capitalismo sul-coreano foi um dos "milagres econômicos" ao lado do Brasil — dos quais o imperialismo retirou mais glórias no curso dos últimos decênios. Ela foi impressionante, tanto no domínio industrial como no agrícola.

A Coréia do Sul tornou-se a terceira potência industrial da Ásia capitalista em números absolutos de produção, atrás do Japão e da Índia, e segunda em termos relativos, depois do Japão. A indústria, que começou nos ramos da indústria leve, se estendeu rapidamente para a indústria pesada, a siderurgia, a construção naval, o automóvel, a própria construção de máquinas. No início, sobretudo, apoiada pelos créditos de bancos japoneses (e numa menor medida pelo afluxo de capitais americanos e europeus); depois tomou progressivamente maior independência, se articulando em torno de uma meia-dúzia de grupos financeiros autônomos, controlados pelo grande capital sul-coreano e pelo Estado (isto é, garantindo aos generais do Exército copiosas vantagens, sem falar das vantagens da corrupção).

O mais poderoso deste grupo, o Hyundai, tinha, em 1979, um montante de negócios ultrapassando um bilhão de dólares. Suas encomendas atingem atualmente mais de quatro bilhões de dólares, dos quais 80% no estrangeiro, sobretudo nos países exportadores de petróleo do Oriente Médio, onde ele tomou muitos projetos de construção ao capital japonês, europeu e norte-americano.

Por outro lado, a penetração do capitalismo no campo permitiu atingir em 1977 o recorde mundial do rendimento médio por hectare na produção de arroz (4,9 toneladas), passando mesmo o Japão, utilizando técnicas tomadas de empréstimo ao capitalismo japonês.



Rebeldes coreanos sobre veículos capturados em Kwangju

...e suas consequências

Este "milagre econômico" fundava-se sobretudo, em um rebaixamento brutal dos salários, facilitado por uma inflação permanente (taxa de inflação prevista em 1980: 28%) e uma atomização dos operários, produto de uma ditadura que impedia toda organização sindical real. Trabalhando com uma técnica ultra-moderna, a indústria sul-coreana estava, desde então orientada essencialmente para o mercado mundial, "exportando" sua mão de obra superexplorada.

Mas os próprios êxitos do "milagre econômico" acabaram por se voltar contra ele. Os progressos da produtividade do trabalho na agricultura levaram a uma alta do nível de vida dos camponeses, que ultrapassa o das camadas mais pobres da população urbana. O êxito rural se estancou. A expansão impetuosa da indústria acabou drenando as reservas de mão-de-obra. As correlações de forças no "mercado de trabalho" mudaram-se em favor dos operários. Os salários começaram a aumentar. A fabulosa taxa de lucros dos anos sessenta e do começo dos anos setenta se esborçaram. Os concorrentes asiáticos, aproveitando-se de salários bem mais baixos ainda

do que os da Coréia do Sul — Filipinas, Malásia, Índia, Paquistão — ameaçaram os mercados tradicionais da indústria sul-coreana. Este ano, pela primeira vez, a Coréia do Sul, como aliás já acontecia com o Brasil, será envolvida no turbilhão da nova recessão generalizada a economia capitalista internacional.

A combinação "ditadura feroz mais baixos salários mais industrialização rápida fundada na estabilidade econômica e social", pregada pelos partidários cínicos da Escola de Chicago (Milton Friedman) tinha perdido sua base. O renascimento das lutas operárias, aliás, precedeu a explosão das lutas estudantis. Houve greves longas, e muito duras, em especial a dos mineiros de Sabuk e a dos siderurgistas de Pusan, levando a choques violentos com a polícia que fizeram mortos e feridos. O imperialismo, a burguesia sul-coreana e a hierarquia militar, ficaram profundamente inquietos com greves explosivas, hesitando entre a intensificação da repressão e uma "liberalização controlada" para fazer face a esta ameaça imprevista.

A pressão da situação internacional

O paralelo com a evolução do Brasil, o ou mais dependente mais industria-

lizado, parece evitendo. Mas há uma diferença essencial entre as duas situações: o impacto bem mais direto da situação geográfica particular na qual se encontra a Coréia do Sul. O poder do Exército sul-coreano, seu peso excepcional na sociedade burguesa deste país, não se explicam apenas, como no Brasil, por um "projeto" e um "modelo" particulares de desenvolvimento do capitalismo fundado sobre a superexploração dos trabalhadores. Explicam-se sobretudo pela situação particular da burguesia sul-coreana na Ásia do leste.

A Coréia é um país dividido, como a Alemanha, devido às decisões da Conferência de Yalta e de Potsdam, isto é, uma repartição do mundo em zona de influência entre o imperialismo e a burocracia soviética. Na Coréia, esta divisão foi feita de modo particularmente arbitrário, ao longo do famoso 38º paralelo. O sentimento nacional é profundo neste país, que tinha sido vítima do imperialismo japonês, que o tinha anexado em 1910. O povo coreano não abandonou nunca a esperança de reencontrar sua independência e sua unidade nacionais.

A tentativa de fazer esta reunificação em um Estado operário fracassou em 1950-55, devido à intervenção contrarrevolucionária do imperialismo americano. Graças ao afluxo massivo dos seus soldados, que infringiram a Washington a primeira derrota militar de sua história, a República Popular da China pôde impedir uma reunificação sob a forma de destruição do Estado operário burocratizado da Coréia do Norte. O equilíbrio militar instável que se mantém ao longo do 38º paralelo, é uma lembrança permanente para a burguesia sul-coreana do caráter precário da situação.

A "ameaça de invasão norte-coreana" é o tema permanente da propaganda burguesa para manter no país uma atmosfera de guerra fria extremamente aguda, acompanhada de um macartismo de um anticomunismo agressivos. O descrédito do regime norte-coreano aos olhos das massas permite a manutenção deste clima nos meios oposicionistas, apesar de uma propaganda constante da Coréia do Norte a favor da reunificação.

É o que explica os laços particulares do regime sul-coreano com o imperialismo americano, sobretudo seu "establishment" militar. É o que explica também os laços particulares do regime norte-coreano com a República Popular da China. A insurreição de Kwangju foi o primeiro acontecimento internacional desde muitos anos no qual Pequim e Washington adotaram posições diametralmente opostas. Pequim apoiando os insurgentes, Washington dando total apoio militar à ditadura e fazendo sinal verde para a repressão sangrenta em Kwangju.

Desta forma, a Coréia do Sul torna-se um barril de pólvora no qual se misturam todas as contradições do capitalismo na Ásia do Leste e das relações entre Estado burguês e Estados operários burocratizados.

Para sair de sua crise social, para tentar responder à sua depressão econômica, o capital deu a volta ao mundo. Louvaram-se os sucessos desta "reestruturação". Chegou-se a proclamar o "fim da crise". Mas eis que depois de duzentos mil metalúrgicos de São Bernardo, os operários e os estudantes da Coréia do Sul confirmam esta velha idéia do marxismo (em crise, não era?): o capitalismo não pode se implantar e se estender sem reforçar ao mesmo tempo o seu covão, o proletariado. Querendo escapar dos novos "anos de 1968", na Europa, no Brasil e na Coréia do Sul, ele já ouve ou ouvirá logo os gritos bem conhecidos: "abaixo o Estado policial! Fora as tropas e as bases imperialistas! Assembleia Constituinte! Controle operário! Governo operário e camponês!"

25 de maio de 1980.



Bolívia

Um país onde cada coronel se considera um partido político

Golpe militar na Bolívia já deixou de ser notícia. Virou rotina. Mas na última tentativa houve uma novidade: o embaixador americano, Marvin Weissman denunciou as manobras golpistas e foi ameaçado de expulsão. A contenda, desta vez, gira em torno das eleições presidenciais que estão marcadas para o próximo dia 29.

Por Vilma Amaro

Golpe militar na Bolívia já não é mais notícia: virou rotina. Mas não deixa de ser notícia o fato de o embaixador norte-americano se manifestar contra a tentativa de golpe, "entregar" os militares duros e ainda sair em defesa da pseudo democracia existente no país. O assunto até parece tema de algum spaghetti-western rodado na América do Sul: mas é apenas mais um episódio da história recente da Bolívia, onde os militares, às vésperas de uma eleição presidencial (no próximo dia 29) estão todos ouriçados, temendo a vitória do candidato de esquerda, pela União Democrática Popular, Hernan Siles Suazo.

Aliás, as denúncias sobre as tentativas de golpe ganharam notória repercussão depois que o embaixador dos EUA, Marvin Weissman, afirmou ter interferido pessoalmente para que o general Luis Garcia Meza, o próprio comandante do Exército (e que deveria ser o guardião da normalidade constitucional, do país, às vésperas de um combate eleitoral) não levasse adiante, no dia 30 do mês passado a derrubada do governo da presidente Lidia Gueiller.

A aventura golpista

Na verdade, às forças direitistas do país estão indignadas com a atitude do Congresso boliviano que, sob pressão popular, resolveu "julgar" o ex-presidente Hugo Banzer. E temem, sem dúvida uma vitória das esquerdas no próximo pleito. Daí afirmarem inclusive, que o governo surgido dessas eleições seria "muito débil".

Tudo isso levou os militares, principalmente os do Segundo Corpo do Exército, sediado em Santa Cruz, a pensarem numa aventura golpista. Não contavam, porém, com a defecção do embaixador norte-americano e do próprio presidente Carter, que declarou, através de um porta-voz não estar interessado num golpe no país. Sem dúvida, por temer uma guerra civil de proporções incontroláveis, já que nos últimos meses vinha se aprofundando cada vez mais o fosso entre o Exército, o Legislativo e forças populares.

Pelo menos, o primeiro round foi perdido pelos golpistas do Exército, mas até o dia 29 tudo é possível, já que cada general e cada coronel do Exército boliviano se considera um partido político e,

portanto, com direito a derrubar pela força o adversário.

A própria presidente Lidia Gueiller não é uma fiel expressão do poder constitucional, já que surgiu como alternativa à derrubada do ex-presidente Walter Guevara Arce e para consolidar-se no poder nunca hesitou em se aliar com a direita. A mesma direita que atualmente ela está desservindo, pois optou pelo caminho das eleições, o que não tem agradado aos aliados do ex-presidente Hugo Banzer.

Desmandos Gerais

A situação de desordem chegou a tal ponto que o próprio comandante da Guarda Presidencial, Carlos Strada, tentou agredir a presidente no último dia 7, tendo sido detido às portas do dormitório de Lidia Gueiller.

A baixaria ali foi total, com o coronel, completamente bêbado, dando coronhadas na porta e dizendo palavrões. O poder da Bolívia é tão frágil que a presidente teve que telefonar aflita a um dos seus assessores e pedir socorro, caso contrário passaria o maior vexame nas mãos do coronel.

Não bastasse toda essa confusão, Lidia Gueiller ainda teve que contemporizar com certa habilidade junto aos direitistas que pediam a cabeça do embaixador norte-americano, exigindo que ela o declarasse "persona non grata".

No auge do desespero, Lidia Gueiller, depois de divulgar um comunicado em que comunicava "intromissões externas nos assuntos bolivianos" (uma alusão pretendidamente indolor sobre as denúncias do embaixador norte-americano), convocou uma reunião com "todos os setores interessados e envolvidos na manutenção do processo democrático".

E, pelo menos dessa vez, cercada no respaldo dos partidos políticos e organizações sindicais, Lidia conseguiu conjurar temporariamente a ameaça de golpe.

A proposta do Exército de adiamento (congelamento) das eleições por um ano recebeu imediato repúdio de toda a população. "É uma provocação ao povo boliviano", declarou o ex-presidente Hernan Siles Suazo, candidato pela UDP. É como querer parar um automó-

vel numa corrida, quando se está para chegar à reta final. Pode ocorrer um desastre de sérias consequências, declarou o ex-presidente e também candidato Walter Guevara Arce.

Um gesto simbólico

"Trata-se de um golpe sem sangue. O que se pretende é turvar o processo democrático. Lutaremos até o fim para defender a democracia" declarou por sua vez o senador Oscar Zamora, pró chinês e membro do Movimento Nacionalista Revolucionário que tem um candidato de centro-direita (Victor Paz Estenssoro) à presidência da República.

Já o dirigente Marcelo Quiroga Santa Cruz, socialista democrático, declarou: "os grupos de direita perceberam que não é possível subir ao poder nem pelo golpe nem pelas eleições. Sentem-se encurralados e apelam para este golpe branco."

De fato, a direita chegava no início desta semana ao desespero total: um golpe falido, o ex-presidente Hugo Banzer desmoralizado pelas denúncias feitas no Congresso e os militares, escoraçados pelas organizações populares, de volta (temporariamente?) aos quartéis.

Não restava mais nada senão um gesto simbólico. E membros da Falange Socialista Boliviana (o mais antigo grupo fascista do país), mais desanimados que os seguidores de Hugo Banzer se lançavam a uma greve de fome, exigindo a expulsão do embaixador norte-americano Marvin Weissman, o bode expiatório desta história toda. De todo esse lamentável episódio, uma lição: a direita boliviana está cada vez mais histórica, pois certamente conhece, de antemão, os resultados das urnas, que lhe serão, sem dúvida francamente adversos: uma reação popular às repetidas tentativas de golpe que vem se realizando, desde a queda do governo do general Hugo Banzer.

UM LÊNIN PARA HOJE

*A venda no
jornal EM TEMPO*

Cópias da edição portuguesa
de 960 páginas por
apenas Cr\$ 400,00


Trata-se de uma biografia política que aspira a ajudar na reconstituição do significado do leninismo do próprio Lênin. Sua grande originalidade, bem como sua importância, vem do enfoque adotado.

O maior revolucionário do século (na opinião do próprio autor) e apresentado como alguém cuja vida foi feita de sucessos e fracassos, de realizações grandiosas e de erros gritantes, e cuja obra tem um caráter inacabado, evidenciado na dupla carência com que chegou ao fim da vida, e que se perpetua até hoje; ainda não foi criado o instrumento capaz de abater o capitalismo nas sociedades industriais avançadas (a III Internacional, que ele fundou, primeiro degenerou e depois foi dissolvida por Stalin); e ainda não foi construída, sobre as ruínas do poder burguês, uma sociedade socialista.

Mas na visão de Liebman, o estudo dos textos e sobretudo da prática de Lênin é indispensável para avançar na solução, num momento em que a crise do capitalismo se aprofunda e se combina com a crise do stalinismo.

O leninismo sob Lenin

Marcel Liebman



Argentina

Perón contra um Partido dos Trabalhadores

Por Marcelo Zugadi

O surgimento do PT no Brasil está sendo observado com a maior atenção por ativistas e dirigentes operários de toda a América Latina. Os fundamentos de sua existência se estendem muito além das fronteiras deste país e, seguramente, sua evolução exercerá uma notável força de atração sobre a consciência e a prática das vanguardas operárias no continente, e muito especialmente em países como a Argentina e o México.

Trata-se, simplesmente, de uma experiência que vem responder ao problema comum, ao drama compartilhado por todos os oprimidos do continente que carecem dos instrumentos políticos e das direções apropriadas para enfrentar o imperialismo e as burguesias locais, que fazem de nossos países o lugar da superexploração e das ditaduras. Não, pode provocar estranheza, portanto, que esta resposta chame a atenção não apenas dos dirigentes sindicais e políticos que defendem o socialismo como solução para a crise capitalista, mas também das instituições e organizações que, a escala mundial, defendem o status quo e que por isso mesmo se opõem a que os trabalhadores construam os instrumentos que representem seus interesses de classe com plena independência dos interesses econômicos e sobretudo políticos dos patrões. E tais forças, naturalmente, não se limitam a observar.

Porém, se é certo que os passos do PT retumbarão muito além do Brasil, não é menos certo que também há antecedentes de experiências análogas fora das fronteiras, que no passado comprovaram as enormes potencialidades deste tipo de partido e advertem sobre os perigos principais que ameaçam seu desenvolvimento e triunfo de seus objetivos.

É a incapacidade das organizações revolucionárias (ou sua inexistência) para oferecer uma alternativa real ao proletariado, combinada com a gravidade da crise do capitalismo, o que levou o marxismo revolucionário, na década de 30, a colocar a possibilidade e necessidade da construção de partidos operários baseados nos sindicatos, como forma organizativa correspondente ao programa de transição ao socialismo, os dois eixos básicos desta proposta são, de um lado a necessidade de construir um partido sem patrões, cabal representante das massas trabalhadoras e, de outro, o fato de que este movimento tome precisamente a forma de um partido e não de uma frente de organizações políticas.

A chave para a resolução destas duas questões está no papel que as organizações sindicais jogam na construção do partido e na democracia interna como condição de funcionamento.

Durante todo um primeiro período, as eventuais debilidades programáticas deste tipo de partido vêm-se largamente compensadas pelo fato objetivo de que a massa trabalhadora é a que está na base e que são operários os que ocupam a estrutura e os organismos de direção. Mas a formidável força objetiva deste fato começa a debilitar-se com o tempo, na medida em que as direções não estejam estritamente ligadas à base através da democracia interna; e este debilitamento será muito maior no caso em



que o ponto de apoio e a força motriz do partido, no lugar de estar nos próprios trabalhadores através de sindicatos ou agrupamentos sindicais, esteja em um conjunto de organizações políticas, por muito revolucionárias que estas se pretendam.

Se tais brechas se produzem no processo, elas se convertem no ponto por onde entrarão primeiro as idéias e depois os homens que pretendem convertê-lo de partido de classe em partido policlassista, de instrumento de luta em meio de conciliação.

Um estatuto apropriado e um funcionamento democrático não são, por si sós, uma garantia absoluta para evitar esses perigos. É a existência de um programa e uma organização revolucionária capazes de ganhar a maioria dos trabalhadores o que em última instância determinará os resultados. Mas é evidente a importância destes dois fatores. E, junto com eles, devemos contar também a assimilação da experiência que o movimento operário de outros países oferece aqueles que hoje estão impulsionando o PT.

Peronismo e Partido Trabalhista

O peronismo é conhecido como o poderoso movimento populista que conduziu o proletariado argentino durante mais de trinta anos. Em troca, ignora-se de modo geral que na origem deste fenômeno há precisamente um partido dos trabalhadores. E no nascimento, desenvolvimento e morte deste partido, assim como o papel cumprido pelo movimento burguês a que deu lugar, é possível constatar a potencialidade, a enorme capacidade organizativa e política do proletariado quando é capaz de converter sua força sindical em força política, e, ao mesmo tempo, os riscos que corre quando esta capacidade não basta para converter sua independência organizativa em independência política e programática frente às expressões reformistas e populistas da burguesia.

Em 1943, quando tomou o poder o governo militar do qual fazia parte Perón como secretário do trabalho, o movimento operário se encontrava em um momento de transição que buscava bases para definir-se tanto no plano sindical quanto no plano político. Nos anos

anteriores havia conhecido um crescimento numérico vertiginoso — como produto da guerra e da substituição de importações — com trabalhadores vindos aos centros industriais desde o interior do país, que se não achavam lugar nas cidades e se viam obrigados a alugar-se nas "villas miseria" (favelas), tampouco o achavam nos partidos Socialista e Comunista, desde muito subordinados por completo à burguesia e seus governos civis e militares, nem nas centrais sindicais (CGT e UGT) que estes partidos controlavam.

É nesta marca que Perón, desde o Ministério do Trabalho, começa a realizar uma política de reformas sindicais e um trabalho de recrutamento de uma burocracia sindical que constatava a incapacidade do PC e PS para controlar o movimento operário. É certo, contudo, que centenas de dirigentes sindicais honestos viram a proposta reformista e nacionalista de um coronel que propunha a aliança do movimento operário e das forças armadas "contra o imperialismo" como o caminho para obter as melhoras econômicas e sociais que o movimento operário exigia. Muitas destas melhoras foram de fato obtidas.

Mas em outubro de 1945 uma facção militar opositora tentou mudar o curso dos acontecimentos e destituiu Perón, prendendo-o. As forças militares e eclesiásticas que o apoiavam recorreram ao movimento operário e é assim que se produziu a mobilização do 17 de outubro, que foi um retumbante triunfo de Perón; que se projetava então como candidato para as eleições presidenciais que seriam levadas a cabo seis meses depois.

Para apresentar-se nestas eleições, os dirigentes sindicais que organizaram a mobilização do 17 de outubro convocam para 15 dias mais tarde uma reunião com o objetivo de fundar um partido operário. Participam desta reunião dirigentes das duas centrais sindicais e de sindicatos autônomos, formando-se ali mesmo uma comissão diretora provisória que organiza, três dias depois, uma assembleia de mais de 200 dirigentes sindicais que apoiam anteprojetos para uma declaração de princípios, programa e estatutos. É adotado o critério de

filiação indireta, de modo que, filian-do-se os sindicatos ao partido, os membros dos sindicatos passam automaticamente a ser membros do partido. O partido é integrado ainda pelas associações gremiais e pelos centros políticos. Desaparece o caráter de "frente" e os militantes de organizações políticas só participam enquanto integrantes dos organismos assinalados. Diante da convocatória, dezenas de milhares de trabalhadores se lançaram à organização do partido, que em poucas semanas se estruturou em escala nacional.

De caráter operário inequívoco, o Partido Trabalhista (Partido Laborista) nascia contudo sob o signo da colaboração de classes, representado por Perón como virtual candidato à presidência. Perón exigiu ainda que se fizesse uma aliança com uma fração de um partido burguês (a União Cívica Radical — Junta Renovadora) e o conseguiu apesar de uma vibrante oposição na Assembleia do partido — exigida por estatutos para tomar tais decisões — que consagrou a Perón como candidato. Apenas algumas semanas depois, em março de 1946, esta aliança ganhou as eleições com um total de 1.479.511 votos, dos quais 1.260.000 foram votos pelo Partido Laborista. A aliança com a burguesia, contudo, converteu este triunfo em um perigoso abismo que o movimento operário não pôde evitar. Apenas tomado o poder, Perón ordenou a dissolução do Partido Laborista e perseguiu, encarcerou e torturou aos que trataram de opor-se a esta medida. A inexperiência política do movimento operário, os interesses dos burocratas sindicais — a quem oferecia integrarem-se no aparelho do Estado — e sobretudo a traição dos partidos reformistas (que nas eleições votaram em uma frente comum com os partidos conservadores!) fez que a experiência fracassasse.

Ao alienar sua independência política, o proletariado começava a percorrer este doloroso e longo caminho que, se lhe deu inegáveis melhoras econômicas e sociais, o desarmou política e organizativamente. Os dois governos peronistas entregaram o poder sem resistência a golpes militares, que arrasaram rapidamente com as conquistas obtidas, e no último, antes de abrir caminho à ditadura mais brutal de nossa história (20.000 desaparecidos, 10.000 mortos, 10.000 presos, carência de toda garantia democrática) foi o próprio governo peronista quem através de leis ultrarepressivas e de bandos parapolíciais começou a enfrentar o movimento operário, que já não conseguiu controlar.

Mas este não é senão o resultado inexorável da conciliação de classes, da alienação da independência política do proletariado, em uma época em que a crise do capitalismo não deixa espaço sequer para que reformistas e populistas concedam algumas melhoras reais e duradouras às massas exploradas.

Para estes, trata-se apenas de infiltrar às organizações operárias para confundí-las, paralisá-las e logo aniquilá-las (embora esta tarefa fique em outras mãos, as dos militares "duros").

Para os trabalhadores, portanto, trata-se de fechar o caminho para estas manobras. De aprender das experiências de seus irmãos de classe em outros países e, por sua vez, mostrar aos trabalhadores de todo o mundo que é possível construir um partido diferente, sem patrões.

A imprensa que devora revoluções

Sr. editor,

Certa vez, um crítico da Veja teve a audácia de taxar de reacionário o estudo de um sociólogo brasileiro sobre as contradições em Marx. Seria a revista um bastião do marxismo ortodoxo? Ou teria Marx se tornado vendável ao ponto de merecer essa defesa da direita? O inverso da medalha parece ter acontecido com a matéria que a mesma revista publicou em 8 de junho sobre "minorias e política". Meu primeiro espanto foi ver em duas mediocres páginas o resumo de um trabalho que tomou três semanas dos repórteres, em vários pontos do país.

A verdade é que, entre aquela primeira (e péssima) reportagem sobre homossexuais saída em 78 e esta mesquinha matéria sobre "minorias", a Veja sofreu uma clara involução. Não estou reclamando porque a imprensa burguesa (metida a progressista ou não) se recusa a nos dar ouvidos ou espaço. Pergunto apenas por que uma matéria como essa manifesta tanta ironia e menosprezo em relação aos movimentos de política alternativa que dão seus primeiros passos neste país. A Veja diz que fazemos muito barulho à cata de uma caixa de ressonância, deixando claro que não pretende cumprir esse papel. E nos acusa, por exemplo, de não passarmos de 300 negros organizados em todo o país. Ora, seríamos nós metafisicamente insignificantes "enquanto notícia" ou é o boicote sistemático da imprensa que está reduzindo nosso

alcance? Que, por exemplo, priorizaria a negra burguesa Glória Maria, não fosse ela vendável por causa do nome? Diante da grande crise nacional, nossas questões adquirem tão pouca relevância para essa imprensa que somos tratados como palhaços da História. Eis, em resumo, um magnífico exemplo de como a pecha de "minoria" carrega um componente discriminador e serve justamente para nos minimizar.

A verdade é que hoje não damos IBOPE, e por isso nos puxam as orelhas.

Trata-se de um fato comum inclusive a certa imprensa alternativa que não consegue escapar aos padrões consumistas da grande imprensa. Basta ver o Pasquim para constatar por detrás do seu aparato jornalístico um excelente departamento de marketing, grande conhecedor do mercado da notícia. Já estamos cansados de saber, aliás, como a contestação vende. E, como debaixo da máscara do inconformismo, nossa imprensa continua mais conformista.

Diante do canal noticioso, podemos ser manipulados à esquerda e à direita. Quando essas imprensas pretendem ostentar sua liberalidade e moderar-se (veja-se a Isto É), apontam-nos com complacência e até orgulho — "todo país democrático europeu tem seus contestadores", dizem eles; ou então: "finalmente entramos no século XX". Mas quando seu autoritarismo básico julga que exageramos, essas mesmas imprensas nos

tornam objeto de escárnio e dizem: "são cópia dos movimentos americanos" ou "no Brasil o que conta é a fome". A notícia se torna aquilo que eles querem.

Em conclusão: para a grande imprensa, ainda não existimos enquanto fato neste país. E com isso nos boicotam, de modo a criar um círculo vicioso. Basta exemplificar com um evento recente: os grupos negros, homossexuais e feministas organizados convocaram toda a imprensa para uma coletiva, a fim de denunciar os abusos do delegado Richetti; mas só apareceram dois repórteres. O que fazer diante dessa má vontade a nosso respeito? Como não acredito que nosso discurso seja a luta pelo poder, arrisco dizer que precisamos continuar fazendo barulho. Queiram ou não os donos da imprensa, pretendemos ser parte atuante da realidade brasileira, contribuindo inclusive com uma análise e prática política inovadoras, mesmo estando invisíveis para os míopes. Com certeza chegará o momento em que seremos considerados aptos e maduros para o consumo (o açougue) enquanto notícia. Então, espero que nós velhos ou nossos irados des-herdeiros tenhamos um gesto historicamente coerente com nossa "insignificância e pequenez", para não sucumbir ante a tentação do poder que nos tornará inofensivos, consumíveis. Conseguiremos?

João Silvério Trevisan

O governo de conciliação na nicarágua

Sr. editor,

A Nicarágua atravessa atualmente um momento muito delicado de sua revolução: Violeta Chamorro e Alfonso Robelo, representantes dos interesses da burguesia na Junta que governa o país, afastaram-se do poder por não concordarem com a nova composição do Conselho de Estado. Tendo sido anunciada a ampliação do mesmo, com os sandinistas e as organizações de massas a eles vinculadas detendo a maioria das cadeiras, a burguesia se afasta, procurando isolar a FSLN no poder. O que significa isto?

Para alguns, isto significa que está implantado na Nicarágua um Governo Operário e Camponês. A justificativa de tal caracterização repousa no fato acima citado, além do que teriam sido iniciadas transformações na correlação de forças entre capital e trabalho, favoráveis à classe trabalhadora. Acrescentam a isso o argumento de que as massas detêm agora o controle das Forças Armadas. Seriam necessários apenas estes dois elementos para que se caracterize o governo nicaraguense como operário-camponês? Examinemos mais detalhadamente esta questão.

Já não resta dúvida quanto à saída de Chamorro e Robelo da Junta. Não podemos nos esquecer, porém, que os sandinistas buscam avidamente a participação da burguesia no poder. A Frente Sandinista de Libertação Nacional insiste em conviver com a propriedade privada, ou não teria convidado seis representantes da burguesia — além do Conselho da Empresa Privada — para participar da cerimônia de abertura do Conselho de Estado. A burguesia compareceu ao evento, não sem antes resistir, pois, ao que tudo indica — a crescente descapitalização das empresas que vem sendo empreendida pela classe empresarial e que já provocou a tomada de algumas fábricas por parte dos operários; a saída de Chamorro e Robelo da Junta, aliada à crise cubana; a relutância do Departamento de Estado norte-americano em conceder os 75 milhões de dólares necessários à reorganização econômica do país — o imperialismo pode estar arquitetando um plano de intervenção na Nicarágua.

Através da campanha de desmoralização do regime cubano, inclusive, tenta-se provocar seu isolamento, impossibilitando, conseqüentemente, um apoio mais efetivo de Cuba à Nicarágua. Esse último elemento é um forte indicio de que esta hipótese de intervenção pode não ser tão irreal quanto parece.

Todavia, um novo desdobramento veio amainar a crise do governo de conciliação de classes nicaraguense: dois outros representantes da burguesia vieram substituir Chamorro e Robelo. Esse fato, segundo aqueles que passaram a caracterizar o governo como operário e camponês seria suficiente para invalidar tal caracterização, já que ficou provado que não houve o tal rompimento da FSLN com a burguesia. Acrescentamos a isso a consideração de que, a simples saída da burguesia do governo, não significaria o rompimento da FSLN com ela e o início de um governo operário e camponês. Uma mudança no caráter do governo nicaraguense estaria vinculada às atitudes objetivas que a FSLN viesse a tomar, estando sozinha — sem a burguesia — no governo.

Qual o caminho a ser seguido pela Nicarágua para que seu processo revolucionário avance até as últimas conseqüências? Como — e onde — obter a tão necessária ajuda econômica para reconstruir o país?

A única alternativa correta é a de recorrer aos estados operários: URSS, China etc., sem que haja, evidentemente, submissão política ou econômica a esses estados. Uma tal medida ofereceria ao movimento de massas no mundo inteiro a possibilidade de experimentar tais direções (dos estados operários).

O segundo passo seria a exclusão incondicional da burguesia do governo, paralelamente à socialização dos meios de produção e de todas as empresas essenciais à economia nicaraguense, incluindo-se aqui os bancos. Para que isso pudesse se efetivar, torna-se necessária a transformação dos Comitês de Defesa Sandinista, eleitos pela população, em órgãos de poder, transferindo-se aos mesmos o controle militar do país.

Estas medidas, sim, se colocadas em prática, outorgariam à Nicarágua um Governo Operário-Camponês. E é aqui que as organizações revolucionárias desempenham importante papel: a implementação da política acima descrita só se torna viável caso tais organizações se disponham a defender incondicionalmente a revolução nicaraguense e a Junta de Governo dizime da menor tentativa de ingerência imperialista na Nicarágua. É importante que estas organizações combatam objetivamente tais tentativas através de seus canais de intervenção em todo o mundo, usando para isso todos os meios e artifícios que estiverem ao seu alcance. Neste processo, especial ênfase deve ser dada às ações em defesa da revolução nicaraguense nos países do bloco imperialista.

Resta, porém, uma dúvida: como impulsionar de maneira definitiva e irrevogável a revolução do país, já que a liderança com a qual contamos os nicaraguenses — a FSLN — vê como necessária para a reconstrução da economia a colaboração com a estrutura burguesa? Como evoluir de um governo que é hoje de colaboração de classes, para um governo operário-camponês? A resposta não pode ser outra senão a constância de um partido revolucionário. Até o presente momento, a FSLN mostrou que não está habilitada a levar as massas oprimidas à conquista do socialismo. Suas vacilações podem, inclusive, levar o proletariado nicaraguense à derrota, já que ela tem se recusado a romper em definitivo com a propriedade privada.

Se não houver na Nicarágua um partido que avance de onde a FSLN estacionou, o mínimo que pode ocorrer é um retrocesso histórico que provoque a desarticulação e a perda do espaço já conquistado pelas massas. Não nos esqueçamos jamais que a Revolução Nicaraguense desestruturou o estado burguês. Até aqui, a política adotada pela FSLN abriu espaço para o reerguimento e reorganização da burguesia no país. A direção necessária à classe trabalhadora é uma direção revolucionária; e a Frente Sandinista não parece capaz de assumir esse papel.

Alice Stein

PAR ^{Totop} _O

Livros à prazo? A Parto vende!

"OBRAS ESCOGIDAS em doze tomos", de Lenin, em espanhol, 12 volumes, Editorial Progreso de Moscou.

A VISTA Cr\$ 3.600,00
ou 3 vezes Cr\$ 1.320,00
TOTAL A PRAZO Cr\$ 4.540,00

"OBRAS ESCOGIDAS em três tomos", de Lenin, em espanhol, três volumes, Editorial Progreso de Moscou.

A VISTA Cr\$ 1.200,00
ou 3 vezes Cr\$ 440,00
TOTAL A PRAZO Cr\$ 1.320,00

"OBRAS ESCOLHIDAS em três tomos", de Lenine em PORTUGUÊS, três volumes, editado pela Editorial Progreso de Moscou em convênio com a Editora Avante de Portugal.

A VISTA Cr\$ 2.100,00
ou 3 vezes Cr\$ 770,00
TOTAL A PRAZO Cr\$ 2.310,00

"OBRAS ESCOLHIDAS em três volumes", de Marx e Engels.

A VISTA Cr\$ 1.200,00
ou 3 vezes Cr\$ 440,00
TOTAL A PRAZO Cr\$ 1.435,00

"O CAPITAL" de Karl Marx, seis volumes.

A VISTA Cr\$ 2.760,00
ou 3 vezes Cr\$ 1.012,00
TOTAL A PRAZO Cr\$ 3.036,00

"COLEÇÃO BASES", 28 volumes, contendo: obras de John Reed, Maínkovsky, Marx, Marta Harnecker, Turgot, Alexandra Kollontai, Trotsky, Wilhelm Reich, Lenin, Stalin, Engels, Samora Machal, J. Posadas, Kropotkin, Bakunin, Malatesta, Althusser, Badiou, Sweezy, Eric Hobsbawm, Kautsky, Adam Smith e outros.

A VISTA Cr\$ 3.900,00
ou 3 vezes Cr\$ 1.460,00
TOTAL A PRAZO Cr\$ 4.380,00

"COLEÇÃO PENSAMENTO SOCIALISTA", com seis volumes: "Apontamentos sobre a teoria do Autoritarismo" (Flo estan Fernandes), "O Caminho do Poder" (K. Kausts y), "A Era do Imperialismo" (Harry Magdoff), "O Estado e a Revolução" (Lenin), "Os Princípios Fundamentais do Marxismo" (Plekkanov) e "Que Fazer?" (Lenin).

A VISTA Cr\$ 1.300,00
ou 3 vezes Cr\$ 477,00
TOTAL A PRAZO Cr\$ 1.431,00

Apareça em nossa livraria ou nos escreva pedindo. Atendemos em qualquer local do país. Atendemos por Reembolso Postal. E se você quiser parcelamento maior, estudaremos o seu caso. Vendemos também exemplares avulsos.

Parto — Livros, Jornais, Revistas, Ltda.
R. São Bento, 545 — loja 14 — térreo superior
CEP: 01011 — São Paulo — SP
(Em frente à estação S. Bento do metrô)

Leia e assinie:

EM TEMPO:

Rua Francisco Leitão, 57 — São Paulo — CEP: 05414

Fone: 852-8880

EM TEMPO

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Eder Sader (presidente), Aloísio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Ayres, Sérgio Allí, Tom Duarte. — Suplentes: Luci Ayala, Marisa Araujo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes.

DIRETORIA: Flávio Andrade, (presidente), Carlos Tibúrcio, José Luiz Nadai, Marco Aurélio Garcia, Robinson Ayres.

EDITOR CHEFE: Flávio Andrade.

Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiro — São Paulo — CEP: 05414 — Fone: 852-8880
Impresso nas oficinas da Cia. Editora Jorues.

DIRETOR RESPONSÁVEL: Robinson Ayres.

ARTE: Paulo Roberto Borges, Sergio Papi

SUCURSAIS: BELO HORIZONTE: Av. Cristóvão Colombo, 550 — Tel.: 224-0127 • PORTO ALEGRE: — Av. Osvaldo Aranha, 1407, loja 20 • RIO DE JANEIRO: — Praia do Botafogo, 316, sala 209 • SALVADOR: — Av. Joana Angélica, 8, sala 44 • FORTALEZA: — Rua Castro e Silva, 1169 — Tel.: 226-8004.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Av. Cristóvão Colombo, 550 — Tel.: 224-0127 — Belo Horizonte — Minas Gerais.

COMPOSIÇÃO: Empresa Jornalística AFA Ltda — Av. Liberdade, 704 — São Paulo — Tel.: 278-9010.

cadernos do
ceas

Centro de Estudos e Ação Social

Rua Aristides Novis, 101 — Federação — 40000 — Salvador — BA —

Assinatura 1980 (6 números):
normal Cr\$ 400,00
estudante Cr\$ 340,00
Número avulso: Cr\$ 80,00 nas melhores livrarias



Eu era assim.



Quase fiquei assim.



Mas consegui ficar assim. Graças ao OTIMISTOL DELFIM!

texto: sebastião nunes. arte: fausto prats. fotografias: zezinho faria. montagens: eliazar pallettina.



OTIMISTOL DELFIM

Poderoso tônico nutritivo para regimes políticos debilitados por recessos econômicos, atos de exceção e repressão aguda.

PROPRIEDADES

O OTIMISTOL DELFIM, novo produto dos Laboratórios Planalto, é o resultado da reformulação de antigo preparado à base de otimismo e repressão, que enfatizava os milagres como objetivo final do processo desenvolvimentista.

Esgotados os milagres, por inépcia dos santos e desespero dos fiéis, a nova fórmula é uma combinação bem mais sutil de entusiasmo e repressão, esperança e frases de efeito, enriquecida com fortes dosagens de medidas paliativas, de modo a fazer do OTIMISTOL DELFIM o medicamento mais indicado para o momento atual.

INDICAÇÕES

- Combate eficazmente todas as síndromes recessivas, especialmente a famosa Síndrome Simonsen!
- Notável ação estimulante das expectativas favoráveis!
- Admirável substituto das vitaminas tipo "panela-cheia" e "divisão-do-bolo" que, embora produzindo efeitos populares a curto prazo, costumam afetar seriamente as sensíveis glândulas militares e as muito delicadas vísceras conservadoras.
- Poderoso rejuvenescedor de políticos senis!

CONTRA-INDICAÇÕES

Ao contrário de outros medicamentos modernos, como pau-de-arara, choque elétrico, fuzilamento sumário e suicídio oficial, o OTIMISTOL DELFIM pode ser administrado a pacientes de todas as idades, sem riscos graves ou efeitos colaterais, exceto em casos de rebeldia crônica, quando se recomenda a combinação do OTIMISTOL com produtos de atuação mais energética.

DOSAGEM

Extremamente variável, deve obedecer à orientação de técnico especializado da SECOM, Secretaria de Comunicação Social. Ainda assim, em caso de dúvida, consultar o senador biônico mais próximo.

A VENDA NA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NÃO ATENDEMOS PELO REEMBOLSO POSTAL.

